



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**

Fátima Cristina Cunha Maia Silva

**ENTRE O MAR E A TERRA: UM OLHAR AGROECOLÓGICO E
TERRITORIAL JUNTO À COMUNIDADE TRADICIONAL PESQUEIRA
DE ILHA DE MARÉ, SALVADOR-BA**

**RECIFE
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Fátima Cristina Cunha Maia Silva

**ENTRE O MAR E A TERRA: UM OLHAR AGROECOLÓGICO E
TERRITORIAL JUNTO À COMUNIDADE TRADICIONAL
PESQUEIRA DE ILHA DE MARÉ, SALVADOR-BA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em associação ampla de instituições de ensino superior (UNIVASF, UFRPE e Uneb), como parte dos requisitos à obtenção de título de Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

Linha de Pesquisa: Identidade, Cultura e Território

Orientadora: Profa. Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade

Coorientador: Prof. Dr. Luciano Pires de Andrade

**RECIFE
2023**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Nome da Biblioteca, Recife – PE, Brasil

Silva, Fátima Cristina Cunha Maia.

Entre o Mar e a Terra: um olhar agroecológico e territorial junto à comunidade tradicional pesqueira da Ilha de Maré, Salvador- BA / Fátima Cristina Cunha Maia Silva. – 2023.

....f. : il.

Silva Andrade

Orientadora: Profa. Dra. Horasa Maria Lima da

Coorientador: Prof Dr. Luciano Pires de Andrade

Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, Recife-PE, 2023.

Inclui referências e apêndice(s).



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

ATA DE APROVAÇÃO

Fátima Cristina Cunha Maia Silva

**ENTRE O MAR E A TERRA: UM OLHAR AGROECOLÓGICO E TERRITORIAL
JUNTO À COMUNIDADE TRADICIONAL PESQUEIRA DE ILHA DE MARÉ,
SALVADOR-BA**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, em associação ampla de instituições de ensino superior (UNIVASF, UFRPE e Uneb), como parte dos requisitos à obtenção de título de Doutora em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial.

Aprovada em 27 de julho de 2023
Banca Examinadora:

Profa. Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade, Universidade Federal Rural de Pernambuco (Orientadora)

Prof. Dr. Wagner Lins Lira, Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Laeticia Medeiros Jalil, Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Marcelo Jose Monteiro Ferreira, Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Claudia de Oliveira D'arêde, Universidade Federal da Bahia

Ao caminhar o caminho se faz... em encontros/ desencontros, conhecimento/reconhecimento, mas o essencial é que o caminho não se faz sozinha...

Ao Emanuel, meu neto! Após a sua chegada, me dei conta que já estava no futuro e muita coisa ainda por fazer. A Flávia, minha neta! Enfim, passando pelo futuro. Por um mundo mais equânime e justo.

Às populações das águas, em especial, aos pescadores e pescadoras artesanais da Ilha de Maré, na soma pelo reconhecimento e direitos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço e reverencio profundamente a todas as mulheres da minha ancestralidade. Reconheço todo o caminho que fizeram, seja do campo, da floresta e das águas!

Às pessoas que cuidaram de mim, enquanto eu navegava, à família, o porto seguro. À mamãe e papai (*in memoriam*) por todo o cuidado, pelos valores apresentados, pela educação, pelo respeito ao próximo; enfim, por terem mostrado o caminho de uma vida.

Às irmãs e irmão, cunhada/os, sobrinhas/os por estarem sempre atentos e cuidadosas/os e na torcida.

Às filhas e filho, genros e ao meu Emanuel Maia Barros, meu neto, meu amado que tão pequenino já mostrou à avoca que ela tinha chegado no futuro e que havia muitas coisas a fazer e já tinha pouco tempo para serem tecidas, navegadas, plantadas, compartilhadas e vivenciadas. Ao final desta tese, a chegada da Flávia Maia Vaz, minha menina, minha neta, assim, as minhas/meus netas/os que estão a caminho, que nunca sejam indiferentes à dor do outro.

São muitas vozes, mãos, escutas, olhares, memórias; enfim, pessoas que ajudaram nesta tese, consciente e/ou inconsciente, que nunca serei capaz de manifestar inteiramente a gratidão que sinto.

Às pescadoras artesanais e marisqueiras da Ilha de Maré, pela acolhida em solo tradicional, pelo carinho e aprendizado. Aqui em especial as/os pesquisadoras/es populares de saúde da pesca artesanal que participaram da pesquisa e que pude vivenciar momentos muito ricos de discussão sobre a pesca artesanal.

A Marizelha Lopes (carinhosamente chamada de Nêga), Eliete Paraguassu e as pescadoras artesanais da Ilha de Maré, por momentos de ricas e intensas discussões e diálogos, pela relação de confiança tecida, pelo respeito e cuidado, por compartilhar o saber da pesca artesanal, pela preparação do alimento, pescado, beneficiado e saboreado, por mostrar um outro mundo, do qual eu não fazia parte e, de outro lado, a travessia pela pesca artesanal, por mostrar as belezas do território quilombola e pesqueiro da Ilha de Maré, assim, como as suas contradições e a necessidade de avançar em políticas públicas voltadas às populações das águas, também por suas avaliações e contribuições no decorrer da tese, ao ritmo das

marés...

A Elionice Sacramento e família, por me permitirem vivenciar valores da pesca artesanal, o acolhimento, as conversas, as caminhadas no território pesqueiro, a mariscagem, pelo banho nas águas de Salinas, pela prática e atenção na indicação de leitura para essa pesquisa, por um lugar agroecológico de ser.

Ao Conselho Nacional dos Pescadores, em especial, à Maria José (Zezé), pelas discussões por meio de reuniões, seminários e encontros, alertando sobre o cuidado da saúde para as populações das águas. Creio que foi um dos motivos que me instigou para tentar entender melhor essa população, seu modo de vida, de produção e reprodução social.

A todas/os pesquisadoras/es que de algum jeito aceitaram o convite para estarem na Ilha de Maré, para compartilharem saberes, em especial, Marcelo Ferreira, Bianca Rückert, Leandro Araújo, Flávia Conde, Fany Silveira, Fernanda Machine, Ewerton Thiago, Juliana Rully, Marcos Souza, Claudia D'Ared, Miguel Accioly, Paulo Penna (UFBA) e discentes que estudam a temática das populações das águas; às/aos residentes do Curso do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase em Saúde da População do Campo, da Fiocruz Brasília, que estiveram estagiando na Ilha de Maré, que essas parcerias sejam sempre fortalecidas!

A toda a equipe do Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT), da Fiocruz Brasília, em especial, a Jorge Machado e André Fenner pelo desafio apresentado em estar dialogando sobre a população das águas/pesca artesanal e todo o apoio à construção deste estudo.

Às queridas amigas “Fridas”, Bianca Coelho, Gislei Knierim e Virgínia Corrêa, agradeço as palavras de confiança e força. Vocês são especiais!

À Jacinta Senna, Letícia Toledo, Regina Ramos, Rose Guimarães e Vilma Bonifácio, grata pela amizade e carinho.

Ao Gabriel Maia, o projeto gráfico da cartilha, muito grata.

A todas/os as/os colegas e amigas/os do Programa de Pós-Doutorado em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial, da Universidade Federal Rural de Pernambuco, pela oportunidade única de terem me mostrado outros caminhos possíveis, instigantes e o acordo ninguém solta as mãos de ninguém.

Ao corpo docente, é um privilégio ter participado das discussões e aprendizagens. À coordenação do curso e, em especial, ao Prof. Dr. Jorge Matos,

pela ousadia da proposição de um curso dessa envergadura em tempos de tantas negações.

À orientadora Profa. Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade e coorientador Prof. Dr. Luciano Pires de Andrade, pela confiança e parceria nessa trajetória de mares revoltos, de contemplação e reflexão. Faltam palavras para expressar o carinho e o respeito! A Profa. Dra. Júlia Figueredo Benzaquen pelas contribuições, pelos momentos de maré - aprendizado e cuidado.

À Fé! A Nossa Senhora de Fátima – o reconhecimento pelo milagre da minha vida. Ao meu São Jorge, pelos desafios que já se apresentaram na minha chegada ao mundo. À Iemanjá, senhora das águas, pelos movimentos das águas.

A todas que estiveram navegando nas águas, ondas e marés na construção desta pesquisa, a minha gratidão!

RESUMO

O diálogo entre pescadoras artesanais sobre o direito a um ambiente saudável e sustentável se estabelece como um novo processo de reivindicação para a melhoria e qualidade de vida da comunidade tradicional quilombola e pesqueira, com o seu modo de vida, produção e reprodução social respeitados. Este estudo tem por objetivo analisar o processo metodológico da pesquisa “Promoção de Território Saudável e Sustentável (TSS) em Comunidades Tradicionais da Pesca Artesanal”, a partir do enfoque da promoção da saúde, da agroecologia e do desenvolvimento territorial. Este Projeto foi coordenado pela Fundação Oswaldo Cruz Brasília e desenvolvido junto às pescadoras artesanais das comunidades da Ilha de Maré, Salvador – BA, no período de 2018 a 2022. Utilizou-se, para isso, o estudo de caso como estratégia de pesquisa científica, a partir da abordagem qualitativa, cujas etapas incluíram o levantamento bibliográfico, análise de documentos e relatórios relacionados à pesquisa, bem como, da observação participante, entrevistas semiestruturadas e registro da narrativa oral das pescadoras artesanais que reforçaram o aprofundamento de sistematização da vivência no território. Ao desvelar o processo metodológico engajado à promoção de TSS, este se mostrou relevante por destacar a atuação territorializada para promoção da saúde ambiental em uma perspectiva agroecológica, com a participação das pescadoras artesanais envolvidas no projeto desenvolvido. Como desdobramento, tornou-se evidente que a implementação de ações formativas, ação estratégica essencial para diminuir as iniquidades e promover o desenvolvimento sustentável. Essas ações têm a capacidade de fornecer uma base importante para a análise e avaliação dos impactos no território, contribuindo, assim, para enriquecer o conhecimento resultante da interação entre saberes científicos e tradicionais. A valorização e o reconhecimento do universo pesqueiro se destacam como conclusões fundamentais, ressaltando a necessidade de políticas públicas específicas voltadas para essa população. Igualmente, o TSS se mostrou como uma “radiografia” do território, passível de reaplicação em outras localidades, de uma atuação formativa e diferenciada, onde a troca de saberes experienciada na *práxis* emerge como uma estrutura adaptável e transferível em diferentes contextos geográficos e culturais. Ainda, evidencia o papel fundamental das pescadoras nas comunidades pesqueiras, contribuindo de maneira significativa para a resistência e resiliência e como agentes de mudança em suas comunidades, na defesa dos seus direitos e do território.

Palavras chaves: Agroecologia; Pescadoras Artesanais; Território Saudável e Sustentável. Vigilância Popular em Saúde.

ABSTRACT

The dialogue between artisanal fisherwomen about the right to a healthy and sustainable environment is established as a new claim process for the improvement and quality of life of the traditional quilombola and fishing community, with its celebrated way of life, production and social reproduction. This study aims to analyze the methodological process of the research “Promotion of Healthy and Sustainable Territory (TSS) in Traditional Artisanal Fishing Communities”, from the approach of health promotion, Agroecology and territorial development. This Project was coordinated by the Oswaldo Cruz Brasília Foundation and developed together with artisanal fisherwomen from the communities of Ilha de Maré, Salvador - BA, from 2018 to 2022. For this, the case study was used as a scientific research strategy, a Based on a qualitative approach, whose steps included a bibliographical survey, mapping, analysis of documents and reports related to the research, as well as participant observation, semi-structured interviews and recording of the oral narrative of artisanal fisherwomen that strengthened the deepening and the need for systematization of experience in the territory. When developing the methodological process engaged with the TSS, this proved to be relevant for highlighting the territorial action to promote environmental health from an agroecological perspective, with the participation of artisanal fisherwomen involved in the developed project. As a start, it became evident that the implementation of training actions, an essential strategic action to reduce inequalities and promote sustainable development. These actions have the ability to provide an important basis for the analysis and assessment of impacts on the territory, thus contributing to enrich the knowledge resulting from the interaction between scientific and traditional knowledge. Valuing and recognizing the fishing universe stand out as fundamental conclusions, highlighting the need for specific public policies aimed at this population. The TSS shows itself as an “radiography” of the territory and is capable of reapplication in other locations, with a formative and differentiated action, where the exchange of knowledge experienced in practice emerges as an adaptable and transferable structure in different geographic and cultural contexts. Still, it highlights the fundamental role of fisherwomen in fishing communities, contributing significantly to resistance and resilience and as agents of change in their communities, in defense of their rights and territory.

Keywords: Agroecology; Artisanal Fisheries; Healthy and Sustainable Territory; Popular Surveillance in Health.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa da Baía de Todos-os-Santos, Salvador – BA.....	45
Figura 2.	Mapa da Ilha de Maré, Baía de Todos-os-Santos, Salvador - BA	45
Figura 3	Registros da visita aos quintais produtivos na Comunidade de Porto dos Cavalos, Ilha de Maré, Salvador – BA.....	47
Figura 4.	Denúncia sobre o impacto do Complexo Industrial e o Porto de Aratu, realizada por meio do “Toxic Tour” na Ilha de Maré, Salvador - BA.....	53
Figura 5.	Pescadores de Ilha de Maré denunciam contaminação das águas, 2019.....	54
Figura 6.	Coronavírus: após denúncias de moradores da Ilha de Maré, a Defensoria solicita à Prefeitura e secretarias informações e medidas, em 2020.....	55
Figura 7.	Pescadoras de Ilha de Maré denunciam construção portuária na localidade mesmo após decisão judicial suspendendo a obra, 2021.....	56
Figura 8.	Denúncia sobre pragas em manguezais Lagartas exóticas até então não vistas na localidade, Ilha de Maré, 2022.....	56
Figura 9.	Pescadoras de Ilha de Maré denunciam construção portuária na localidade mesmo após decisão judicial suspendendo a obra, 2021.....	62
Figura 10.	Acolhida da Fiocruz Brasília, Ceará, Rio de Janeiro e convidados pelas crianças da creche da Comunidade de Bananeiras, Ilha de Maré, 2018.....	63
Figura 11.	Visita da equipe interdisciplinar da Fiocruz Brasília, Ceará, Rio de Janeiro e convidados à Ilha de Maré, Salvador - BA.....	64
Figura 12.	Atividades de Zumba realizadas na Comunidade de Bananeiras, Ilha de Maré, Salvador - BA, 2018.....	65
Figura 13.	Comunidade de Bananeiras e Maracanã, Ilha de Maré, Salvador - BA.....	65
Figura 14.	Reunião em Salvador sobre o Termo de Ajuste de Conduta com pesquisadores da Fiocruz, convidados e pescadores/as da Ilha de Maré, Salvador – BA.....	69
Figura 15.	Compartilhamento dos resultados referente a percepção dos moradores sobre a saúde, o ambiente e trabalho na Comunidade de Bananeiras.....	69

Figura 16.	Plataforma eletrônica construída para a pesquisa TSS da Fiocruz Brasília em Ilha de Maré, Salvador - BA.....	70
Figura 17.	Visita à Ilha de Maré para compartilhar os dados da pesquisa com os pesquisadores populares.....	75
Figura 18.	Estrutura da pesquisa-ação – Projeto TSS, Ilha de Maré, Salvador – BA.....	144

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1.	Promoção de Território Saudável e Sustentável na Comunidade Quilombola e Pesqueira de Ilha de Maré, Salvador – BA.....	32
Quadro 2.	Quadro 2. Síntese das etapas realizadas do projeto de promoção de TSS em comunidades da Ilha de Maré, Salvador – BA.....	34
Quadro 3.	Síntese sobre as ações realizadas na Comunidade Quilombola e Pesqueira, da Ilha de Maré, Salvador – BA....	37
Quadro 4.	Síntese do percurso metodológico na Ilha de Maré, Salvador BA.....	78
Quadro 5	Sistematização das ações ocorridas na Ilha de Maré, Salvador – BA.....	153

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários
COFIC	Comitê de Fomento Industrial de Camaçari
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CPP	Conselho Pastoral da Pesca
CONFREM	Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas
DAGEP	Departamento de Apoio à Gestão Participativa
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
Fiocruz	Fundação Oswaldo Cruz
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais
MS	Ministério da Saúde
PICS	Práticas Integrativas e Complementares em Saúde
PSAT	Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho
PNSIPCFA	Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas
RGP	Registro Geral da Atividade Pesqueira
SGEP	Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSS	Território Saudável e Sustentável
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	16
1 INTRODUÇÃO	17
2 CAMINHOS METODOLÓGICOS	29
3 APROXIMAÇÃO COM O PROJETO “PROMOÇÃO DE TERRITÓRIO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADE TRADICIONAL”	41
3.1 Desvelando a Ilha de Maré, Salvador - Bahia	42
3.1.1 A memória como resistência	52
3.2 Mariscando com o projeto “Promoção de Território Saudável e Sustentável em Comunidade Tradicional”	59
3.2.1 Linha do tempo do projeto TSS	60
3.2.2 Reflexões sobre a prática experienciada em Território Tradicional Quilombola e Pesqueiro, Ilha de Maré	76
4. MAREANDO: O RECONHECIMENTO DA PESCA ARTESANAL	83
4.1 As mulheres pescadoras artesanais da Ilha de Maré.....	83
4.2 Voz, olhar e escuta: pescadoras artesanais da Ilha de Maré	89
4.3 Interseccionalidade e a participação social na pesca artesanal	93
5 O TERRITÓRIO PESQUEIRO: ENTRE O MAR E A TERRA	100
5.1 Racismo ambiental: agressões sistemáticas ao ambiente pesqueiro.....	104
5.2 Território Saudável e Sustentável em Comunidades Tradicionais	109
6 AGROECOLOGIA E A PESCA ARTESANAL	113
6.1 Um diálogo sobre a Agroecologia, a pesca artesanal e a soberania alimentar ...	119
6.2 Ao ritmo das marés: o reencontro com a ancestralidade e o modo de produção de alimentos de base agroecológica	124
7 PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE NA PESCA ARTESANAL	128
8 RESULTADOS E DISCUSSÕES	136
8.1 Análise das principais ferramentas metodológicas utilizadas no desenvolvimento do projeto Promoção de Território Saudável e Sustentável em Comunidades Tradicionais	138
8.1.1 Pesquisa-ação: um campo fértil de mediações pedagógicas	140
8.1.2 Observação participante: o tentar fazer juntas	145
8.1.3 Educação popular: estratégia educativa e comunicativa	147
8.2 Contribuições da metodologia da pesquisa TSS na comunidade tradicional pesqueira de Ilha de Maré	14750
9. CONSIDERAÇÕES	157
REFERÊNCIAS	162
APÊNDICE	173

APRESENTAÇÃO

(Interesse pelo tema da pesquisa)

Sou formada em Pedagogia, especialista em Psicopedagogia e, Gestão e Valores Humanos, mestre em Saúde Pública, com foco no Trabalho, Saúde, Ambiente e Movimentos Sociais.

Trabalhei no Ministério da Saúde, na Secretaria de Gestão Estratégia e Participativa (SGEP), apoiando e contribuindo com o Grupo da Terra na elaboração e implementação da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas (PNSIPCFA) por quase duas décadas. Esse grupo era um espaço de diálogo entre os movimentos do campo, da floresta e das águas e a gestão do MS, visando dar consequência às demandas de saúde do campo, da floresta e das águas.

Foi um espaço de ricos e intensos debates sobre políticas públicas de saúde. Trazendo temas importantes, que contribuíram para a elaboração de outras políticas públicas e/ou ações, como saneamento rural, agrotóxicos, plantas medicinais, práticas integrativas, Agroecologia, florestania, maretório, entre outros. Esse grupo foi extinto em 2018, assim como a SGEP, durante os governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, período em que as populações do campo, da floresta e das águas foram expressivamente prejudicadas e conseqüentemente os avanços nas conquistas de seus direitos foram prejudicados.

A experiência acumulada de apoio e contribuição na elaboração de uma política pública de saúde voltada para as populações do campo, da floresta e das águas, no Ministério da Saúde (MS), levaram minha participação, em 2018, no projeto de Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis na Comunidade Tradicional Pesqueira, da Ilha de Maré, Salvador - BA, coordenado pelo Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT) da Fiocruz Brasília.

As demandas e denúncias apresentadas pelas pescadoras artesanais ao MS e, posteriormente, à Fiocruz, sempre me chamaram a atenção. Ao ser selecionada no Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (UFRPE), vi a oportunidade a partir da perspectiva agroecológica de aprofundar sobre a temática visando o debate sobre o desenvolvimento territorial saudável e sustentável nas comunidades da pesca artesanal.

1 INTRODUÇÃO

É de sonho e de pó... Dessa vida, cumprida a sol... Só queria mostrar, meu olhar (TEIXEIRA, 1977).

Este estudo abarca algumas reflexões e análises, sob o olhar agroecológico e territorial, referente o percurso metodológico desenvolvido pelo projeto “Promoção do Território Saudável e Sustentável em Comunidades Tradicionais”, coordenado pelo Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT), da Fundação Oswaldo Cruz Brasília (Fiocruz Brasília), na Comunidade Quilombola e Pesqueira de Ilha de Maré, localizada no município de Salvador - BA, no período de 2018 a 2022.

Nos anos de 2020 e 2021, as atividades presenciais que estavam em processo na Ilha de Maré, foram paralisadas visto a crise sanitária da pandemia do Covid-19. Entretanto, com ações pontuais e a distância por meio de participação online e cursos à distância pelas pescadoras artesanais. Assim, foi necessário o replanejamento das ações, promovendo novas formas de agir e compartilhar juntos.

O projeto teve por objetivo fortalecer a pesca artesanal, por meio da formação das lideranças da pesca artesanal e o levantamento acerca da percepção dos moradores da Ilha de Maré sobre a sua saúde, o ambiente e o trabalho, por meio da aplicação de um inquérito epidemiológico sanitário.

Cabe destacar que a presença da Fiocruz Brasília na ilha se deu a partir da demanda social apresentada à Presidência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro, em 2018, pelas pescadoras artesanais da Ilha de Maré, que solicitaram ações de saúde no território pesqueiro, visto a contaminação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), do Complexo Industrial e Porto de Aratu, próximos ao território Quilombola e Pesqueiro.

Os inúmeros conflitos existentes na região se dão, principalmente, aos incentivos à expansão industrial no país, o que têm feito com que as políticas públicas busquem privilegiar os grandes empreendimentos que, por sua vez, têm impactado os territórios pesqueiros, a prática da pesca artesanal e a sobrevivência das comunidades, conforme aponta Rios (2017).

Apesar de no Brasil existirem instrumentos jurídicos que reconhecem os direitos das comunidades tradicionais e seus territórios, como a Constituição

Federal (CF) de 1988, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto, nº 6.040/2007) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao qual o país é signatário, as definições sobre comunidades tradicionais existentes nesses instrumentos não contemplam as inúmeras especificidades e singularidades que envolvem os/as pescadores/as artesanais e os seus territórios, além de não terem regulação desses espaços, tornando a população pesqueira mais fragilizada.

A pesca artesanal representa o modo de vida, de produção e reprodução social das comunidades tradicionais. Em geral, praticada em pequena escala, com materiais rústicos, encontra-se relacionada ao pertencimento, por laços de identidade, pelo cuidado e respeito ao território pesqueiro e sua múltipla espacialidade e funcionalidade, no qual os espaços marítimos e terrestres representam para essas comunidades a base histórica da sustentação e reprodução social, econômica e cultural (DIEGUES, 1983, RIOS, 2017, SILVA E MENEZES, 2001).

No cenário da pesca artesanal, encontra-se um contexto de negações de direitos e, por outro lado, a pesca artesanal historicamente possui uma relação intrínseca com o meio ambiente e sua conservação, por isso a defesa desse território.

No Brasil, a pesca artesanal é marcada pela complexidade, pela diversidade, pelo modo de vida, pela produção e reprodução social. Aqui a população das águas se destaca ao ser pontuada a grandeza da pesca artesanal brasileira, que possui numerosas e complexas características que levam em consideração fatores sociais, econômicos e ambientais específicos de cada região do país.

A pesca é dividida em três categorias: de subsistência, artesanal e industrial. A primeira destina-se ao consumo próprio e/ou familiar, enquanto as outras duas têm, no seu resultado final, a comercialização, sendo a industrial de média e grande escala. Em contrapartida, a pesca artesanal é para o consumo próprio e o excedente é para comercialização, conforme relatado por Diegues (1983).

Além disso, se encontra em toda a costa brasileira e é praticada por pescadores/as autônomos/as, os quais exercem a atividade individual ou em parcerias, em geral, com membros da família. Utilizam apetrechos relativamente

simples e o produto é comercializado, frequentemente por meio de intermediários.

O que caracteriza a pescadora artesanal não é somente o viver da pesca, mas sobretudo a apropriação real dos meios de produção; o controle de como pescar e o que pescar, ou seja, o controle da arte da pesca (DIEGUES, 1983, p. 197-198). É uma atividade que tem no seu cotidiano formas de manejo dos recursos naturais, e se utilizam de ferramentas e insumos rústicos, como embarcações de pequeno e médio porte, construídas, muitas vezes, com material disponível na natureza.

O modo de ser e o jeito de produzir, seja no mar, no rio, mangues, torna a pescadora um tipo específico entre outras trabalhadoras e, segundo Silva e Menezes (2001, p. 87), são pescadoras artesanais históricas que conectam seu modo de trabalho com ambiente aquático, por meio de conhecimentos tradicionais, instrumentos e embarcações no qual predominam a tradição oral, revelando um mundo social e histórico.

Sua reprodução social e cultural se encontra em uma estreita relação com a natureza, principalmente, pela dependência de seus ciclos, a exemplo, das marés, do vento e dos ciclos lunares, que determinam o nível das águas e conseqüentemente o cenário facilitador ou de dificuldade para a pesca.

Assim, a pesca artesanal possui um papel essencial na conservação desse bioma e é necessário que seja protegido das ações que afetam a sua biodiversidade, que o contaminam pela poluição química e com resíduos, entre outros, desde as praias até os oceanos e mares.

Neste contexto, Diegues (1983) chama atenção sobre as atividades desenvolvidas nas praias, enseadas e mangues, como nem sempre sendo referidas como pesca pelas pescadoras artesanais e/ou marisqueiras. No "mar de dentro" ou "mar de terra", são as atividades de extrativismo de mariscos em contraposição às intempéries e imprevisibilidades, características das atividades que são realizadas em "mar alto" exercidas em geral pelos homens. Entretanto, observa-se que essa prática vem sendo modificada nas últimas décadas.

Isso deve estar relacionado à característica pesqueira regional, onde predomina a pesca artesanal e a atividade de mariscagem. Cabe destacar que os pescadores artesanais são responsáveis pela produção total da pesca extrativa no Brasil de aproximadamente 803.270,2 toneladas (BRASIL, 2011).

Segundo dados do Anuário Estatístico do IBGE de 2019, a costa brasileira

tem uma extensão de 10.959 km, sendo banhada pelo Oceano Atlântico, tendo grande importância para economia e soberania do país e para a prática da pesca. Tal fato denota a função social e econômica dessa atividade para o país, tanto no tocante à produção de alimentos quanto na geração de emprego, renda e receitas.

A *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)* destaca que, no Brasil, há cerca de 1 (um) milhão de pessoas credenciadas que exercem a atividade da pesca artesanal, de acordo com os dados do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP).

Entretanto, desde 2008 o Brasil não possui estatísticas pesqueiras oficiais, agravando a vulnerabilidade dos pescadores artesanais, bem como o Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), instituído pelo Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, conhecida como Lei da Pesca, atualizada pela Lei nº 11.959, de junho de 2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Além do desmonte, o não cuidado com o registro das atividades da pesca artesanal, pelo Estado nos últimos seis anos, deixou a atividade da pesca artesanal mais fragilizada, pois sem o reconhecimento, em caso de defeso, pescadores artesanais ficam sem direito a receber o benefício, visto a impossibilidade de trabalhar nos meses em que a pesca é proibida em decorrência da reprodução dos peixes. Nesse período, o pescador artesanal fica sem renda, o que impacta na sua dinâmica familiar.

A degradação dos ecossistemas costeiros que tem na ação antrópica o principal fator de redução dos estoques utilizados pela população das águas põe em risco não só a atividade pesqueira, mas também o modo de vida e de produção dessa população.

Como exemplo dessas ações pode ser destacado: poluição industrial, agrícola, urbana, turismo, exploração imobiliária, entre outros. Além disso, está o fato de impactar tanto a saúde dessa população quanto o ambiente e, conseqüentemente, a vida marinha (ANDRADE *et al.*, 2016; PENA & GOMEZ, 2014).

Igualmente a atividade da pesca artesanal é considerada precária, visto as pescadoras estarem expostas a riscos de acidentes e doenças cotidianamente, tendo a possibilidade de ocorrência de doenças relacionadas ao trabalho na pesca artesanal. As enfermidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde como: radiações

solares e riscos de neoplasias, cataratas, alta pressão atmosférica nas atividades de mergulho, distúrbios da audição; umidade e lama dos manguezais com riscos de dermatites inflamações gênito-urinárias, alergias; além das intempéries, como chuvas, frio, sol, agentes químicos, entre outros.

Apesar da cadeia produtiva da pesca artesanal refletir a importância do papel feminino, impera a necessidade do reconhecimento e da valorização da pescadora artesanal na atividade pesqueira e, principalmente, na escuta das demandas e das reivindicações por parte dessas mulheres para o acesso aos seus direitos e às políticas públicas. Afinal, as mulheres historicamente vêm fazendo resistências e (re)existências, ainda que a sua força de trabalho seja concebida como inferior e com diferenças salariais para o mesmo trabalho dos homens.

Pretende-se aqui trazer também a singularidade da comunidade quilombola e pesqueira de Ilha de Maré, em especial, as mulheres pesqueiras que, embora vivam econômica e socialmente da pesca, ainda hoje, são invisibilizadas em relação ao seu reconhecimento, pelo poder público e até mesmo pelos próprios homens pescadores, resultando não só na exclusão do acesso às políticas públicas, mas também na desvalorização do ser pescadora artesanal. Ao não ser reconhecida como pescadora artesanal, os seus direitos também não o são, como auxílio maternidade, aposentadorias, por exemplo.

Dessa forma, a questão afirmativa que norteará esta tese é: sendo o ambiente pesqueiro um território em que cruzam vários olhares interdisciplinares e que se conectam, reforçar a necessidade de políticas públicas específicas para o desenvolvimento de um território saudável e sustentável poderá ser uma estratégia para a abordagem territorial? Será o suficiente para dar conta da complexidade que é o território pesqueiro?

Ao se considerar os processos de desigualdade territorial, deve-se considerar a vulnerabilização de determinados grupos e setores sociais e, paralelo a isso, as lacunas na implementação territorializada das políticas públicas. Se essas políticas fracassam na tentativa de compreender e de se aproximar do território considerando suas especificidades, deixam de ofertar serviços que realmente atendam às realidades locais e terminam por manter as desigualdades no território (MACHADO, *et al.*, 2021, p.116).

Com essas considerações, nos vale apontar que esse estudo é um recorte do Projeto “Promoção do Território Saudável e Sustentável em Comunidades

Tradicional, da Ilha de Maré, Salvador - BA” e busca analisar o processo metodológico utilizado pelo TSS em comunidades tradicionais como forma de replicabilidade em outros territórios.

O olhar agroecológico e territorial capta a forma como as ferramentas e instrumentos metodológicos são tecidos, emendados e articulados, de tal modo que um novo surja, com capacidade de desenhar espaços onde as trocas de valores são promovidas, em especial, na atividade da pesca, na saúde, na produção de alimentos e na conservação do ambiente.

A abordagem agroecológica estimula o manejo responsável dos recursos, promovendo a coexistência entre a pesca/mariscagem e a agricultura, seja por meio de aplicação de técnicas que respeitam os ciclos naturais, visando garantir uma produção de alimentos que seja ecologicamente equilibrada e socialmente justa.

Ao mesmo tempo, o cultivo de quintais produtivos emerge como uma prática valiosa, permitindo o crescimento de culturas diversificadas, muitas vezes adaptadas às condições locais, proporcionando um suprimento de alimentos diversificados e saudáveis.

Por outro lado, a conservação e cuidado com o ambiente assumem, assim, uma importância vital, refletindo o profundo compromisso das comunidades com a preservação dos ecossistemas marinhos e terrestres. Onde o direito ao mar e à terra, no saber e no fazer da comunidade tradicional, guardiãs dos conhecimentos ancestrais, ocorre uma estreita relação com a natureza, a partir da base agroecológica e na busca de um território saudável e sustentável.

Neste contexto, Machado *et al.* (2017), enfatiza que a produção de conhecimento acontece a partir de processos formativos, visando promover o protagonismo das pessoas para o desenvolvimento e implementação de ações locais, com foco ao acesso à água de qualidade, à segurança alimentar com base agroecológica, e o qual perpassam as questões de autonomia, resiliência, resistência, integração social e equidade de gênero.

O direito ao mar e à terra se entrelaça com a prática agroecológica, criando uma estreita relação entre os modos de vida tradicionais e as condições de uma sustentabilidade. O conhecimento transmitido oralmente por meio das gerações é um testemunho da conexão intrínseca entre a comunidade e a natureza, enraizando a base da abordagem agroecológica na cultura e na tradição.

Neste sentido, o TSS constitui um marco referencial e teórico para atuação

da saúde pública, entrelaçado com o ambiente e o trabalho. No âmbito da Fiocruz, o desenvolvimento de TSS tem seu delineamento institucional na sustentabilidade ambiental, reforçado e ampliado no Congresso Interno da Fiocruz, em 2017 e na Agenda 2030¹, com o objetivo de dirimir as vulnerabilidades sociais do território, por meio da participação e justiça social.

A partir desse entendimento e prática, as estratégias de promoção de TSS são fundamentadas no “compartilhamento dos saberes locais e na ativação de redes sociotécnicas intersetoriais, promovendo interações acadêmicas e institucionais em múltiplas escalas” (MACHADO *et al.*, 2021, p. 110).

Neste contexto, a Agroecologia não é apenas uma abordagem de produção de alimentos, é uma filosofia que interliga a proteção do ambiente, a promoção da saúde e a preservação cultural.

Assim, uma epistemologia específica emerge, reconhecendo-a como uma ciência em ascensão, conforme aponta Caporal *et al.* (2009). Isso molda um paradigma que ressoa profundamente com as comunidades tradicionais e sinaliza uma abordagem transformadora para a construção de um território saudável e sustentável.

Ao colocar em prática esses princípios, as comunidades de pesca artesanal estão moldando um futuro onde a interdependência entre o ser humano e a natureza é valorizada, reconhecendo assim o papel crucial das gerações passadas e presentes na construção de um legado sustentável para as futuras gerações.

A reflexão apresentada destaca a complexidade e a interconexão entre saúde, ambiente, trabalho e sociedade, sendo o PSAT responsável por difundir e compartilhar conhecimentos e tecnologias sobre essas temáticas, visando a promoção da saúde, qualidade de vida e redução das desigualdades sociais da população.

Desta forma, a construção de TSS encontra-se embasada na interação com a pedagogia do cuidado por meio da escuta e das falas das pessoas que ocupam os territórios, da pesquisa-ação e da educação popular que perpassa todo o processo, desempenhando um papel significativo na melhoria das condições de

¹ A Agenda 2030 (ONU) é um plano de ação que busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. O reconhecimento da necessidade da erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, sendo este o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

vida das pessoas.

Vale destacar que o TSS é um conceito que se encontra em construção. Um conceito dinâmico, em contínuo movimento. Tem como premissa o trabalho coletivo de formação-ação para o desenvolvimento local sustentável e emancipador.

A partir da experiência vivenciada com os pescadores artesanais, o TSS vem provocando articulação e diálogos sobre as condições de vida das pescadoras artesanais, o bem-estar físico, social e mental a partir de uma ação territorializada, ou seja, a partir da compreensão do processo saúde/doença da população, onde possíveis necessidades de intervenção para os problemas são encontrados no território.

Da mesma forma, há a preocupação da população das águas (pescadoras artesanais) em garantir para as gerações futuras a conservação dos recursos naturais entre o mar e a terra na busca da promoção da sustentabilidade ambiental com base agroecológica, da participação, da equidade e da justiça social que fomentam a discussão e o debate sobre a saúde, ambiente e trabalho.

A promoção de TSS está relacionada às ações, vivências e práticas desenvolvidas no território e, conseqüentemente, à saúde da população local, integrando a vigilância popular em saúde, para a construção de práticas sanitárias e, em especial, nas relações com o trabalho e o ambiente. Está articulado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e à Agenda 2030, como também, à promoção da saúde e o desenvolvimento humano, visando a redução das iniquidades.

Compreende, ainda, que os espaços saudáveis e sustentáveis se materializam a partir de ações comunitárias e no acesso às políticas públicas nas suas dimensões ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais, na interface com o território pesqueiro, visto a relação do impacto na saúde da população, ao ambiente e ao ecossistema marinho, conforme trazem os autores Machado, *et al.* (2017, 2020), Gallo, *et al.* (2019) e Petersen e Monteiro (2020), entre outros.

Para tanto, esta tese, tem como objetivo central: *analisar o processo metodológico da pesquisa “Promoção de Território Saudável e Sustentável em Comunidades Tradicionais da Pesca Artesanal da Ilha de Maré, Salvador - BA”, a partir do enfoque da promoção da saúde, da Agroecologia e do desenvolvimento territorial.*

E frente a essa perspectiva e a partir das questões pontuadas anteriormente, foram elencados os objetivos específicos abaixo:

- i. Conhecer o território da Ilha de Maré e suas práticas/saberes da pesca artesanal;
- ii. Compreender como se dá a resiliência frente ao desenvolvimento da comunidade para a superação de adversidades vivenciadas no dia a dia, em especial, das mulheres pescadoras artesanais e/ou marisqueiras;
- iii. Avaliar a contribuição da metodologia referente a pesquisa de “Promoção de TSS em Comunidades Tradicionais”;
- iv. Analisar a eficiência e efetividade do método, instrumentos e resultados utilizados na pesquisa do TSS; e, por fim,
- v. Elaborar um produto (livreto) que possa somar na luta da pesca artesanal, em especial, da Ilha de Maré, Salvador - BA.

As mulheres pescadoras artesanais, conhecidas como marisqueiras desempenham um papel vital na sustentabilidade dos territórios pesqueiros e na preservação da atividade da pesca artesanal. Suas contribuições vão além das atividades de pesca em si e têm impacto significativo no ambiente, na economia local e na preservação das tradições culturais, além do cuidado consigo e com a família. Assim, compreender o seu papel na defesa do território pesqueiro, bem como o reconhecimento pela atividade da pesca artesanal é fundamental, tendo em vista a complexidade da pesca artesanal, uma atividade que tem no seu cotidiano formas de manejo dos recursos naturais e utiliza ferramentas e insumos rústicos, assim como seus pequenos barcos.

Além da reprodução social e cultural, essa atividade tem uma estreita relação com a natureza e é dependente de seus ciclos, a exemplo, marés, vento e ciclos lunares.

O modo de ser e o jeito de produzir, seja no mar, no rio, nos mangues, torna a pescadora uma categoria específica entre outras trabalhadoras, conforme a reflexão teórica de Carvalho *et al.* (2014), Diegues (1983, 2004), Maldonado (1993), Pena e Gomez (2014), Sacramento (2019) e Silva *et al.* (2021), essas/es autoras/es ajudaram a refletir sobre a complexidade da pesca artesanal, uma atividade que tem no seu cotidiano formas de manejo dos recursos naturais e utiliza ferramentas e insumos rústicos, assim como suas embarcações, que são de pequeno ou médio porte, construídas com material disponível na natureza.

Por outro lado, as pescadoras artesanais, segundo Silva e Menezes (2001, p. 87), são pessoas históricas que se apropriam de determinados modos do ambiente aquático, por meio de conhecimentos, instrumentos e embarcações de um mundo social e histórico no qual predomina a tradição oral. Possuem uma relação direta com a natureza para sobreviverem e acabam desenvolvendo a partir da observação e da prática conhecimentos específicos e essencial sobre o ambiente, sendo em geral nas proximidades da costa, rios, lagos e mangues.

Considerada como uma atividade atrasada historicamente, sofrem por não ter seus direitos respeitados e considerados na tomada de decisão política. Suas vozes não são escutadas, as suas necessidades de saúde, educação, segurança alimentar, habitação, entre outras, não são atendidas.

Dessa forma, é necessário reolhar a experiência e as práticas de promoção da saúde ambiental territorializada para o desenvolvimento de TSS, por meio de atuação formativa diferenciada em comunidades tradicionais, em uma perspectiva metodológica passível de reaplicação em outras localidades, contribuindo para a participação social ao compartilhar os desafios e lições aprendidas e apreendidas, não só a partir de teorias, mas pela prática experienciada.

Segue-se a hipótese que o conhecimento tradicional da comunidade quilombola e da pesca artesanal para aprimoramento da metodologia do TSS a partir da Agroecologia pode contribuir para a promoção da saúde na comunidade, pois o fazer junto faz a diferença no projeto, face o sentimento de pertencimento das pessoas que participam do processo.

Portanto, trazer essas questões para a reflexão acadêmica é dar visibilidade à situação das populações das águas, às populações da pesca artesanal, ao seu modo de vida, de produção e reprodução social, que vai além do mar e da terra. Com isso, procurou-se aprofundar o debate, a partir do olhar interdisciplinar para uma atividade milenar, e, espera-se, subsidiar a elaboração de políticas públicas promotoras da saúde mais eficazes para esse segmento da população.

Analisar o caminho percorrido e os resultados do projeto “Promoção de Território Saudável e Sustentável em Comunidade Tradicional Pesqueira”, possibilitou reconhecer as legítimas preocupações, demandas e denúncias feitas pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), em especial, as populações da pesca artesanal da Ilha de Maré, Salvador - BA, e com isso,

contribuir com a reflexão de ações que promovam a sustentabilidade, o reconhecimento dos seus direitos e a melhoria das condições de vida das comunidades envolvidas.

Por fim, esta pesquisa é uma tentativa de decifrar as complexas racionalidades que proporcionam um conjunto de conexões e benefícios não só para as pescadoras, mas também para a sociedade.

Cabe ainda mencionar que este estudo está registrado na Plataforma Brasil conforme o CAAE: 48609421.7.0000.9547, de agosto de 2021.

Estrutura da tese

A presente tese encontra-se estruturada em capítulos centrais. No decorrer destes, buscarão responder às questões que nos trouxeram aqui, tecidas por meio de “fios temáticos que a permeiam”, como traz o antropólogo britânico Tim Ingold (2015). Após a apresentação sobre a autora, inicia-se a introdução, trazendo os principais elementos que serão tecidos ao longo do trabalho; os objetivos - geral e específico, os caminhos metodológicos utilizados, seguidos pelos capítulos centrais conforme abaixo:

- Aproximação com o projeto - promoção de Território Saudável e Sustentável em Comunidade Tradicional: traz o contexto da Ilha de Maré e do projeto de “promoção de território saudável e sustentável em comunidade tradicional”, realizado na Ilha de Maré, Salvador - BA, no período de 2018/2022.
- Mareando: o reconhecimento da pesca artesanal: a partir da reflexão sobre a pesca artesanal, o reconhecimento e direitos da pescadora artesanal. Busca compreender como a interseccionalidade nos ajuda a assimilar melhor as desigualdades e a sobreposição de opressões e discriminações existentes, assim como a dinâmica das pescadoras de ser e estar no mundo e de se relacionar com a natureza, intrínseca nas suas relações sociais e no território pesqueiro.
- Território pesqueiro: entre o mar e a terra: em um cenário de negação o território vem sendo impactado por diversas formas de degradação. Esses geram impactos tanto à saúde desta população quanto ao ambiente, território e, conseqüentemente, aos ecossistemas costeiros.
- A Agroecologia e a pesca artesanal: o olhar agroecológico em suas múltiplas

dimensões considera a complexidade da agroecologia enquanto ciência e como estratégia para o desenvolvimento saudável e sustentável, em que os recursos naturais são sinônimos de cuidado e de biodiversidade protegida, o que articula com a segurança e a soberania alimentar. A agroecologia se configura como um projeto em construção, que requer um debate que problematize a sua prática, em que as transformações socioeconômicas precisam considerar e respeitar o modo de vida, de produção e reprodução social tradicional das comunidades quilombolas e pesqueira da Ilha de Maré.

- Promoção e Vigilância Popular em Saúde: a relação entre o maretório saudável e sustentável: traz a experiência da ação comunitária e participativa das pescadoras artesanais da Ilha de Maré frente aos desafios postos no território e em defesa da vida.
- Resultados e discussões: traz os resultados e as discussões referente aos objetivos traçados nesta tese, bem como a síntese de todo o processo percorrido pelo projeto TSS na comunidade tradicional pesqueira da Ilha de Maré,

Por fim, nas considerações, há o compilado das reflexões ao longo do estudo, na tentativa de responder às questões levantadas.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Tecer é também tornar o corpo de inscrição do saber e da memória (MARTINS, 2022).

É necessário pensar um método que possa explicar os fatos sociais e, principalmente, que possa se desdobrar em uma concepção estrutural, visto a complexidade do objeto pesquisado a partir da singularidade de quem escreve, visando também caminhos institucionais que contribuam e favoreçam a visibilidade e articulação com a pesca artesanal.

Ferreira *et al.* (2021) nos orienta a apreensão de um território que a cada nova visita persistia em mostrar contextos e riscos, exigindo também a nossa capacidade de resiliência e, assim, a necessidade de pensar em um desenho metodológico que dê conta na análise de um percurso metodológico utilizado em um projeto de pesquisa de promoção de TSS e, principalmente, uma comunidade tradicional, quilombola e pesqueira.

A definição dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa

tem como premissa a compreensão que a construção que um estudo científico requer.

Assim, o estudo de caso se mostra como um método de pesquisa estratégico, com o objetivo de descrever e aprofundar sobre um assunto específico, bem como a delimitação do estudo, visando a sistematização da experiência vivenciada, a avaliação desta, a possibilidade de contribuição para tomada de decisão futura e o aprimoramento do método para as ações de promoção de TSS em comunidades tradicionais.

Esse método se apresenta como um instrumento importante para facilitar a compreensão de algo que vai para além do caso em si, não existindo um limite rígido, que pode variar conforme o objetivo e o interesse da pesquisa. Recorrendo, desta forma, às múltiplas fontes de dados e métodos de coleta, como entrevistas, diários de campo, narrativas, análise documental, entre outros.

Por conseguinte, a triangulação aparece como um conceito comum e importante na metodologia qualitativa e de estudos de caso, conforme afirmam os autores, Yin (2001), Minayo (2008), Gaio *et al.* (2008), Gil (2002) e Deslandes (1994). Esses autores apresentam a triangulação como uma estratégia de validação, na medida em que torna possível a combinação de metodologias para estudo do mesmo fenômeno.

Desta forma, este estudo se volta à teoria e à realidade vivenciada no embate cotidiano de superação das dificuldades e na busca por melhores condições de vida (YIN, 2001). Conhecer e aprofundar sobre as especificidades/complexidades que envolvem as comunidades pesqueiras e suas territorialidades nos orientaram na elaboração do percurso metodológico adotado.

Cabe destacar que o conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, mas está conectado por uma teoria explicativa a partir da observação, que é parte integrante do processo de conhecimento e interpretação dos fenômenos, atribuindo-lhes um significado no qual o objeto não é um dado inerte e neutro (CHIZZOTTI, 2000).

Isto posto, é importante pontuar que a escolha da temática, o recorte espacial e alguns resultados apresentados nesta tese são fruto de uma trajetória de pesquisa de aproximadamente quatro anos (2018 - 2022), junto às comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré, Salvador – BA.

Foram várias as técnicas/ferramentas utilizadas no projeto TSS em

comunidades tradicionais pesqueiras, visto ser um processo dinâmico, assim como o território e a questão que foi demandada.

Inicialmente, foram definidas as estratégias metodológicas utilizadas como: a) levantamento de informações (relatórios e documentos já produzidos, pesquisa bibliográfica e acervos de estudos reunidos); b) observação participante, contribuindo para a reflexão pessoal e sendo fator essencial para auxiliar a pesquisadora na delimitação do projeto e orientação na busca da fundamentação teórica deste; e c) pesquisa de campo.

Vale destacar que, em face à especificidade do estudo, tais procedimentos foram desenvolvidos de forma articulada entre a teoria/prática e a análise, trazendo a reflexão do campo teórico e a relação quanto à prática vivenciada/observada no território.

Ressalta-se que, devido à especificidade da temática em estudo, tais procedimentos foram desenvolvidos de maneira integrada, reforçando a articulação entre a discussão teórica e análise empírica, pretendida nesta tese.

Neste sentido, as diversas formas de abordagem técnica que fizeram parte do projeto do TSS em comunidades tradicionais reafirmam a singularidade de estar em solo tradicional, o qual foram divididos em etapas:

Primeira etapa – comunicação/informação: acolhimento da demanda, escuta, diálogo; levantamento de documentação referente à temática permeada pela observação participante e educação popular;

Segunda etapa – seleção dos problemas prioritários: formação-ação (a teoria e a prática sendo exercida); pesquisa de campo: percepção dos moradores das comunidades da Ilha de Maré sobre sua saúde, seu ambiente e seu trabalho, e que envolveu a construção de mapa social, teatro, entrevistas, coleta de dados (construção de plataforma para armazenamento dos dados coletados); sistematização e análise dos dados;

Terceira etapa – compartilhamento dos dados encontrados com os pesquisadores populares, visando o debate sobre os dados, leitura dos gráficos, formas de apresentação e, após, com a comunidade, por meio de rodas de conversa, respeitando o saber, o entendimento e o limite de cada uma no processo;

Quarta etapa – elaboração de relatórios, cadernos, artigos, articulações internas e externas. Para isso o vai e vem das leituras por meio dos relatórios, os dados sensíveis a serem questionados e estarem apenas nos diálogos internos,

como uma forma de formação e entendimentos internos do porquê acontecem.

Vale sublinhar, que as três primeiras etapas são consideradas como ciclos para o desenvolvimento do estudo de caso. Entretanto, atribui-se a terceira etapa como essencial, principalmente quando se pisa em solo de comunidade tradicional, que é o compartilhamento dos dados sistematizados, diferente de devolutiva, pois ao fazer junto, há o compartilhamento.

As reflexões, discussões e análises referentes aos procedimentos metodológicos abordados nesta tese encontram-se estruturadas em cada capítulo, como uma forma de sistematização da experiência na comunidade pesqueira da Ilha de Maré. Instrumentos que fornecem o lastro necessário, e de forma resumida, à utilização de métodos de pesquisa para análise da investigação, a partir de eventos realizados no processo de desenvolvimento da pesquisa na ilha, como uma prática agroecológica para o desenvolvimento territorial saudável e sustentável, por meio de conjuntos diferentes de dados, que se relacionam e ajustam entre si, descrito por Yin (2001), como estudo de caso e aos quais está descrito abaixo.

Quadro 1. Promoção de Território Saudável e Sustentável em Comunidade Quilombola e Pesqueira de Ilha de Maré, Salvador – BA

ESTUDO DE CASO Ilha de Maré			
Por quê?	Como?	Discussão sobre os resultados	Resultado
1ª Etapa Apresentação /acolhimento da demanda, conhecer o território, seleção e delimitação do problema.	2ª Etapa Formação-ação (a teoria e a prática sendo exercida). Pesquisa-ação	3ª Etapa Compartilhamento dos dados encontrados com os pesquisadores populares.	4ª Etapa Elaboração de relatórios, cadernos, artigos, articulações internas e externas
Metodologias utilizadas no processo da pesquisa e conforme a necessidade local.		Educação Popular (dialógica, intercultural e emancipatória); Pesquisa – ação; Pesquisa participante; Cartografia social.	

Fonte: autora, 2023.

O estudo de caso é um método específico de pesquisa de campo. Confrontam duas questões principais: o “como” e o “por que” aconteceu determinado evento. Segundo Yin (2001, p. 34-35), é também adequado quando se tem de lidar com uma grande variedade de problemas teóricos e descritivos. Aponta ainda que todos os métodos se sobrepõem de várias maneiras, sem a presença de limites rígidos.

Além disso, surge a partir de uma questão-problema que se busca compreender e analisar. Ou seja, é um relato de experiência e dos resultados de uma investigação empírica que observa um evento contemporâneo em profundidade e em seu contexto atual. São investigações dos fenômenos e/ou fatos exatamente como eles ocorrem.

Vale ressaltar que Yin (2010, p. 23) vai dizer que o caminho começa com uma revisão da literatura, visando estreitar a compreensão do objeto do estudo e com a apropriação das questões da pesquisa. Ainda, há a necessidade de manter uma “cadeia de evidência”, como o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história cronológica de estudo.

Assim, o estudo de caso pode ser classificado quanto ao tipo, que pode ser: estudo descritivo, estudos causais e estudos exploratórios, conforme assinala Yin (2001). Para esse autor, há no mínimo cinco componentes de um projeto de pesquisa, a saber: i. as questões de um estudo – os termos de “quem”, “o quê”, “onde”, “como” e “por que”; ii. suas proposições – evidências relevantes que estavam fora do escopo inicial; iii. unidades de análise – informações relevantes; iv. pela lógica que une os dados às proposições; e, v. interpretação das descobertas (representa a análise de dados da pesquisa).

A análise consiste na busca da maior quantidade possível de informações sobre o objeto de estudo, sendo uma das vantagens desse método proporcionar o aprofundamento do estudo, uma vez que os recursos estão concentrados no caso, isentando-o de comparações com outros casos.

O objeto deste estudo é analisar o processo metodológico da pesquisa “Promoção de Território Saudável e Sustentável em Comunidades Tradicionais da Pesca Artesanal da Ilha de Maré, Salvador - BA”, a partir do enfoque da promoção da saúde, da Agroecologia e do desenvolvimento territorial.

Seguidos pelos objetivos específicos e a partir do estudo de caso, sobre a pesquisa realizada na Ilha de Maré, a qual pontua-se: i. conhecer o território da Ilha

de Maré e suas práticas/saberes da pesca artesanal; ii. compreender como se dá a resiliência frente ao desenvolvimento da comunidade para a superação de adversidades vivenciadas no dia a dia, em especial, das mulheres pescadoras artesanais e/ou marisqueiras; iii. avaliar a contribuição da metodologia referente a pesquisa de “Promoção de TSS em Comunidades Tradicionais”; iv. analisar a eficiência e efetividade do método, instrumentos e resultados utilizados na pesquisa do TSS; e, por fim, v. elaborar um produto que possa somar na luta da pesca artesanal, em especial, para a Ilha de Maré, para isso, um livreto com os principais registros e demandas das pescadoras artesanais, a partir do debate e reflexão realizada por elas.

No Quadro 2, referente às etapas e aos respectivos instrumentos metodológicos utilizados, a partir da reflexão do professor Thiollent (2011).

Quadro 2. Síntese das etapas realizadas do projeto de promoção de TSS em comunidades da Ilha de Maré, Salvador - BA



Fonte: autora, 2023.

Assim, o processo se encontra estruturado em três etapas, a saber: i. familiarização da pesquisadora com o universo a ser estudado; ii. revisão da literatura disponível, buscando o embasamento teórico e conhecimento do grupo pesquisado por meio de entrevistas e outros experimentos já concluídos; iii. coleta e análise dos dados, onde utilizam-se de uma grande variedade de fontes para

levantar os dados, como a observação participante, entrevistas semi estruturadas, documentos disponíveis, entre outros. Dessa maneira, a função do estudo de caso é ter uma compreensão e aprofundar sobre o fenômeno estudado.

As entrevistas foram realizadas com dez pesquisadores populares das comunidades da Ilha de Maré que participaram do projeto promoção de TSS em comunidades tradicionais, que representam o território quilombola e pesqueiro, no intuito confirmar ou não, a avaliação sobre a contribuição do projeto TSS no território.

Participaram as lideranças quilombolas e pescadoras artesanais de distintas comunidades da Ilha de Maré que participaram do projeto.

Para a entrevista, foram formuladas 16 (dezesesseis) questões, destas, 13 (treze) foram estruturadas conforme a escala de Likert, uma escala de classificação usada para medir atitudes, percepções e opiniões, na qual, para cada item, a entrevistada daria uma nota de 1 a 5, sendo que a nota mínima significa “ruim” e a nota máxima significa “muito bom”.

A intenção com esse tipo de pergunta, foi devido à pandemia Covid-19 e à necessidade de distanciamento com a comunidade, assim seria um meio a ser utilizado por meio de WhatsApp, o que não foi preciso, entretanto, manteve-se o planejamento pensado anteriormente.

Antes da aplicação do questionário, foi explicado à entrevistada que ela deveria marcar a resposta que mais se conforma com a sua opinião e três questões restantes foram abertas, visando trazer a percepção individual sobre o projeto como um todo.

A identidade das entrevistadas foi preservada e as mesmas serão identificadas no texto conforme a ordem das entrevistas, ou seja, pesquisadora popular xx (ppxx).

Algumas falas das entrevistadas foram mantidas na íntegra para não comprometer o argumento destas. Cabe destacar que as entrevistas foram realizadas *in loco*, respeitando as orientações sanitárias vigentes no país e em conformidade com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Ademais, vale ressaltar que foram utilizados dados da pesquisa realizada nas dez comunidades da ilha, a saber: Bananeiras, Botelho, Caquende, Itamoabo, Maracanã, Martelo, Neves, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos e Santana, com exceção da comunidade de Praia Grande, devido à pandemia de Covid-19 e a

limitação dos recursos financeiros. Por outro lado, buscou-se seguir algumas etapas e procedimentos metodológicos que possibilitaram chegar ao presente estudo.

O método de estudo de caso, segundo Yin (2001) e Gil (2002), envolve revisão de literatura à luz das categorias. Para isso, foca-se em algumas categorias centrais como: pesca artesanal; pescadoras artesanais, Agroecologia, território saudável e sustentável, e vigilância popular em saúde, que no processo da pesquisa se apresentou como resultado.

Para tanto, foram utilizados livros, artigos, dissertações, teses, revistas, documentários, enfim, principais teóricos que refletem essas categorias centrais da pesquisa. Esse processo se deu por meio de portais específicos, como periódicos da Capes, Google Scholar, Scielo, banco de teses, lives, documentários disponíveis no YouTube e mídias nacionais.

Foram utilizados outros instrumentos, como observação de campo e participante. Foram organizados e analisados documentos, como relatórios, entrevistas e a análise de dados elaborados pelo PSAT/Fiocruz Brasília, objetivando reunir informações detalhadas e sistemáticas, além levantar por meio da mídia reportagens sobre as denúncias realizadas pelas lideranças pescadoras da Ilha de Maré no período entre 2018 e 2022.

A pesquisa teve caráter descritivo, pois se propõe a expor características de determinada população ou fenômeno (GIL, 2002), ancorando-se na análise qualitativa dos dados. Como aponta Minayo (2017, p. 1), essa abordagem preocupa-se com a sua “dimensão sociocultural que se expressa por meio de crenças, valores, opiniões, representações, formas de relação, simbologias, usos, costumes, comportamentos e práticas”.

A escolha pela pesquisa qualitativa se deu a partir da possibilidade de captar aspectos específicos dos dados e dos acontecimentos no contexto em que eles aconteceram, visto a relação dinâmica entre o mundo real e a subjetividade da pescadora artesanal.

Como traz Antonio Chizzotti, a pesquisa qualitativa “privilegia algumas técnicas, tais como a observação participante, história ou relatos de vida, a análise de conteúdo” (2000, p. 85), e no caso desta pesquisa, o olhar das pescadoras por meio de entrevistas sobre o processo desenvolvido na Ilha de Maré. Para isso, esse estudo se ancorou em diversos teóricos como: Cervo e Bervian (2002); Chizzotti

(2000); Dagnino (2014), Deslandes *et al.* (1994); Gil (2002); Minayo (2008); Severino (2007); Silva e Menezes (2001); Thiollent (2011) e Yin (2001).

Parafraseando Gadamer (1997, p. 15), o que nos apresenta não é uma diferença dos métodos, e sim uma diferença dos objetivos do conhecimento, ou seja, o processo como um todo.

A seguir, uma breve sistematização da pesquisa Promoção de TSS na Comunidade Tradicional Quilombola e Pesqueira da Ilha de Maré, Salvador - BA.

Quadro 3. Síntese sobre as ações realizadas na Comunidade Quilombola e Pesqueira, da Ilha de Maré, Salvador – BA

AÇÕES	DESCRIÇÃO
Articulação para apresentação de demanda social entre as Pescadoras artesanais e a Fiocruz Rio de Janeiro.	Demanda social: cooperação institucional, visando desenvolver ações de saúde nas comunidades da Ilha de Maré, BA, para realização de um diagnóstico epidemiológico, ambiental e sanitário da população, visto as especificidades do território e suas vulnerabilidades decorrentes da localização geográfica no entorno de grandes empreendimentos industriais.
PSAT – Fiocruz Brasília	Conhecendo o território Visita ao redor da ilha com pequenas paradas (rodas de conversa sobre as percepções das condições ambientais e sanitárias). Acolhimento, escuta e seleção de problemas prioritários - Formação – ação - Pesquisa: percepção dos moradores sobre saúde, ambiente e trabalho - Apoio institucional TAC
Ações Cuidado com a saúde Formação Pesquisa de campo Promoção e Vigilância em Saúde	Cinco eixos estruturantes: 1. Observação das necessidades e condições de saúde, trabalho e ambiente; 2. Formação – ação dos pesquisadores populares da pesca artesanal sobre saúde, trabalho e ambiente; 3. Pesquisa-ação em dez comunidades da ilha sobre a percepção da saúde, ambiente e trabalho; 4. Promoção de vigilância popular em

	saúde – cuidado com o território; 5. Apoio na análise e monitoramento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Construção de sistema para armazenamento e sistematização dos dados coletados nas comunidades da Ilha de Maré.
Redes Articulações com a UFBA, UFC, Colônia de Pescadores da Ilha de Maré – Z-4; CPP, entre outras.	Compartilhamento e discussão dos dados coletados com pesquisadores populares; Compartilhamento com a comunidade (em andamento); Elaboração de relatório, cadernos, livretos, cartilhas apresentação em Congresso, Seminários, entre outros.

Fonte: a autora, 2023.

Tecendo a agenda de luta das pescadoras artesanais: produto final

O livreto como produto desta tese surge na intenção de somar na luta das pescadoras artesanais da Ilha de Maré. É um processo dinâmico, assim, terá espaço para serem inseridas outras informações, bem como as instituições demandadas por elas.

As reivindicações aqui postas se deram a partir das discussões entre as lideranças da Ilha de Maré, visando subsidiar o governo de transição (2022/2023) e como forma de registro da memória coletiva.

Desta forma, o livreto traz o registro de alguns dados sistematizados e publicizados por meio do relatório da Ilha de Maré, pelo PSAT, Fiocruz Brasília, 2022, com enfoque na saúde, ambiente, trabalho e Agroecologia.

Assim, foram pensadas três etapas. i. trazer o mais breve as características da Ilha de Maré e o mapa para situar o leitor de onde a gente está falando; ii. os principais dados sobre a pesquisa referente à percepção dos moradores sobre a saúde, ambiente e trabalho, nas dez comunidades da ilha; e iii. a agenda de luta das pescadoras artesanais, resultado coletivo de uma discussão realizada por elas para contribuir com o governo de transição em final de 2022/2023.

Vale destacar que essa demanda representa uma tentativa de capturar um momento singular e apresentar as reivindicações das pescadoras artesanais da Ilha de Maré. Para alcançar esse objetivo, recorreu-se a dados que podem subsidiar as instituições governamentais sobre as demandas apresentadas pelas pescadoras, a partir da percepção dos moradores da ilha relacionado à saúde, ambiente e trabalho das comunidades, bem como, o percurso metodológico

utilizado pelo projeto TSS desenvolvido na ilha.

O título escolhido para o livreto se deu a partir da fala da pescadora artesanal Eliete Paraguassu, em uma visita que ocorreu na Ilha de Maré com os pesquisadores das Universidades da BA, CE, MT, PE e a Fiocruz Brasília em 2022, buscando exaltar as perspectivas únicas e valiosas das pescadoras artesanais.

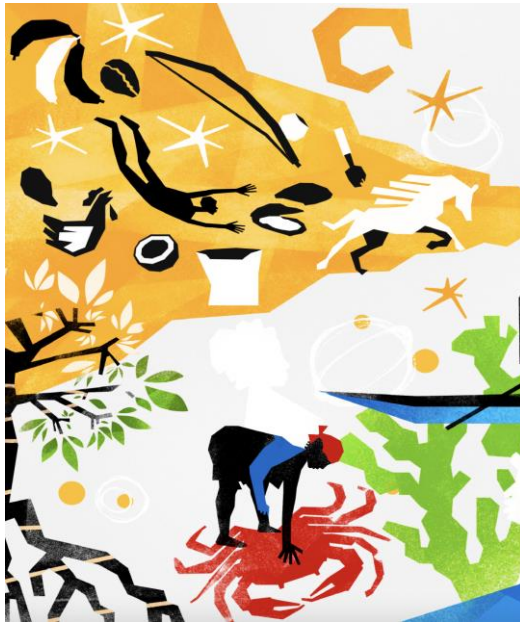
A importância de considerar o processo produtivo torna-se evidente ao ser reconhecido que os recursos no planeta são finitos, sendo imperativo reavaliar o modelo de desenvolvimento territorial almejado.

Repensar a segurança e a soberania alimentar da população, intrinsecamente interligadas com a saúde humana, o ambiente do território e, conseqüentemente, com a atividade da pesca artesanal.

Assim, essa proposta encontra-se a partir do olhar da pesquisadora para o território quilombola e pesqueiro em que a situação de saúde está relacionada com as condições de vida, ao ambiente e ao trabalho, onde navegar é preciso, pois viver e lutar são necessários para uma vida digna para as pescadoras artesanais.

O livreto trouxe como elementos, a água, a natureza, o pescado, os mariscos, o mangue, as pescadoras artesanais e as demais características do pescado como os barcos, registros da memória da atividade desenvolvida na ilha. E como traz Ailton Krenak (2022), no seu livro “Futuro ancestral”, vai dizer que -a maioria das pessoas pensa que só se vive em terra firme e não imagina que tem uma parte da humanidade que encontra nas águas a completude de sua cultura, de sua economia e experiência de pertencer.

Assim, entre o mar e a terra estão as pescadoras artesanais, uma atividade milenar e ainda hoje, com o seu modo de vida, de produção e reprodução social, mostra que não existe separação entre o homem x natureza. Assim, os principais pontos abordados no livreto que estará anexo à tese, refere-se a sistematização da experiência/vivência na ilha.



NAVEGAR É PRECISO, PORQUE VIVER E LUTAR SÃO NECESSÁRIOS: HOMENS E MULHERES DAS ÁGUAS

Uma sistematização de experiência em
Promoção de Territórios Saudáveis e
Sustentáveis na Ilha de Maré, Bahia



FÁTMA CRISTINA CUNHA MAIA SILVA
HORAÇA MARIA LIMA DA SILVA ANDRADE
LEONARDO PIREZ DE ANDRADE

NAVEGAR É PRECISO, PORQUE VIVER E LUTAR SÃO NECESSÁRIOS: HOMENS E MULHERES DAS ÁGUAS. ILHA DE MARÉ - BA

Sistematização de experiência em Promoção de um
Território Saudável e Sustentável,
Ilha de Maré, Salvador - BA

ISBN nº 978-65-88509-34-6

RECIFE, 2023



SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO 05
2. SOBRE A ILHA DE MARÉ 06
3. IDENTIDADE E PERTENCIMENTO COM A NATUREZA 07
4. COM O PÉ NAS ÁGUAS DA COMUNIDADE 07
5. INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS 10
- 5.1. PESQUISA-AÇÃO 10
- 5.2. CARTOGRAFIA SOCIAL 10
- 5.3. FORMAÇÃO-AÇÃO 12
6. COM-PARTILHAMENTO DE ALGUNS DADOS 16
- 6.1. PERFIL DOS MORADORES 17
- 6.2. EDUCAÇÃO 18
- 6.3. SAÚDE 21
- 6.4. SANEAMENTO 26
- 6.5. AMBIENTE 26
- 6.6. TRABALHO 29
- 6.7. AGROECOLOGIA, PLANTAS MEDICINAIS E OUTRAS PRÁTICAS INTEGRATIVAS 32
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 35
8. AGENDA DE REIVINDICAÇÕES 37
9. AGRADECIMENTOS 41
10. REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO 42
11. DENÚNCIAS 43

Apresentação

"Navegar é preciso, porque viver e lutar é necessário" conta Eliete Paraguassu, pescadora artesanal da Ilha de Maré, e que dá o título deste caderno.

O projeto - "Promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis em Comunidades Tradicionais da Pesca Artesanal, de Ilha de Maré, Salvador, BA", coordenado pelo Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT), da Fiocruz Brasília, ocorreu no período de 2018-2022. Sendo que houve uma suspensão das atividades no período de 2020/2021, visto a crise sanitária instalada no país, a pandemia Covid-19. A população que participou desse processo, foram pescadoras artesanais.

A sistematização dessa experiência pode ajudar a refletir sobre a prática de promoção de território saudável e sustentável em comunidades tradicionais, como forma de multiplicação e reconhecimento e fortalecimento da pesca artesanal.

Pensando a promoção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis, é importante fortalecer a pesca artesanal, a educação das águas e a saúde local e em especial, o modo de vida, de produção e reprodução social da comunidade quilombola e pesqueira da Ilha de Maré, na luta pela garantia histórica dos seus direitos sociais e ambientais.

4

5



Sobre a Ilha de Maré

A Ilha de Maré é um território quilombola-pesqueiro localizado na Baía de Todos os Santos, Salvador - BA e a maioria da sua população vive da pesca, agricultura, artesanato e turismo.

Há décadas denuncia os impactos da contaminação de resíduos industriais e petroquímicos do Complexo Industrial de Aratu e da Refinaria Landulpho Ives (ILAM) - Petrobrás, que impactam a saúde, o ambiente e o trabalho da população local.

São empreendimentos dos segmentos químico, metal-mecânico, de minerais não metálicos, plásticos, fertilizantes, eletroeletrônicos, entre outros.

Com uma população aproximada de 6.434 habitantes (IBGE, 2010), a Ilha de Maré é considerada o bairro mais negro de Salvador. No entanto, esse número de habitantes é contestado pelos moradores da ilha.

Segundo eles, a população está em torno de mais de dez mil habitantes, o que impactaria na adequação dos equipamentos sociais, como a saúde, saneamento, escolas e transporte.

Onze comunidades se distribuem às margens da ilha. São elas: Bananeiras, Botelho, Caquendo, Itamoabo, Maracanã, Martelo, Neves, Praia Grande, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos e Santana.

6

Desde 2017, as comunidades de Bananeiras, Martelo, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos e Praia Grande, foram reconhecidas como remanescentes quilombolas (INCRA).



Os manguezais, recifes de corais e corais fazem parte da pesca artesanal e marisqueira, onde o respeito e o cuidado com o ambiente levam à sustentabilidade da prática agroecológica.

Observamos a existência de quintais produtivos, onde estão presentes pequenas plantações de banana, cana de açúcar, coco e dendê, além das plantas medicinais e hortaliças, que complementam o cuidado com a saúde e com a alimentação de base agroecológica.

No seu interior, encontramos sítios, fazendas e áreas de mata, algumas desmatadas para criação de gado e plantação de capim para os animais.

7



Identidade e pertencimento com a natureza

As pessoas, que ali vivem, possuem um sentimento profundo de pertencimento e uma relação estreita com a natureza.

A visão de mundo e as práticas das comunidades tradicionais estão compartilhadas e a produção é a base agroecológica de ser, de viver e de se relacionar com o ambiente.

Dessa intimidade, partem o conhecimento, o respeito e a responsabilidade com o manejo, o que orienta ações práticas voltadas à preservação ambiental do lugar onde vivem.

Com o pé nas águas da Comunidade Tradicional da Ilha de Maré

A primeira aproximação com as pescadoras artesanais da Ilha de Maré pela Fiocruz se deu em 2018 por meio de uma visita ao redor da ilha, com paradas para conhecimento e escuta, iniciando assim uma relação de troca de saberes e conhecimentos.

8



Foram elencadas duas ações principais: 1. formação das pescadoras artesanais; e 2. elaboração e aplicação de uma pesquisa voltada para a percepção das moradoras sobre a sua saúde, o ambiente e trabalho. Além de expandir a rede de apoio para o fortalecimento da pesca artesanal que as lideranças da pesca artesanal já viam tecendo.

Em meio às reuniões/oficinas/encontros de formação das lideranças da pesca artesanal, foi elaborado o Inquérito Sanitário, o que se denominou roteiro de campo de pesquisa sobre a percepção dos moradores das comunidades da Ilha de Maré sobre a sua saúde, o ambiente e o trabalho.

Desse projeto, surgiu a pescadora artesanal como pesquisadora popular, onde a partir do olhar para o ambiente e o território, se percebe o cuidado, consigo, com o outro, com o ambiente e com o território.



9

Formação-ação na ilha de Maré

"A ilha que queremos", foi apresentada pelas crianças da comunidade em um cartaz representando o que elas queriam para a ilha.

"Queremos uma ilha saudável e sustentável, queremos brincar, estudar, uma alimentação saudável, queremos ser crianças".

Para registrar esse momento as pescadoras artesanais da ilha de Maré entregaram uma cesta com produtos de base agroecológica à Fiocruz, simbolizando um compromisso assumido.

Nestes momentos, houve o resgate da memória individual e coletiva da comunidade tradicional pelas crianças, mulheres e mais velhos.

12

O processo da pesquisa foi realizado por etapas e a cada dois meses as/os pesquisadoras/os da Fiocruz estavam na ilha de Maré.

O planejamento das atividades a serem desenvolvidas na ilha, contavam sempre com a participação das pescadoras artesanais e as/os pesquisadoras/es de Fiocruz.

Os temas abordados foram a partir do inquérito sanitário (que denominamos de roteiro de campo), como saúde, ambiente e trabalho, assim como outros temas, sobre práticas integrativas, plantas medicinais, cuidado à saúde, os quintais produtivos.

13

O resultado inicial e diante das diversas inquietações por parte das pescadoras artesanais contou com um **inquérito sanitário, ou roteiro de campo, extenso, com 25 blocos** a serem aplicados pelas próprias pescadoras artesanais.

Antes da aplicação do roteiro, foi realizado uma **simulação com as pescadoras artesanais sobre como deveriam chegar à casa** das/os moradoras/es e os cuidados que precisariam ter.

Após as entrevistas os dados coletados precisariam ser sistematizados, armazenados e analisados, para isso foi construído um **sistema on-line** para esse objetivo.

Para testar o instrumento de entrevista foi selecionada a **comunidade de Bananeiras** e observamos a necessidade de readequação do roteiro de campo pelas próprias pesquisadoras, face o instrumento ser muito extenso.

O **instrumento foi reduzido para 14 blocos**, com as temáticas mais significativas para as pescadoras artesanais.

Após a análise realizada, foi feito o compartilhamento dos dados com as pescadoras artesanais. Deste momento, a pesquisa foi compartilhada com o restante da comunidade.

Pescadoras e caminho para a atividade de entrevistas nas comunidades da ilha.

Elas sempre faziam as entrevistas após horário da mariscação e/ou outra atividade.

Pescadoras artesanais realizando as entrevistas nos domicílios com as moradoras das comunidades da ilha.

Após cada etapa das entrevistas, as pesquisadoras se reuniam e trocavam experiências. Esse era o momento para as dificuldades encontradas serem solucionadas.

Compartilhamento dos dados da comunidade de Bananeiras com as pesquisadoras populares.

14

Compartilhando de alguns dados Perfil da ilha de Maré

O roteiro de campo foi aplicado em **10 comunidades**, totalizando **748 domicílios**. Destes, **573 pessoas do sexo feminino e 175 do sexo masculino**.

Homens e Mulheres da Ilha de Maré

23,38% 76,60%

Gráfico I - Faixa etária dos/as entrevistados/as

15-20	797
21-25	10
26-30	65
31-35	84
36-40	100
41-45	130
46-50	226
51+	490

Gráfico II - Estado civil dos/as entrevistados/as

Separado/a	3,22%	148%
Vivendo	6,17%	286%
Solteiro/a	41,86%	1914%
Casado/a	47,23%	2204%

Houve uma confusão com a condição genética do albinismo entre as pessoas que se autodeclararam "amarelos".

16

Na ilha de Maré há uma **incidência alta do albinismo**, apesar de ser uma condição genética rara. **As pessoas com albinismo necessitam de cuidados com a pele e muitas vezes sofrem com a discriminação.**

Principalmente ao não poderem exercer as atividades da pesca artesanal, devido à exposição solar, mudando seu modo de produção de vida.

Pensar políticas públicas direcionadas para essas pessoas é urgente.

Autodeclaração de raça/cor dos/as entrevistados/as

PRETA	56,39%
PARDA	32,17%
BRANCA	4,56%
AMARELA	2,56%
INDÍGENA	0,81%

743 respondentes sobre a autodeclaração sobre a raça/cor a soma entre pardos e pretos foi de 88,56%, confirmando o que as lideranças destacam.

A ilha de Maré é uma terra de Preto.

17

Algumas considerações

Os dados apresentados aqui são apenas alguns apontamentos de um montante de informações coletadas. Ao final foram mais de 90 mil respostas entregues a comunidade pesqueira de ilha de Maré.

Destacamos a **participação, o vigor, a potência das mulheres pescadoras artesanais e as relações de gênero no universo pesqueiro da ilha de Maré**. Apesar da invisibilidade da pesca artesanal realizada pelas mulheres, **elas estão presentes e atuantes como líderes na pesca artesanal.**

E atentamos que **a cadeia produtiva da atividade pesqueira vai além do extrativismo do pescado e da mariscação e da questão econômica.**

Existem as atividades de beneficiamento, comercialização do pescado, confecção dos apetrechos, das redes, do barco.

Como existem a observação do vento, dos ciclos lunares, das marés, da profunda importância da ancestralidade e da identidade da comunidade.

A **relação harmônica e sustentável com a natureza é característica da pesca artesanal e a sua defesa quando algum sinal se mostra ameaçador é essencial.**

36

Agenda de reivindicação

As propostas abaixo foram debatidas entre os pescadoras artesanais, a fim de subsidiar a gestão na transição de governo.

Amplicar unidades de saúde no território quilombola e pesqueiro de ilha de Maré.

Garantir recursos materiais, infraestrutura adequada e equipe de saúde qualificada para atendimento às onze comunidades da ilha de Maré.

Assegurar a vacinação da população de ilha de Maré.

Realizar exames médicos da população da ilha de Maré, visando identificar nível de contaminação, em especial, causada por metais pesados.

Promover e implementar políticas públicas efetivas, capazes de tratar as doenças específicas relacionadas com a poluição/contaminação química que afeta a comunidade.

Garantir veículos marítimos para locomoção de pessoas enfermas e em situação grave.

Assegurar o acesso permanente à água potável.

37

Fonte: a autora, 2023.

3. APROXIMAÇÃO COM O PROJETO “PROMOÇÃO DE TERRITÓRIO SAUDÁVEL E SUSTENTÁVEL EM COMUNIDADE TRADICIONAL”

Se o ar não se movimenta, não tem vento, se a gente não se movimenta, não tem vida (Pescadora artesanal, 2022).

Inicialmente, é necessário trazer a memória sobre o caminho percorrido até aqui. O projeto Promoção de Território Saudável e Sustentável em Comunidade Tradicional, Ilha de Maré, Salvador - BA, coordenado pelo Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT), Fiocruz Brasília, surgiu após demanda social apresentada pela Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) à Presidência Fiocruz Rio de Janeiro, a qual solicitava ações de saúde no território pesqueiro de Ilha de Maré. Demandaram ações de formação e aplicação de um inquérito sanitário sobre as condições de saúde da população da ilha.

O desafio foi sistematizar e analisar a experiência/vivência realizada pelo projeto na ilha com ênfase na Agroecologia e no desenvolvimento territorial e principalmente, tentar trazer pelo menos os principais resultados encontrados e que esses, possam contribuir com a agenda de luta das pescadoras artesanais. Como

traz Oscar Jara Holliday (2007), é fazendo que se aprende, observando, escutando; e a partir da própria experiência e aprendizagem coletiva, há a transformação. Nesse momento, afastar a pesquisadora de uma pessoa sensível à pauta das mulheres pescadoras artesanais e compreender por que são invisibilizadas no seu processo de trabalho e ainda precisam lutar para que seus direitos sejam reconhecidos.

A sistematização de experiências pode ser um instrumento para refletir sobre as nossas práticas e, assim, melhorá-las. Para isso, a reconstrução do processo vivido, da história, da memória por meio de registros, relatórios, documentos produzidos, entre outros, é fundamental para o desenvolvimento do trabalho.

De forma similar, o estudo de caso se apresenta como estratégia para aprofundar no tema posto. Trazer a questão "o que" é mais provável que questões do tipo "quem" ou "onde" favoreceram técnicas de análise dos registros ou de levantamento de dados, na pesquisa "Promoção de TSS em Comunidades Tradicionais" (YIN, 2001, p. 25).

Uma das potencialidades a ser destacada, é o compromisso metodológico/teórico e, em especial, o respeito e a valorização com o conhecimento empírico, a fim de suprir, com instrumentos para ação/intervenção, ações que possam transformar a realidade apresentada. E, para tanto, compreender o fenômeno como parte da realidade experienciada não apenas por suas ações, mas por refletir sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e compartilhada.

No contexto da saúde, ambiente e trabalho para a promoção de territórios saudáveis e sustentáveis, destaca-se quando há a sistematização de informações sobre campos específicos, com o intuito de compreender uma determinada situação. Conforme a reflexão Benjumea Cuesta (2010, p. 7), "a pesquisa qualitativa se interessa por como as experiências são vividas e interpretadas por quem as vive".

O conceito de territórios saudáveis e sustentáveis surge a partir do debate sobre os projetos de cidades e territórios saudáveis como forma de responder aos problemas de risco e de vulnerabilidade social. Questões sobre o uso do solo, desertos alimentares, acesso à água, ao esgotamento sanitário e aos serviços de saúde, além da própria gestão social do território e para isso, torna-se

imprescindível um diálogo interdisciplinar na construção de TSS (MACHADO, *et al.*, 2021).

Nesse contexto, é fundamental compreender a dinâmica da comunidade quilombola e pesqueira em questão e como se deu o projeto de promoção de TSS em comunidades tradicionais, a qual será apresentado a seguir.

3.1 Desvelando a Ilha de Maré, Salvador - Bahia

A Ilha de Maré localiza-se na região central da Baía de Todos-os-Santos (BTS), na foz do rio Cotegipe, pertencente ao município de Salvador - BA. Está próxima dos distritos de Candeias, Passé e Caboto.

Possui uma população que vive, em especial, da pesca, da mariscagem, da agricultura, do artesanato de cestaria e rendas de bilro e do turismo. Contempla pequenas comunidades localizadas na margem litorânea, Bananeiras, Botelho, Caquende, Itamoabo, Maracanã, Martelo, Neves, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos, Praia Grande e Santana.

Destas, cinco comunidades na Ilha de Maré são autodeclaradas remanescentes quilombolas reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares (2019). O que as caracteriza como grupos étnico-raciais, com uma trajetória histórica própria, marcada pela ancestralidade e fortes relações territoriais específicas, a saber: Bananeiras, Martelo, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos e Praia Grande (DOU, 2017). É importante destacar que a população de Ilha de Maré é predominantemente de pescadores e pescadoras artesanais e majoritariamente de pretos/as e pardos/as, considerado o bairro mais preto/a do município de Salvador - BA.

As comunidades possuem características que lhes atribuem o conceito de “tradicional”, pois possuem uma relação diferenciada com a natureza, nutrida por laços de identificação, respeito e pertencimento (DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1986). Vale ressaltar, que a questão de pertencimento das pescadoras artesanais, para elas a expressão “marisqueira” está mais relacionada à identidade cultural, do que a discussão de classe social.

Para as mulheres esta atividade se resume à pesca de marisco, e/ou manzuá, beneficiamento, cozimento e outros trabalhos domésticos, entretanto essa categoria é entendida pelas pescadoras como uma subcategoria dentro da pesca

artesanal. Enquanto os homens pescadores têm seus papéis sociais reconhecidos pelo trabalho de captura e processamento do pescado, as mulheres frequentemente são percebidas como auxiliares, o que resulta em situações de subordinação nos aspectos financeiros, jurídicos, políticos e sociais, em relação aos homens na comunidade.

É nesse contexto que os envolvidos se propuseram a refletir sobre as desigualdades, as barreiras estruturais e as formas de invisibilidade e o não reconhecimento do trabalho feminino na pesca artesanal. Feita essas considerações, optou-se por usar ao longo desta tese a categoria de pescadora artesanal.

A BTS é uma reentrância da costa litorânea e está localizada no estado da Bahia. Abriga 56 ilhas. Entre elas, as ilhas de Itaparica, dos Frades, de Bom Jesus e a do Medo, além da Ilha de Maré, que são consideradas as mais importantes. No seu contorno/entorno, estão 14 municípios.

Faz limite com outras duas baías – Iguape e de Aratu e abriga atualmente as instalações do Porto de Aratu, a Refinaria Landulfo Alves e o Complexo Industrial de Aratu, os quais se localizam próximo da Ilha de Maré.

Suas margens possuem uma das maiores reservas de petróleo em terras continentais do Brasil e, conforme relata o professor Pedrão (2007, p. 9), essa “região foi criada pelos interesses de capital mercantil já internacionalizado em busca de meios materiais para expandir-se”.

Em contrapartida, observa-se um espaço que revela a sua pluralidade, com uma população identitária importante, e com atividades tradicionais para sua reprodução, como a pesca artesanal, que navegam nessas águas.

A BTS possui 241 (duzentos e quarenta e uma), comunidades pesqueiras identificadas, e cerca de 54 (cinquenta e quatro), se identificam também enquanto quilombolas (INCRA, 2016). No entanto, aflora a desigualdade social, violações de direitos, dificuldade de acesso às políticas públicas e os mais diversos conflitos, evidenciando uma população em situação de vulnerabilidade.

Com a implantação do Complexo Industrial de Aratu, o Porto de Aratu e a Refinaria Landulfo Alves (RLAM), na década de 1960, as populações próximas foram impactadas por grave poluição e contaminação química, gerada por indústrias internacionais instaladas nas proximidades das comunidades, com consequências irreparáveis ao modo de vida, de produção e reprodução social de

uma população tradicional.

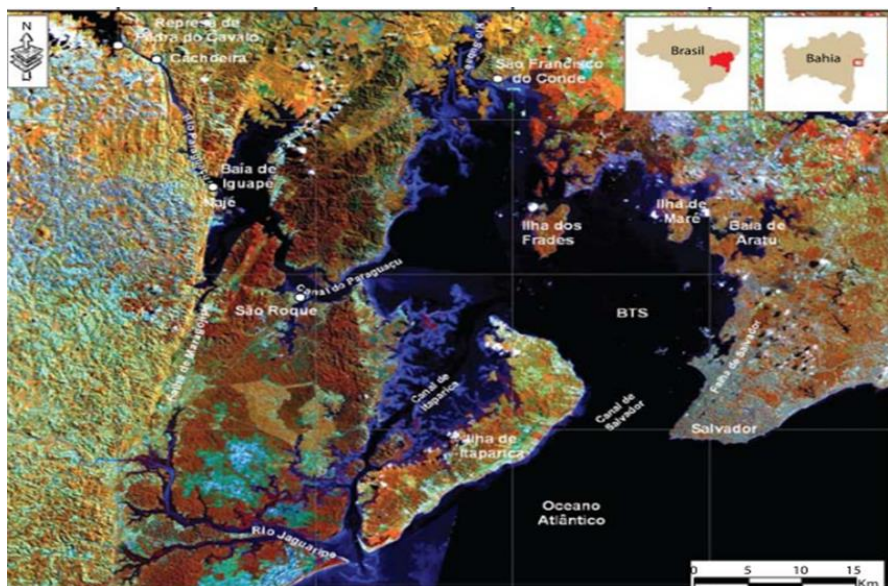
Esse complexo contempla mais de duzentas indústrias, entre químicas, metalúrgicas, siderúrgicas, mecânicas, farmacêuticas e alimentícias, além das instalações petrolíferas e portuárias, chaminés, dutos e tanques para estocagem de insumos e derivados, terminais portuários com píeres de atracação, cais, cargueiros, petroleiros, entre outras estruturas.

É considerado de grande importância para a economia do estado, mas ao mesmo tempo traz grandes impactos ao ambiente, à saúde e ao trabalho da população, principalmente para a população da Ilha de Maré, por estar mais próxima ao complexo. Já o Porto de Aratu é responsável por 60% da carga movimentada em modal marítimo da Bahia, mostrando assim a sua magnitude. Para melhor localização da Baía e da Ilha de Maré ver figuras 1 e 2.

Cabe destacar que a ilha é considerada uma das mais belas e próximas de Salvador – BA. Uma população que possui uma estreita relação com a natureza, que vivem do oceano, dos mangues, da e na terra.

Envolve ligação, partilha e solidariedade, uma prática denominada hoje de Agroecologia. Por outro lado, uma trajetória de luta, de resistência e de resiliência historicamente vivenciada com, todavia, enormes desafios significativos a serem enfrentados no seu dia-a-dia, seja no mar, seja na terra.

Figura 1. Localizando a Baía de Todos-os-Santos e a Ilha de Maré, Salvador - BA



Fonte: Andrade (2009).

Figura 2. Localizando a Ilha de Maré, Salvador - BA



Fonte: Rios (2017, adaptado).

Os impactos sobre a ilha são apontados por vários autores como Rios (2017) e Carvalho *et al.* (2014) e outros, onde trazem que a contaminação das águas, dos mangues e dos animais marinhos repercute diretamente sobre o trabalho da pesca artesanal e mariscagem e, conseqüentemente, afeta o sustento e a vida das famílias da ilha, que em sua maioria são pescadores artesanais.

As pescadoras artesanais começam a observar a escassez de mariscos e peixes, a destruição do ambiente aquático, entre outros. Isso afeta diretamente a atividade da pesca e, conseqüentemente, o sustento e a situação econômica da família, a segurança alimentar e a identidade tradicional da pesca.

Além do adoecimento da população que demanda das autoridades públicas e da academia uma ciência que estude a contaminação ambiental e ratifique que isso afeta não só o ambiente, mas também a saúde de uma população e, portanto, o exercício do trabalho dos moradores da ilha. Concomitantemente, a saúde e a vida de um modo geral.

A ilha conta com a colônia de pescadores Z-04, instituída na década de 1980, atualmente, coordenada por uma gestão compartilhada, o que fortalece os pescadores artesanais. A colônia Z-04 apoiou o projeto de TSS na Ilha de Maré por entender a necessidade de formação das suas lideranças e a necessidade de conhecer a percepção dos seus moradores sobre saúde, ambiente, trabalho e, assim, pensar melhores estratégias para fortalecer a luta em defesa do território

pesqueiro.

Antes de serem pontuadas algumas singularidades da Ilha de Maré, cabe destacar que no país existem instrumentos jurídicos que reconhecem os direitos das comunidades tradicionais e seus territórios, a exemplo da Constituição Federal (CF) de 1988. No seu art. 68, aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos (BRASIL, 1988).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto nº 6.040/2007) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) ao qual o Brasil é signatário, trazem no seu escopo, a definição desses espaços, como sendo necessários para a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais. Observa-se, porém, que não há no país nenhum instrumento voltado especificamente à regulação desses espaços, como aponta a professora Rios (2017).

Estar na Ilha de Maré é ir ao encontro de outro tempo. As casas coloridas, as ruas de areia. No quintal das casas, há bancos, mesas e fogão de lenha para fazer o cozimento dos mariscos, o beneficiamento do pescado. Cabe destacar que dessas casas, 94,17% são domicílios próprios, 98,7% são casas de tijolo; 99,2% possuem energia elétrica (PSAT, 2022).

Os quintais das casas possuem diversas plantas, entre elas, plantas medicinais. As principais são: água de elefante; alecrim; alfazema; algodão; alumã; amora, aroeira; benzetacil; boldo; camomila; canela; capeba; capim limão; capim-santo; carqueja; confrei, erva cidreira, erva doce; eucalipto; favaquinha; flor de colônia; hortelã; lambreta; limão; malva; manjeriço; mastruz; marcela; melissa; mirra; oxalá; pimenta malagueta; quebra-pedra; quioiô; romã; sabugueiro; unha-de-gato e todas as dores, entre outras hortaliças e frutas.

A seguir, a Figura 3. traz o registro do quintal produtivo da moradora da comunidade de Porto de Cavalos, bem como a vista parcial dos manguezais e a praia onde é realizada a mariscagem, uma experiência agroecológica entre o mar e a terra, que promove o desenvolvimento saudável e sustentável a partir do conhecimento tradicional, que conserva e protege a partir de práticas e manejo sustentáveis do uso dos recursos, em especial, dos recursos marinhos, como forma de garantir a conservação dos ecossistemas costeiros e o modo de vida das

comunidades tradicionais locais.

Figura 3. Registros da visita aos quintais produtivos na Comunidade de Porto dos Cavalos, Ilha de Maré, Salvador - BA



Fonte: acervo pessoal, 2023.

Como consequência das atividades e da vida relacionadas à pesca artesanal, as famílias se relacionam com as plantas medicinais observadas nos seus quintais para “trazer soluções” em seu cotidiano.

O boldo, para melhorar a digestão; outras plantas aliviam a dor da artrite e da artrose, como a canela, unha-de-gato, entre outras. Vale ressaltar que a identificação das plantas nos quintais produtivos se dá, em geral, pelos/as mais velhos/as, assim como sua utilização.

O conhecimento tradicional encontra-se relacionado ao uso das plantas medicinais, que são conhecidas por terem uma atribuição importante na cura e tratamento de enfermidades.

Em algumas comunidades da ilha, as plantas simbolizam a forma de aliviar sintomas de determinadas doenças. Resfriados, cólicas, dor de cabeça, insônia, dermatites, problemas hepáticos e do sistema digestório são alguns exemplos.

**Principais plantas
medicinais nos
domicílios de Ilha de
Maré**

**Erva
cidreira**



Melhora a qualidade do sono; combate ansiedade e estresse; alivia dores de cabeça; combate gases intestinais; alivia sintomas da TPM; combate problemas gastrointestinais; combate herpes labial; elimina fungos e bactérias.

Hortelã



Melhora a digestão; alivia a síndrome do intestino irritado; ajuda a aliviar sintomas da asma e outros problemas respiratórios; ajuda a aliviar sintomas de gripes e resfriados; alivia coceira e irritações da pele; melhora a saúde bucal; alivia a dor e náuseas.

Boldo



Estimula o funcionamento do fígado; perda de peso; tratamento de problemas da vesícula; melhora a digestão; tratamento da gastrite; alivia os sintomas da intolerância alimentar; melhora o funcionamento do intestino; elimina fungos e bactérias.

Vale ressaltar que, no centro da ilha, há áreas de mata, onde ocorre o extrativismo vegetal, a agricultura e a criação de gado. Entre o mar e a terra está localizada a vasta área de manguezal, berço de inúmeras espécies de mariscos, o que historicamente garante a renda econômica de diversas famílias que exercem a atividade da pesca artesanal/mariscagem.

As atividades da agricultura e do extrativismo vegetal sempre estiveram presentes nas comunidades da Ilha de Maré que contavam com grandes plantações agrícolas. Com a chegada do Complexo Industrial, do Porto de Aratu e da RLAM, ocorreu o declínio da atividade agrícola e a produção passou a ocorrer por meio de pequenas roças e quintais produtivos nas casas, conforme a fala das pescadoras artesanais locais.

A vegetação ainda é singular, mas dizem os mais velhos que já foi mais robusta e que a agricultura era a principal fonte de renda, complementada com a pesca. Hoje, a realidade é outra. A principal atividade econômica da ilha é a pesca artesanal.

O contexto do grupo familiar abriga um conhecimento próprio, repassado entre gerações. Ao compreender essa relação dinâmica, há o conhecimento dos seus valores, suas crenças e os principais elementos relacionados à cultura, suas práticas de cuidado com a saúde e, principalmente, com o modo de produção das

comunidades pesqueiras da Ilha de Maré.

A ilha tem energia elétrica e água encanada. O saneamento ainda é precário e os dejetos correm para o mar por meio de valas. Quando a maré fica cheia, tudo volta para as casas dos moradores da ilha, um problema que a população ainda tem que lidar e enfrentar.

Apesar de ter coleta de lixo, percebe-se que o lixo fica próximo ao mar para ser recolhido, entretanto, se não recolhem no tempo certo, o mesmo é revirado pelo mar, quando não, é queimado próximo à costa e a fumaça gerada pela queima carrega fuligem, o que pode causar problemas respiratórios e outros males.

Os bichos, como galinhas, cachorros, gatos, porcos, cavalos andam livremente pelas comunidades. As crianças em geral brincam no mar, no campinho de futebol improvisado, que a maré ainda não cobriu. Ou estão na escola da comunidade, que atende o ensino fundamental.

Uma creche foi construída pela Comunidade de Bananeiras, que abriga as crianças da comunidade quando as mães vão mariscar/pescar. Essa creche é uma reivindicação antiga das mulheres, que a comunidade assumiu e construiu. Antes, elas tinham que levar seus filhos para a atividade da pesca e da mariscagem independentemente de sol e/ou chuva.

A partir do ensino médio, as escolas são distantes ou são localizadas em municípios próximos. Além da dificuldade de transporte, ainda há a dificuldade de articulação das duas atividades, a pesca e o estudo. Desse modo, frente à necessidade em garantir as condições para sua sobrevivência e da sua família, as pessoas optam pela pesca/mariscagem visando inclusive garantir o seu modo de vida.

Essa situação evidencia a dificuldade para os jovens e também mostra uma característica da população da ilha, a baixa escolaridade. Além da precariedade de espaços escolares nas comunidades da Ilha de Maré, ocorre a evasão e reprovação escolar.

Cabe ressaltar que o modelo de escola formal posto não atende à população das águas, visto a necessidade de adequação do horário das marés, a dificuldade de transporte, entre outros fatores que desmotivam pescadores e pescadoras a frequentar as salas de aula.

Algumas comunidades não têm atracadouros para as embarcações, também chamadas de “pontes” pelos moradores da ilha. Com exceção das

comunidades de Botelho, Praia Grande, Porto dos Cavalos e Santana, em todas as demais o embarque é feito na água.

A visita à Ilha de Maré e a escuta aos moradores indicaram os principais problemas enfrentados pela população: i. falta de acessibilidade entre as comunidades quilombolas da ilha e de estruturação para deslocamentos locais e com o continente; ii. existência de apenas uma escola municipal e de um posto de saúde na ilha; iii. contaminação química das águas da BTS, devido às atividades portuárias e rejeitos industriais; iv. destruição dos mangues e, como consequência, diminuição dos pescados, levando a atividade da pesca artesanal cada vez mais longe; v. ausência de saneamento e gestão de resíduos; vi. necessidade de medidas dos órgãos responsáveis pela promoção da justiça e direitos dos povos e comunidades tradicionais para coibir os processos de criminalização promovidos pelas empresas violadoras dos direitos socioambientais dos pescadores e pescadoras da ilha, entre outros.

Vale destacar que esses problemas afetam diretamente às mulheres na sua atividade de pesca/mariscagem, uma vez que possuem uma longa jornada de trabalho e ficam imersas na lama e águas.

Outro fator importante a ser mencionado é o acesso à ilha, que se dá somente por meio de pequenos barcos, também chamados pelos nativos de lanchas; em geral, movidas a diesel. As embarcações menores e rústicas são usadas pelos pescadores para locomoção às coroas e são utilizados remos, o que demanda um grande esforço físico dos/as pescadores/as.

Dentro da ilha, o transporte utilizado é a bicicleta e/ou moto e cavalo. Desse modo, em geral o percurso entre as comunidades se dá na sua maioria por barco e/ou a pé, entretanto, os mais velhos têm dificuldade em se locomover, exigindo dos mais novos mais atenção e esforço.

Quando uma pessoa idosa precisa se locomover para um atendimento de saúde em Salvador ou mesmo no município mais próximo, como Candeias, por exemplo, utiliza-se uma cadeira normal, onde a pessoa é transportada até o barco para seguir ao local de atendimento. Observa-se a necessidade de pensar a saúde da pessoa idosa, bem como outros direitos.

Percebe-se que trazer a memória coletiva de uma comunidade, onde a pesca artesanal faz parte do seu dia a dia, sendo além de um meio de subsistência também um meio de resistência, de resiliência e de reafirmação de sua identidade,

marcado pelo reconhecimento e pela luta por um território pesqueiro saudável e sustentável, começa a ser tecida, em especial como nos traz na narrativa da pescadora artesanal, Eliete Paraguassu: “Navegar é preciso, porque viver e lutar são necessários, somos homens e mulheres das águas. Temos nossas especificidades” (visita à Ilha de Maré, 2022).

Essas são algumas questões que estão há mais de duas décadas em pauta e muito pouco tem sido feito para dirimir tais denúncias. Por outro lado, as denúncias têm sido estratégias adotadas pelas pescadoras artesanais para tornar visível as suas demandas e preocupações, utilizando os meios de comunicação, fazendo manifestações, vocalizando em participações em eventos e onde mais a sua voz possa alcançar. Essa temporalidade não se acelera por um motivo. As lideranças pescadoras artesanais identificam a Ilha de Maré como “uma zona de sacrifício”. E isso elas nomeiam como “racismo ambiental”.

Os conflitos socioambientais são múltiplos e, em geral, as ameaças são uma constante (contaminação das águas, impacto de espécies invasoras no ambiente aquático trazidas no casco dos navios, trazendo dano à biota local, degradação e desmatamento dos mangues, aterros, drenagens, entre outros).

A ação predatória coloca as pescadoras artesanais sempre em alerta em defesa do seu território. A origem dos problemas está em um crescimento infinito, quando a natureza é finita, em uma troca desigual, principalmente ao ignorar que a economia depende do fornecimento de energia e matérias-primas, entretanto, produz resíduos, degrada o ambiente e encontra-se intrínseco ao sistema capitalista.

Entre os conflitos socioambientais, que em geral são comuns nas comunidades tradicionais pesqueiras, há: o adoecimento da atividade dos pescadores e pescadoras artesanais; a fragilidade da pesca artesanal, fonte de subsistência de milhares de famílias; as violações dos direitos humanos e ecológicos; perda de território pesqueiro; a devastação ambiental; entre outros, como o Conselho Pastoral da Pesca também vem assinalando (CPP, 2021).

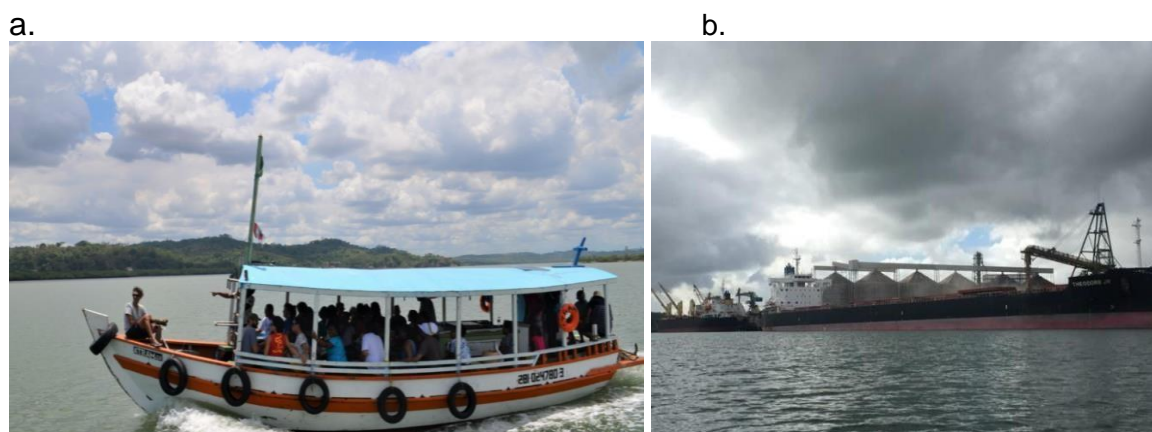
Observa-se que a relação com a natureza é essencial, pois dela se faz sua existência, e a destruição do ecossistema marinho causa angústias e ansiedade, sendo tema de debates e de protestos constantes, além de motivar a realização de audiências públicas em Salvador e a presença da Fiocruz na Ilha.

3.1.1 A memória como resistência

Segundo Robert K. Yin, a análise de acontecimentos cronológicos é uma técnica usada com frequência nos estudos de caso e pode ser considerada uma modalidade de séries temporais, ou seja, no início, meio e fim (YIN, 2001, p. 147). Dessa forma, será tratado o registro da memória no período de 2018 a 2022, quando foram realizadas várias denúncias pelas lideranças da Ilha de Maré por meio de mídias locais, para que a sociedade tivesse conhecimento sobre os impactos vividos pelas comunidades da ilha, e, assim, entender melhor esse movimento.

Estão elencadas, abaixo, algumas denúncias registradas por meio da mídia (jornais locais) durante o período que os/as pesquisadores/as da Fiocruz estiveram na ilha, como forma de ações impulsionadas pelo engajamento e estratégias utilizadas pelas pescadoras artesanais da Ilha de Maré como forma de denunciar a mazelas que precisam enfrentar cotidianamente. A Figura 4. Traz o registro da visita dos pesquisadores da Fiocruz Brasília e outras instituições à Ilha de Maré, como estratégia para o enfrentamento dos impactos advindos do Complexo Industrial e do Porto de Aratu.

Figura 4. Denúncia sobre o impacto do Complexo Industrial e o Porto de Aratu, realizada por meio do “Toxic Tour” na Ilha de Maré, Salvador - BA



Fonte: <https://wsf2018.org/toxic-tour-com-boaventura-de-souza-santos-denuncia-poluicao-em-ilha-de-mare/> Foto b – acervo pessoal, 2018.

A visita em torno da ilha tem chamado a atenção de estudantes, pesquisadores e agentes públicos, principalmente com a presença de lideranças da ilha. O olhar então se desprende do lugar belíssimo que antes se imaginava ser,

de águas calmas e vegetação riquíssima, e, ao se adentrando e olhando com mais cuidado para o território, pode-se observar os grandes empreendimentos e a magnitude do impacto ao ambiente, ao trabalho, à saúde.

De um jeito ou de outro, cada pesquisador vai potencializando a luta das pescadoras artesanais, seja na publicização de artigos, dissertações e teses, seja nos debates em congressos, seminários, entre outros, criando desta forma um olhar para as questões de saúde, ambiente e trabalho das populações das águas..

O “Toxic Tour” é uma articulação das lideranças pesqueiras e é feito com pesquisadores e estudantes das instituições de ensino e pesquisa, com o objetivo de mostrar o potencial da Ilha de Maré e o impacto/ameaça ao território proveniente da contaminação do Complexo Industrial e do Porto de Aratu, o registro da Figura 5. observa-se os navios, o Porto e o Complexo de Aratu durante a travessia de Salvador à Ilha de Maré.

Figura 5. Pescadores de Ilha de Maré denunciam contaminação das águas, 2019



Fonte: <https://www.cms.ba.gov.br/noticias/pescadores-de-ilha-de-mare-denunciam-contaminacao-das-aguas> (fotos b e c – arquivo PSAT, Fiocruz Brasília, 2022)

Também se observa na travessia o impacto sofrido pelas coroas², que são

² As coroas são um espaço muito importante e sagrado para as pescadoras artesanais. São bancos de areias que submergem e emerge a cada 10 a 15 dias e representa um espaço na cadeia produtiva muito importante, pois quando a maré baixa ocorre o extrativismo dos mariscos e também representa um estoque de pescado, com espécies que se encontram só na coroa (Eliete Paraguassu, pescadora artesanal da Ilha de Maré, 2023).

ricas em quantidade e diversidade de pescados e a necessidade de preservá-las, além de apresentar diversos problemas vividos pelas comunidades, inclusive com antiga estação abandonada da Petrobrás na comunidade, onde estruturas e materiais enferrujados não têm manutenção, mostrando o descaso das empresas com a responsabilidade social ou qualquer outro cuidado com as pessoas que moram na comunidade. Não há avaliação dos riscos para os que estão ali, além de ocupar um espaço que poderia ser utilizado para agricultura, por exemplo.

A Figura 6. traz o registro das denúncias feitas pelas pescadoras da ilha, por meio da mídia, que em meio à pandemia de Covid-19, as comunidades tradicionais de Ilha de Maré foram surpreendidas, na “calada da noite”, por um processo de desmatamento dos manguezais na região, causando a destruição da fauna e flora locais e dos meios de sobrevivência oriundos da pesca artesanal.

Figura 6. Coronavírus: após denúncias de moradores da Ilha de Maré, a Defensoria solicita à Prefeitura e secretarias informações e medidas, em 2020.



Fonte: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/coronavirus-apos-denuncias-de-moradores-da-ilha-de-mare-defensoria-solicita-a-prefeitura-e-secretarias-informacoes-e-medidas/>; 2022

A Figura 7 traz a reportagem do portal da Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) o qual atua na promoção, defesa e garantia de direitos em todo o país, sobre a denúncia do desmatamento do manguezal próximo à ilha para a construção de porto. Cabe destacar que o mangue tem um conteúdo de vivência e referência à ancestralidade, além de ser o berçário das espécies marítimas e essencial para a pesca artesanal e da sua importância e a relação que tem com o território, com o ambiente e com o ecossistema marinho, os moradores também tiram dali a sua sobrevivência.

A população da ilha precisou se movimentar, procurou a Defensoria Pública e a Prefeitura de Salvador para que a construção portuária fosse

paralisada. Conseguiram paralisar momentaneamente a destruição do manguezal, porém, o desmatamento da floresta do mangue já estava feito e nenhuma proposta de restauração foi anunciada.

Essa tem sido umas das principais causas de disputas e conflitos vivenciados pelas comunidades tradicionais pesqueiras no território.

Fora isso, precisam lidar com as várias formas de difamação, ameaças e violências. Parece que isso é uma constante para aqueles que procuram defender seu território, seu ambiente, seja do campo, da floresta ou das águas.

Figura 7. Pescadoras de Ilha de Maré denunciam construção portuária na localidade mesmo após decisão judicial suspendendo a obra, 2021



Fonte: <https://www.cese.org.br/pescadoras-de-ilha-de-mare-denunciam-construcao-portuaria-na-localidade-mesmo-apos-decisao-judicial-suspendendo-a-obra/>, 2022

Como pode ser observado, as denúncias são diversas. Na visita à Ilha de Maré, há relatos das violências sofridas, como falta de segurança das mulheres no trabalho quando vão fazer a catação de mariscos e/ou pesca. Precisam lidar também com pragas que surgem nos manguezais e até então desconhecidas por elas naquela região, conforme aponta a figura 8.

Figura 8. Denúncia sobre pragas em manguezais: lagartas exóticas até então não vistas na localidade, Ilha de Maré, 2022.

Fonte: <https://atarde.com.br/portalmunicipios/portalmunicipiosmetropolitana/comunidade-em-ilha->



de-mare-denuncia-praga-em-manguezais-1193462, 2022.

As denúncias e violações citadas anteriormente são apenas algumas das inúmeras relatadas pelas lideranças quilombolas e da pesca artesanal da Ilha de Maré, retratando a angústia causada pelos obstáculos que precisam ser enfrentados no seu dia a dia para manter um território saudável e sustentável.

Atualmente as mulheres pescadoras artesanais fazem a atividade da mariscagem/pesca em pequenos grupos devido ao risco de sofrerem agressão sexual ou se depararem com a proibição da atividade pelos seguranças dos empreendimentos comerciais nas áreas do entorno. Vale ressaltar que as empresas colocam seguranças ou cachorros de caça para impedir a atividade pesqueira ou qualquer aproximação.

Na tentativa de driblar essas ações, as pescadoras artesanais vêm tecendo resistências e se fortalecendo em coletivos, buscando apoio de instituições diversas para o fortalecimento da pesca artesanal e na intenção de “derrubar cercas”, seja ela simbólica, seja ela concreta.

Entre as diversas ações e parcerias, a aproximação com universidades e instituições de ensino e pesquisa, visando à formação das suas lideranças, é uma estratégia que contribui com a organização dos seus moradores para o enfrentamento das diversidades e defesa da saúde e sustentabilidade no território.

Além da Escola das Águas, um contexto de ações formativas e pedagógicas que reafirma a necessidade do diálogo entre a realidade vivenciada pelos pescadores e pescadoras artesanais e a atividade da pesca artesanal pela necessidade de fortalecer a luta por seus direitos dentro das comunidades pesqueiras e dos movimentos da pesca, visando qualificar os filhos e filhas dos pescadores e pescadoras artesanais, sem, no entanto, afastá-los das raízes das comunidades, fazendo assim, um processo de resistência (SANTOS *et al.*, 2019, p.

149).

Desta forma, tem se mostrado como uma ferramenta essencial para a luta dessas pescadoras, seja para o fortalecimento da pesca artesanal, bem como para a formação das lideranças pesqueiras.

Retratam ainda as iniquidades e como as comunidades vêm resistindo no contexto do racismo ambiental, das injustiças sociais e a falta de políticas públicas voltadas para essas populações, como pode ser observado na fala da liderança da pesca artesanal, “agora vocês vão ter a oportunidade de conhecer o outro lado de Salvador e ver o que as pessoas daqui (da cidade) não conseguem enxergar” (Fala da pescadora artesanal, Ilha de Maré, 2022).

A Ilha de Maré é considerada pelos seus moradores como um local poluído, uma vez que sofre com o derramamento de diversos compostos químicos: propeno, metano, arsênio e óleo que contaminam os mariscos, pescados, mangues, as águas e oceano pelas empresas próximas, como a Refinaria Landulpho Alves (RLAM), o Complexo Industrial e o Porto de Aratu instalados na região da BTS.

Tal impacto é sempre denunciado pela população local, denominado de “racismo ambiental”, conforme a fala da pescadora artesanal,

A Ilha da Maré é cercada por grandes empreendimentos, que não têm nenhuma pretensão ecológica. Pelo contrário. Eles só trabalham em nome da ganância. Só fazem isso, por ser uma comunidade quilombola e indígena. É um racismo ambiental, mas somos livres para denunciar e lutar pelo nosso lar. Não quero sair do meu território. A gente sustenta e alimenta todo mundo com nosso trabalho, eles não se dão conta disso (Fala da pescadora artesanal em roda de conversa, Ilha de Maré, 2018).

Acompanhar essas comunidades é também testemunhar o impacto dessa violência sobre a vida dessas pescadoras. Spivak (2010), no seu livro *Pode o subalterno falar?*, vai dizer que o leitor que lê e faz o rearranjo de outro, poderá configurar um importante veículo de teoria crítica, e sobre isso, a professora Kássia Rios, faz uma síntese em relação a conjuntura política e o impacto à comunidade tradicional da Ilha de Maré,

Aliados a uma conjuntura política de constante incentivo à expansão industrial no país, nos diversos setores (aquicultura, portuário, turístico, petroquímico, metalúrgico etc.), e em especial nas zonas costeiras, têm feito com que as políticas públicas busquem privilegiar os grandes empreendimentos que, por sua vez, têm sido inseridos dentro dos territórios pesqueiros,

impactando diretamente na prática da pesca artesanal e na sobrevivência das comunidades. Daí a iminência de inúmeros conflitos (RIOS, 2017, p. 31).

A Ilha de Maré denuncia há décadas o já citado modelo e ainda atual de desenvolvimento, que impacta e degrada sobremaneira o ambiente pesqueiro, além de ameaçar o modo de vida, de produção e reprodução social das comunidades tradicionais quilombolas e pesqueiras.

Cabe destacar que a BTS é uma região onde se concentram grandes empreendimentos do setor urbano-industrial, isso talvez justifique a invisibilidade das comunidades tradicionais aos olhos do Estado. Assim, cada vez mais, é preciso afirmar a pesca artesanal como modelo alternativo ao modelo excludente vigente.

Nesse sentido, o Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), a Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas, Povos e Comunidades Tradicionais Extrativistas Costeiras e Marinha (CONFREM), entre outros, vem trazendo para suas pautas de discussão a pesca artesanal e os princípios da Agroecologia, amadurecendo assim, o debate da pesca artesanal a partir da base agroecológica, do conhecimento ancestral e do cuidado com o manejo desses recursos.

Um exemplo foi a realização da VII Jornada de Agroecologia da Bahia, em fevereiro de 2023, na comunidade tradicional pesqueira e quilombola Conceição de Salinas - BA, que contou com a participação das pescadoras/marisqueiras da Ilha de Maré, além de centenas de lideranças dos movimentos sociais, entre elas, as comunidades pesqueiras.

3.2 Mariscando com o projeto “Promoção de Território Saudável e Sustentável em Comunidade Tradicional”

O território pesqueiro da Ilha de Maré corresponde à base da vida e do espaço de representação das relações em sociedade. Contribui para identificar formas de organizar ações e, por meio de sua análise, é possível identificar e explicar os problemas que envolvem a sustentabilidade da vida social, os usos dados aos seus ecossistemas e os conflitos existentes.

Nesse cenário, o projeto de promoção de TSS em comunidades tradicionais articula e inicia um processo formativo com as pescadoras artesanais da Ilha de

Maré, além de realizar uma pesquisa para conhecer a percepção dos seus moradores sobre saúde, ambiente, trabalho e, em especial, fortalecer a pesca artesanal.

O olhar para o território possibilita compreender a situação de saúde local para o enfrentamento dos problemas da população e as contradições e conflitos de interesses em disputa, além das relações sociais que, muitas vezes, tecem processos de apoio por meio de pessoas que fortalecem laços e realizam práticas populares como forma de enfrentamento e de superação das necessidades locais, como parteiras, erveiros, benzedadeiras, entre outros.

Dessa forma, a soberania alimentar tem relação direta com a defesa e a garantia do território saudável e sustentável, assim como condição e autonomia de produzir e de pescar.

A Agroecologia, por sua vez, vai além do cultivo de alimentos, pois a pescadora artesanal considera o território como patrimônio sagrado, por isso luta pela conservação e proteção da água e da natureza, visando o respeito ao seu modo de vida e de produção, que se traduz por meio de práticas culturais.

Um dos objetivos aqui, é destacar o papel estratégico e a relação da Agroecologia com a pesca artesanal, na conservação e defesa do seu território, no manejo do pescado e na capacidade de gerar alimentos saudáveis e acessíveis para a comunidade. Uma prática sustentável, que traz o uso de conhecimentos locais e tradicionais, bem como promove a implantação e fortalecimento de sistemas agroecológicos, por meio de diferentes iniciativas, uma delas é a conservação do ambiente, da biodiversidade, do cuidado com o manejo e de recursos e na segurança alimentar.

Por outro lado, o reconhecimento do território se efetiva com a identificação dos recursos locais, das potencialidades da população e de suas lideranças comunitárias, das ameaças à saúde, dos equipamentos e das ações do poder público, do resgate da história e de lutas no território, como observa-se no território quilombola e de pescadores artesanais da Ilha de Maré, sendo a pesca um papel vital a desempenhar no processo geral de desenvolvimento na comunidade, a partir também da reflexão de outros autores como: Machado, *et al.*, (2017); Monken, *et al.*(2008); Monken(2008), entre outros.

A seguir, será descrito a linha do tempo do projeto, possibilitando melhor compreensão da pesquisa no território tradicional pesqueiro da Ilha de Maré,

permitindo identificar as diferentes etapas que ocorreram no período e que serão analisadas posteriormente.

3.2.1 Linha do tempo do projeto TSS

Em 2018, Eliete Paraguassu, quilombola, pescadora artesanal e liderança ativa da Ilha de Maré, apresentou no XII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, no Rio de Janeiro, a síntese sobre a necessidade de visibilidade e reconhecimento frente às lutas do MPP e das pescadoras artesanais/marisqueiras da Ilha de Maré, frente aos problemas que as pescadoras artesanais da Ilha de Maré precisam enfrentar no seu dia a dia.

Na oportunidade, o MPP entregou à presidência da Fiocruz Rio de Janeiro uma carta com a demanda social para ações nas comunidades da Ilha de Maré, visando receber apoio para a luta dos seus direitos.

Entre as demandas apresentadas, a necessidade de levantar percepção sobre a saúde, ambiente e trabalho da população local, e concomitantemente a formação das/os pescadoras/es, visando o fortalecimento da pesca artesanal, além do apoio a elaboração de um plano para o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser apresentado ao Ministério Público como meio de reparação ao território junto ao Complexo Industrial e Porto de Aratu.

A visita *in loco* à Ilha de Maré ocorreu em julho de 2018, com os pesquisadores da Fiocruz Rio de Janeiro, Brasília, Ceará e convidados, visando conhecer a realidade, acolher as demandas das lideranças e dialogar sobre as questões de saúde das pessoas que moram ali.

Nesse momento, foram percorridas as rotas que chegam à Baía de Aratu, sendo possível ver os empreendimentos que ameaçam as áreas de manguezais e as coroas, onde ocorre o pescado e a mariscagem, uma das principais questões apontadas pelas pescadoras, devido à redução do pescado.

O nosso ponto de partida para a travessia para a Ilha de Maré é o terminal marítimo de São Tomé do Paripe, em um barco rústico, a figura 9, traz o registro da equipe interdisciplinar da Fiocruz na travessia de Salvador à Ilha de Maré, bem como a primeira vista da ilha, no decorrer da travessia nos deparamos com o Complexo Industrial, com suas chaminés em funcionamento.

Aqui, foram sentidos vários odores, percebendo a magnitude posta pelos

pescadores, que precisam lidar cotidianamente com isso, além dos grandes navios que atravessam a baía.

Figura 9. Visita da equipe interdisciplinar da Fiocruz Brasília, Ceará, Rio de Janeiro e convidados à Ilha de Maré, Salvador – BA



Fonte: acervo pessoal, Ilha de Maré, Salvador - BA, 2018.

São poucas as comunidades da ilha que possuem ancoradouros ou píeres para o embarque/desembarque. Assim, é preciso literalmente entrar no mar e caminhar até a comunidade.

O andar na lama do mangue exige equilíbrio, caso contrário, há o risco de cair, com materiais e computadores carregados nas mãos. É necessário fincar os dedos na lama, como ensinado pela pescadora, assim o risco de cair diminui.

Observa-se a dificuldade de acesso e de saída das pessoas mais velhas, obesas, doentes e/ou pessoas com deficiência para qualquer atividade no continente, bem como as dificuldades do transporte marítimo em caso de alguma urgência.

A Baía de Aratu foi destacada pelas pescadoras, sendo considerada como muito importante para o aprendizado dos jovens pescadores, por ser um local que não é de “mar aberto” e possuir pouco vento, facilitando o aprendizado e o trabalho.

Porém, com a chegada do Porto de Aratu, a Baía de Aratu é considerada como uma das mais contaminadas entre as três existentes, a Baía do Iguape e a de Todos-os-Santos.

O encontro foi marcado pelo acolhimento e escuta sobre a necessidade das comunidades da pesca artesanal, o qual selecionaram os principais problemas percebidos no cotidiano da Ilha de Maré. Neste momento, optou-se pela elaboração de um roteiro de campo, visando conhecer a percepção dos seus moradores sobre a saúde, ambiente e trabalho, e assim, ao compreender a percepção dos moradores, a fim de embasar a comunidade pesqueira para a melhoria e condições de vida no território pesqueiro, bem como, dar consequência à demanda social apresentada e problematizada com a própria comunidade.

Os encontros aconteciam na escola da comunidade de Bananeiras e/ou em espaços coletivos, como associações, assim como a alimentação das pesquisadoras populares – pescadoras artesanais. A recepção das crianças da escola estão registradas na figura 10. Vale ressaltar que a escola tida como creche, foi idealizada pelas próprias mulheres pescadoras artesanais, que tinham a necessidade e a preocupação de deixar seus/suas filhos/as menores quando fossem exercer a atividade da pesca e mariscagem. Desta forma, teriam um espaço seguro para suas crianças.

Assim, as mulheres se organizaram para o cuidado com as crianças, para que outras mulheres pescadoras artesanais pudessem exercer a atividade da pesca artesanal/mariscagem. Feito esses parênteses, observa-se a necessidade de pensar em políticas públicas que atendam as demandas dessas trabalhadoras, com equipamentos sociais que se façam presentes em comunidades tradicionais.

Figura 10. Acolhida da Fiocruz Brasília, Ceará, Rio de Janeiro e convidados pelas crianças da creche da Comunidade de Bananeiras, Ilha de Maré, 2018.



Fonte: acervo pessoal, Ilha de Maré, Salvador - BA, 2018

Após o encontro, as lideranças da pesca artesanal da ilha entregaram uma cesta, com diversos produtos produzidos por elas, à representante da Fiocruz Rio de Janeiro, como símbolo das ações de TSS que iriam iniciar na ilha, conforme registrado na figura 11.

Figura 11. Entrega simbólica das demandas sociais das lideranças da Ilha de Maré, Salvador - BA, à representante da Fiocruz Rio de Janeiro, 2018



Fonte: acervo pessoal, Comunidade de Bananeiras, Ilha de Maré, Salvador - BA, 2018

Uma estratégia adotada pelo PSAT na articulação com as lideranças da Ilha de Maré, visando trazer a especificidade sobre a saúde das populações das águas e qualificar os profissionais da Saúde da Família, foi o intercâmbio dos residentes do Curso do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase em Saúde da População do Campo, da Universidade de Pernambuco (UPE), Recife - PE.

Posteriormente, os residentes do campo da Fiocruz Brasília vivenciaram o

cenário das práticas da residência na comunidade pesqueira e apoiaram a construção de *podcasts* como meio de comunicação entre as comunidades da Ilha de Maré, coordenado pelos jovens, que ficavam nas casas de lideranças da comunidade de Bananeiras, onde passaram cerca de 30 dias.

Uma experiência riquíssima, em que foram trabalhadas as práticas integrativas e complementares (PICS), que são tratamentos que utilizam recursos terapêuticos baseados em conhecimentos tradicionais, voltados para prevenir diversas doenças, inclusive depressão e hipertensão, principal queixa das mulheres pescadoras. Também foram utilizados outros recursos, como: auriculoterapia, ventosaterapia (visando melhorar a circulação sanguínea em um local do corpo) e a zumba, que é uma prática de dança, para alongamento. Essas atividades foram muito bem aceitas nas comunidades, que se queixavam de dores na coluna, tristeza, ansiedade, medo, entre outros.

As atividades tinham a participação das crianças também. Ao final do dia, as pescadoras se reuniam próximo à praia e, ao ouvirem a música, as crianças iam chegando, transformando a atividade em um momento de troca e animação, registramos essa atividade (figura 12).

Figura 12. Atividades de Zumba realizada na Comunidade de Bananeiras, Ilha de Maré, Salvador - BA, 2018



Fonte: acervo pessoal, Comunidade de Bananeiras, Ilha de Maré, Salvador - BA, 2018

Entre as demandas acordadas, foram realizadas diversas oficinas para elaborar o roteiro de campo sobre a percepção das comunidades sobre a sua saúde, seu ambiente e seu trabalho.

Consequentemente, iniciou-se a formação das pescadoras e pescadores artesanais. Desta atividade, participaram lideranças de todas as comunidades da Ilha de Maré. Cada encontro era realizado em distintas comunidades, dessa maneira havia a oportunidade de conhecer e conversar com a comunidade,

registrado conforme a figura 13.

Figura 13. Comunidade de Bananeiras e Maracanã, Ilha de Maré, Salvador - BA, 2018



Fonte: acervo pessoal, Comunidade de Bananeiras, Ilha de Maré, Salvador - BA, 2018

Assim, acontecia também a elaboração dos mapas, uma atividade que os/as pescadores/as já conheciam muito bem, diante de tantos outros projetos realizados na ilha.

O diferencial foi o olhar para o território e se enxergar nele, ouvir as histórias e o jeito de elaborar os mapas, Milton Santos vai nos lembrar que o uso do território se dá pela dinâmica dos lugares, sendo o lugar proposto como sendo o espaço do acontecer solidário, o que ele denomina de território usado (SANTOS, 2005, p.253), pertencente, um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento desse território.

Para a seleção dos pesquisadores populares, utilizou-se os seguintes critérios: ser maior de 18 anos, ser pescador/a artesanal e morar nas comunidades da Ilha de Maré. Foram eles que fizeram as entrevistas nos domicílios das comunidades da Ilha de Maré.

Como forma de tirar dúvidas dos/as pesquisadores/as quando da aplicação das entrevistas nas comunidades, foram tomadas algumas iniciativas:

1. Articulação com a comunidade - isso foi essencial, onde as lideranças da colônia Z-04 de pescadores/as se reuniram com a comunidade, explicando o objetivo da pesquisa para que as pessoas recebessem os/as pesquisadores/as populares. A construção pelos pesquisadores populares dos mapas das comunidades foi outra ação importante, que a princípio seria apenas como uma forma de orientá-los para aplicação das entrevistas, mas

ao fazê-lo, emergiu o olhar para o espaço, onde puderam observar suas potencialidades e fragilidades. Isso ajuda inclusive a ajudar na discussão sobre seus direitos e a lutar para que eles sejam efetivados. Puderam observar e refletir porque uma comunidade é mais articulada que outras, porque umas tem equipamentos sociais em detrimento de outras que não o tem. Ainda, os/as pesquisadores/as ao olhar o seu território, possibilitou que outras pesquisadoras de outras comunidades conhecessem também a comunidade e estreitassem laços, fortalecendo os laços e o cuidado com o espaço, com o território.

2. Para aplicação do roteiro de campo nas comunidades pelos pesquisadores/as, foi utilizada a estratégia metodológica do “teatro de ensaio”, no qual às pescadoras artesanais e observadores participam, fomentando a interação entre os participantes. Essa atividade foi importante, pois possibilitou tirar as dúvidas das pessoas que estavam participando e das pessoas que estavam observando os processos de diálogos.
3. A cada etapa finalizada nas comunidades, os/as pesquisadores se reuniram para expor as dificuldades encontradas e, juntos, encontrar a solução para o enfrentamento dos problemas que surgissem.
4. Por fim, os/as pesquisadores populares se organizaram em dupla para a aplicação das entrevistas, assim, um teria o apoio do outro em todo o processo. Para isso, cada dupla tinha que ser de diferentes comunidades, na tentativa de aproximação das lideranças das distintas comunidades.

Observa-se que a noção de participação foca o envolvimento e colaboração das diversas pescadoras artesanais que fazem parte da comunidade pesquisada, o que Thiollent (2011) denominou como pesquisa-ação. Segundo esse autor,

É um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 14).

Ainda conforme traz Thiollent (2011), a pesquisa-ação ocorre quando há uma ação por parte dos sujeitos incluídos no problema sob observação.

Cabe destacar que, no início das atividades da Fiocruz na Ilha de Maré, foram elencadas cinco estratégias estruturantes, conforme assinalado por Ferreira

et al. (2021, p. 157-159). São elas:

- Formação das lideranças da pesca artesanal sobre saúde, ambiente e trabalho, a fim de qualificar as lutas das sujeitas participantes da pesquisa, numa perspectiva horizontal e solidária, para apoiá-los para aplicação do roteiro de campo nos domicílios das comunidades da ilha;
- Observação das necessidades e condições de saúde, ambiente e trabalho, dessa forma, foram organizados momentos práticos de interação e formação de uma cartografia comunitária e um registro sistemático de necessidades das condições de saúde, por meio de uma enquete popular de saúde e de um instrumento de pesquisa;
- Ações de promoção e vigilância em saúde para os territórios da Ilha de Maré: a partir da observação dos mapas e diretrizes apreendidas no processo de registro sistemático produzido pelos encontros e enquete domiciliar, as comunidades reconheceram a necessidade de o SUS desenvolver ações de promoção de vigilância popular em saúde, de modo a respeitar as especificidades do território e de seus modos de vida;
- Conhecimento e implementação do saneamento ecológico, visto a precariedade de sistemas de saneamento na Ilha de Maré, para isso, foi realizado visita técnica em três comunidades (Bananeiras, Praia Grande e Santana), por engenheiros sanitaristas, o que gerou um relatório preliminar sobre as condições sanitárias dessas comunidades, a partir do manejo das águas, dos esgotos, dos resíduos sólidos e dos solos;
- Apoio na análise e monitoramento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pactuado entre o Ministério Público do Estado da Bahia, Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Comitê de Fomento Industrial de Camaçari (COFIC), Companhia das Docas do Estado da Bahia (CODEBA), Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Paranapanema SA, Petroquímica (BRASKEM) e município de Salvador, visando regularizar o processo de Licenciamento Ambiental do Porto de Aratu. Assim, foi criado um grupo com diversos pesquisadores e especialistas, no âmbito da saúde, ambiente e segurança das comunidades da Ilha de Maré, com a participação de pescadores artesanais para avaliação e redução de risco às múltiplas ameaças de contaminação química das

águas, mangues, entre outros.

A resignificação da identificação e o cuidado à saúde pode ser um instrumento para se pensar na agenda da saúde das populações das águas, em especial, das pescadoras artesanais, em uma perspectiva transformadora de modo de vida e trabalho em um processo contínuo de territorialização e vigilância popular em saúde.

Cuidar da saúde é o modo de fazer no dia a dia. São questões que entrelaçam no espaço da vida social e histórica e cultural que trazem, uma vez que o cuidado em geral sempre ficou a cargo das mulheres, seja com a casa, com os filhos, com a alimentação por exemplo. Observa-se a divisão social e sexual de trabalho construída e o modo de operação de atuação da mulher e do homem nesse campo. Constata-se a demanda por 'cuidado' tem demandado atuações de diferentes formas, onde a mulher pescadora também vem participando e atuando em espaços de tomada de decisão, seja na presidência das Colônias de pescadores, seja a frente de alguma demanda que irá impactar não só o território o qual se encontra, mais todo o modo de vida, de produção e reprodução social.

Assim, às mulheres pescadoras artesanais vêm desempenhando papel primordial no debate e em defesa do território pesqueiro, participando de reuniões visando compreender a dimensão dos problemas que afetam diretamente a sua comunidade. A incidência de produtos químicos lançados irregularmente ao mar e com isso a redução do pescado, é uma das preocupações dessas pescadoras, pois compromete a fauna marítima, assim, participam de reuniões com os diversos pesquisadores para debater as pautas que chamam a atenção no momento, com vista a solucionar a questão.

Para agenda externa, reunimos em Salvador com outros pesquisadores para discutir o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), conforme registro abaixo (Figura 14), visto que às pescadoras iriam se reunir posteriormente com a Defensoria Pública do estado da BA para tratar desse assunto.

Figura 14. Reunião em Salvador sobre o Termo de Ajuste de Conduta com pesquisadores da Fiocruz, convidados e pescadores/as da Ilha de Maré, Salvador - BA, 2019.



Fonte: acervo PSAT, 2019.

O inquérito sanitário, denominado de roteiro de campo, foi elaborado e aplicado nas comunidades da ilha. Um teste piloto foi realizado na comunidade de Bananeiras, onde 213 domicílios foram entrevistados. Ao final foi observado a necessidade de readequação do roteiro de campo, o qual continha 25 blocos, com 446 questões, face à demanda apresentada pelas pescadoras, levando em torno de 45 minutos a uma hora de entrevista, foi reduzido a 14 blocos. Após a análise dos dados pela equipe da Fiocruz, o mesmo foi compartilhado com a comunidade para validação (Figura 15).

Figura 15 Compartilhamento dos resultados referente à percepção dos moradores sobre saúde, ambiente e trabalho na Comunidade de Bananeiras



Fonte: acervo pessoal, Comunidade de Bananeiras, Ilha de Maré, Salvador - BA, 2018.

Dando continuidade às ações na Ilha de Maré, em 2019, foram aplicadas entrevistas nas nove comunidades, com exceção da comunidade de Praia Grande, tendo em vista a crise sanitária no início de 2020.

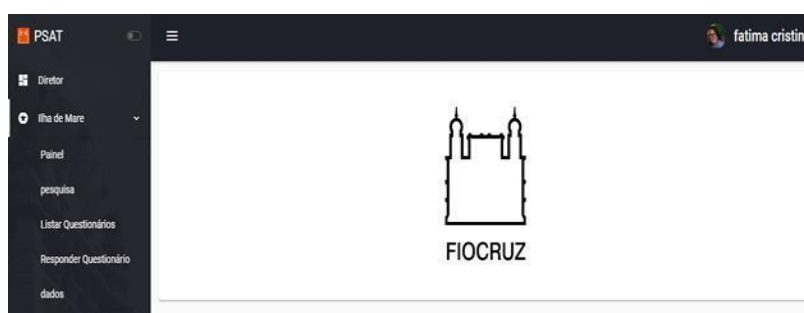
Os dados sistematizados foram compartilhados primeiro com os pesquisadores populares e, após, com a comunidade de Bananeiras.

No desenvolvimento desse processo, foi necessário organizar o banco de dados para armazenamento e sistematização dos dados coletados. Para os registros dos dados coletados, foram necessários a construção de um sistema eletrônico que, distribuído e disponível em nuvem, compõem-se por meio de um banco de dados e da aplicação WEB.

O armazenamento dos dados coletados, por sua vez, permitiu a geração de um arquivo para posterior análise em ferramentas estatísticas. A arquitetura do sistema foi baseada no modelo cliente-servidor e disponibilizado para o acesso via internet por meio de uma plataforma de serviços de computação na nuvem.

Esse modelo oferece estratégias simples e diretas para o compartilhamento de dados e de outros recursos, que se caracteriza pela centralização no fornecimento e gerenciamento de serviços em um computador, denominado servidor, e que pode ser acessado por outros computadores via internet. A Figura 16, traz a plataforma eletrônica construída para a pesquisa TSS da Fiocruz Brasília.

Figura 16. Plataforma eletrônica construída para a pesquisa TSS da Fiocruz Brasília em Ilha de Maré, Salvador - BA



Fonte: Ivandro C. De Sá, Doutorando em Ciência da Computação pela UFC, 2018

O roteiro de campo foi aplicado em dez comunidades, totalizando 878 domicílios e 90.122 respostas. Como resultado da contribuição da Fiocruz Brasília no desenvolvimento de TSS no território, foram elencados: i) escuta sensível sobre as demandas sociais que demandaram a elaboração de um roteiro de campo, conforme a realidade e a necessidade local; ii) criação de um sistema para armazenamento e análise dos dados coletados, possibilitando o uso de dados

primários em escala comunitária; iii) formação dos pesquisadores populares sobre temáticas como: saúde, ambiente e trabalho; iv) articulação com redes sociotécnicas para o fortalecimento da Articulação Nacional de Pescadoras; v) compartilhamento e discussão sobre os dados sistematizados; e vi) publicização dos dados.

Além disso, a observação participante trouxe aspectos do cotidiano como: rotinas, rituais, conflitos, valores culturais e, particularmente, as condições de trabalho, as doenças e os acidentes mais frequentes na população da Ilha de Maré.

Concomitantemente, no desenvolvimento do projeto na Ilha de Maré, foram realizadas as seguintes ações:

- Oficina de educação popular em saúde, resgatando a memória coletiva dos participantes e com intensa participação deles, inclusive com elaboração de poesias. Foi realizada visita à Igreja Nosso Senhor do Bonfim, no resgate desse caminho que era feito anteriormente pelas pessoas da Ilha de Maré; oficina de saberes populares em saúde, parceria com UFBA, que contou com diversos alunos de diversas graduações no âmbito da extensão universitária. Ocorreram visitas aos quintais das casas dos moradores para conhecer sobre as plantas cultivadas e os benefícios de cada uma delas e utilização, além de produção de sabonetes e cremes;
- Encontros e reuniões foram realizados em Salvador, visando apoio aos pescadores artesanais da Ilha de Maré, para discussão e construção do Plano de Contingência, em que a Fiocruz participou com diversos pesquisadores e parceiros.

A observação das necessidades e condições de saúde, de trabalho, relacionadas com o ambiente foram nítidas. Dessa forma, foram organizados momentos práticos de interação e formação de uma cartografia comunitária e um registro sistemático de necessidades e condições de saúde, por meio de uma enquete popular de saúde.

Entretanto, a falta de recursos financeiros e de pessoal prolongou mais do que estava planejado anteriormente a permanência na Ilha de Maré, fora a crise sem precedentes do Covid-19 que cruzou o caminho do projeto.

O que exigiu mais interação com os pesquisadores para não ocorrer a desmobilização e, ainda no caminho, houve a necessidade de replanejar o

processo de recursos humano e financeiro.

Reativar as redes de articulação para apoio sobre informações da nova realidade que está presenciando na participação de encontros virtuais por vídeo chamada de profissionais médicos para esclarecimento, o que ainda era novo para todos nós, além de lidar com a negação de agentes públicos, como do presidente da República, Jair Bolsonaro, que minimizaram a gravidade da Covid-19, resultando em mais de 700 mil mortes.

Na Ilha de Maré, pela dificuldade de acesso à saúde, de transporte para a travessia para o continente, caso necessitasse de uma emergência, era uma preocupação a mais, visto não ter sido pensado uma barreira marítima pelas autoridades locais para impedir pessoas de chegar à ilha, seja para turismo, seja na tentativa de sair da cidade, gerando uma tensão maior por parte dos seus moradores.

As pescadoras, observando isso, mobilizaram-se e exigiram dos gestores locais ações destinadas à população da ilha. Articularam também com a UFBA ações de orientação para que os jovens pudessem ajudar os mais velhos, caso estes necessitassem de transporte para os hospitais de Salvador. Para isso, foi realizado um curso de socorrista, parceria entre a Colônia Z-04 dos pescadores, CPP, UFBA e a Fiocruz.

Cabe destacar que, em 2019, ocorreu o derramamento de petróleo no litoral do Nordeste brasileiro. Dali em diante, o petróleo foi se alastrando, atingindo mais de 3 mil quilômetros de litoral brasileiro, considerado o mais extenso já visto, impactando diretamente os pescadores e pescadoras na atividade da pesca e a comercialização do pescado. E conseqüentemente, muitas famílias ligadas à pesca diretamente e indiretamente passaram por dificuldades financeiras e muitas por insegurança alimentar.

As emergências vivenciadas por ocasião do desastre ambiental do derramamento do petróleo e, posteriormente, a crise sanitária instalada – a pandemia de Covid-19 –, foram ameaças que agudizaram as vulnerabilidades sociais, sanitárias e ambientais de uma população que se encontra às margens das políticas públicas.

Assim, tinha-se que correr contra o tempo para entender o que estava acontecendo. Foram realizados encontros virtuais por vídeo chamada, onde foram convidados profissionais da saúde para apoiar e esclarecer a comunidade

pesqueira sobre os cuidados a serem adotados/tomados.

A princípio, a orientação era manter o distanciamento social, com o objetivo de adiar ao máximo a explosão do número de casos por tempo suficiente até que a situação se estabilizasse no campo da assistência à saúde. Entretanto, foi necessário se atentar para a singularidade das comunidades tradicionais, que têm o seu modo de vida culturalmente diferenciado e possuem formas próprias de organização social.

Não poderia me furtar de trazer o protagonismo das mulheres pescadoras artesanais nesse processo e nesse período, ratificando aqui o dinamismo trazido por elas no enfrentamento de mais um desafio que se apresentava para todas nós, e de novo, em defesa da vida.

Por conseguinte, a Ilha de Maré possui somente uma Unidade Básica de Saúde (UBS), que fica na Comunidade de Praia Grande e tem apenas um profissional médico, que vem de Salvador e, conforme o tempo e/ou a maré, este profissional acabava não comparecendo. Isso inclusive aumenta o risco de contaminação para a população, gerando mais ansiedade sobre como controlar a pandemia de Covid-19 para que a população da ilha não fosse contaminada.

Outro ponto importante foi a parceria com a Faculdade de Medicina da UFBA para ministrar um curso de socorristas para as lideranças jovens da Ilha de Maré, para que estes pudessem apoiar as pessoas com mais dificuldades de acesso e, assim, apoiar também o SAMU para resgate, caso fosse necessário.

Outra estratégia adotada pelas pescadoras artesanais foi fazer escambo do pescado com agricultores, na troca de verduras, frutas e cereais, como forma de garantir o básico para a sua família, além de conseguir doação de materiais de higiene, cesta básica, entre outras, visando minimizar o impacto da pandemia na ilha.

Observa-se como as metodologias de vigilância popular em saúde, integradas e participativas, produzem a redução de vulnerabilidade e a resiliência sobre as ações, que precisam ser ativadas, para funcionar em tempo, e só acontecem se houver uma organização prévia e mobilização das pessoas (MACHADO et al., 2017).

Essas estratégias contribuíram para a organização dos esforços para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e pensar a vigilância popular em saúde.

Acerca disso, Jorge Machado (2021) destaca três eixos para a vigilância

popular em saúde, a) inovação: no qual a informação epidemiológica pauta a ação; b) estratégias: relacionadas às narrativas de participação e conexão em rede dos diferentes sujeitos; e c) execução/ação: que, por meio de diálogos diversos e populares sobre cuidado individual e coletivo, sobressai a prevenção, em que o foco da prevenção deixa ser “o que fazer”, que era imposto quase de uma forma impositiva, e passa a ser “como fazer”, coletivamente, com base na realidade dos territórios”.

Essa trajetória fortaleceu o território e contribuiu para a organização dos esforços de enfrentamento da Covid-19, por meio da organização e mobilização, onde se buscou aumentar a capacidade técnica, promovendo debates, prevenção e cuidados.

Já no final de 2021 e início de 2022, dando continuidade às ações para a promoção de TSS na Ilha de Maré e em articulação com a Fiocruz Bahia, foi apresentada uma proposta sobre o monitoramento permanente da qualidade do ar em Salvador com sensores de baixo custo, integrando dados para uma rede internacional, a ser gerenciada pelo poder público, ainda em processo, pela Fiocruz Bahia.

Em 2022, não só foram compartilhados os dados coletados, mas também trabalhadas as leituras dos gráficos com as pesquisadoras populares, onde ocorreu debates e discussão das dúvidas sobre os dados sistematizados.

Observou-se alguns equívocos, como a confusão quando as pessoas foram perguntadas sobre sua cor e poderiam se declarar como brancas, pretas, pardas, indígenas ou amarelas.

Algumas pessoas achavam que amarelo corresponderia a “albino” e não de origem oriental, conforme a declaração da população segundo cor ou raça do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023).

Na Ilha de Maré, há casos de albinismo, a falta da melanina (pigmento responsável pela coloração da pele, dos pelos e dos olhos) que gera problemas de visão como estrabismo, miopia, hipermetropia, astigmatismo e fotofobia, além de demandar o uso constante de protetor solar, já que o contato com o sol pode causar queimaduras e até câncer de pele.

Com isso, o cuidado e a prevenção precisam de mais atenção, fazendo com que as pessoas albinas acabem se isolando, uma vez que a atividade da pesca pode ser um risco maior para elas.

Outro dificultador é que essas pessoas enfrentam obstáculos para irem à escola ou mesmo conseguirem empregos, tornando essencial pensar em políticas públicas que possam garantir os seus direitos.

Outro ponto importante, que faz parte dos projetos de promoção de TSS – Fiocruz Brasília, é o registro de momentos com a população local como forma de compreender a organização social.

Esses momentos contribuem com a narrativa sintetizada e o resgate das informações, pautado na observação participante, considerando inclusive o olhar subjetivo na pesquisa de campo.

A seguir, alguns registros dos momentos da presença dos pesquisadores – Fiocruz Brasília na Ilha de Maré (Figura 17).

Figura 17. Visita à Ilha de Maré para compartilhamento dos dados coletados da pesquisa com os pesquisadores populares



Fonte: acervo pessoal, Ilha de Maré, Salvador - BA, 2022.

A partir da vivência da vigilância popular em saúde no território pesqueiro de Ilha de Maré, este estudo deixou um caminho que pode ser percorrido a partir da organização e mobilização não só dos movimentos sociais, mas também de uma rede de parceiros comprometidos com a luta.

Uma luta que não é só dos pescadores artesanais, mas de todos que buscam a manutenção de um oceano límpido, da floresta em pé, do ecossistema vivo e, principalmente, na construção de políticas públicas pautadas na promoção de territórios saudáveis e sustentáveis.

3.2.2 Reflexões sobre a prática experienciada em Território Tradicional Quilombola e Pesqueiro, Ilha de Maré.

O ponto de partida para a presença da Fiocruz na promoção de território saudável e sustentável em comunidade tradicional quilombola e da pesca artesanal é resultante de diferentes demandas sociais. Dentre elas, a necessidade de ações de saúde no território, como destacado pelas lideranças da pesca, visto as pessoas estarem adoecendo e morrendo na Ilha, que segundo elas seriam pela contaminação advinda do Complexo Industrial e do Porto de Aratu.

Para isso foram elencadas três questões prioritárias, i. a formação das lideranças da pesca artesanal; ii. a aplicação do inquérito sanitário dos moradores das comunidades sobre a percepção da saúde, ambiente e trabalho e iii. discussão e parecer sobre o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) sobre o licenciamento ambiental do Complexo Industrial de Aratu. Todavia, os dados não são coisas isoladas, por isso a necessidade de observar as complexidades das revelações, oposições e o silêncio e/ou o ocultamento das informações.

Dessa maneira, a partir das representações e percepções dos moradores das comunidades da Ilha de Maré, se formam e ocupam as análises e interpretações do estudo as categorias Agroecologia, Pesca Artesanal e Território Saudável e Sustentável.

Desse modo, como traz Deslandes (1994, p. 61), a relação com a fundamentação teórica do objeto a ser pesquisado e o campo que se pretende explorar é essencial. Para tanto, será destacado as principais técnicas/instrumentos que foram abordados para a otimização do processo.

A seguir, está posto a síntese do percurso metodológico utilizado no projeto Promoção de TSS em Comunidade Tradicional, Ilha de Maré, Salvador-BA e as diversas formas de abordagem técnica que fazem parte do escopo do TSS, são: i. Comunicação/informação: acolhimento da demanda, escuta, diálogo; ii. Observação participante; iii. Formação-ação; iv. Trabalho de campo: que envolve a construção de mapa social, teatro, entrevista, coleta de dados (construção de plataforma para armazenamento dos dados coletados), sistematização e análise dos dados; v. Compartilhamento dos dados encontrados com os pesquisadores populares e após com a comunidade; vi. Elaboração de material formativo/informativo.

O cotejamento da documentação histórica, da vivência, e da memória individual e coletiva nos traz o reviver desse período. As histórias contadas, a memória dos moradores, o modo de vida, a culinária, a bananada feita por Eliete, são sabores e memórias da história local que acabam fazendo parte do processo.

A resistência e resiliência é nutrida, em especial, pelas mãos de mulheres que tecem a reprodução social da comunidade e que, ao mesmo tempo, precisam lidar com a desigualdade social e com a vulnerabilidade diante da complexidade dos desafios diários a serem enfrentados.

É necessário traçar alguns balizamentos teórico-metodológicos para compreensão da organização da pesca brasileira e os conflitos que essa população precisa lidar no seu dia a dia para a preservação do seu ambiente, do território, do trabalho e da sua saúde, considerando a pesca artesanal e/ou comunidade tradicional envolvida, como uma prática saudável e sustentável e, em especial, a relação estreita com a natureza, o que se fará ao longo da tese.

O enfoque teórico metodológico adotado nesta tese é o estudo de caso, ao qual diversas técnicas e ferramentas metodológicas serão apresentadas para analisar a temática que a envolve nos capítulos que serão desenvolvidos para esse fim. Minayo (2008), ao falar sobre tal método, diz que nada tem a ver com receitas e/ou sistemas acabados ou mesmo a serem aplicados, mas um processo que vai mostrar limites e a necessidade do olhar.

Contudo, ao ritmo das marés vão se ajustando metodologias, como, por exemplo, a pesquisa participante, que responde ao desafio de colocar novas alternativas de métodos conforme a necessidade exige, como dinâmicas de grupos e de reorganização da atividade comunitária em seus processos de mobilização e desenvolvimento.

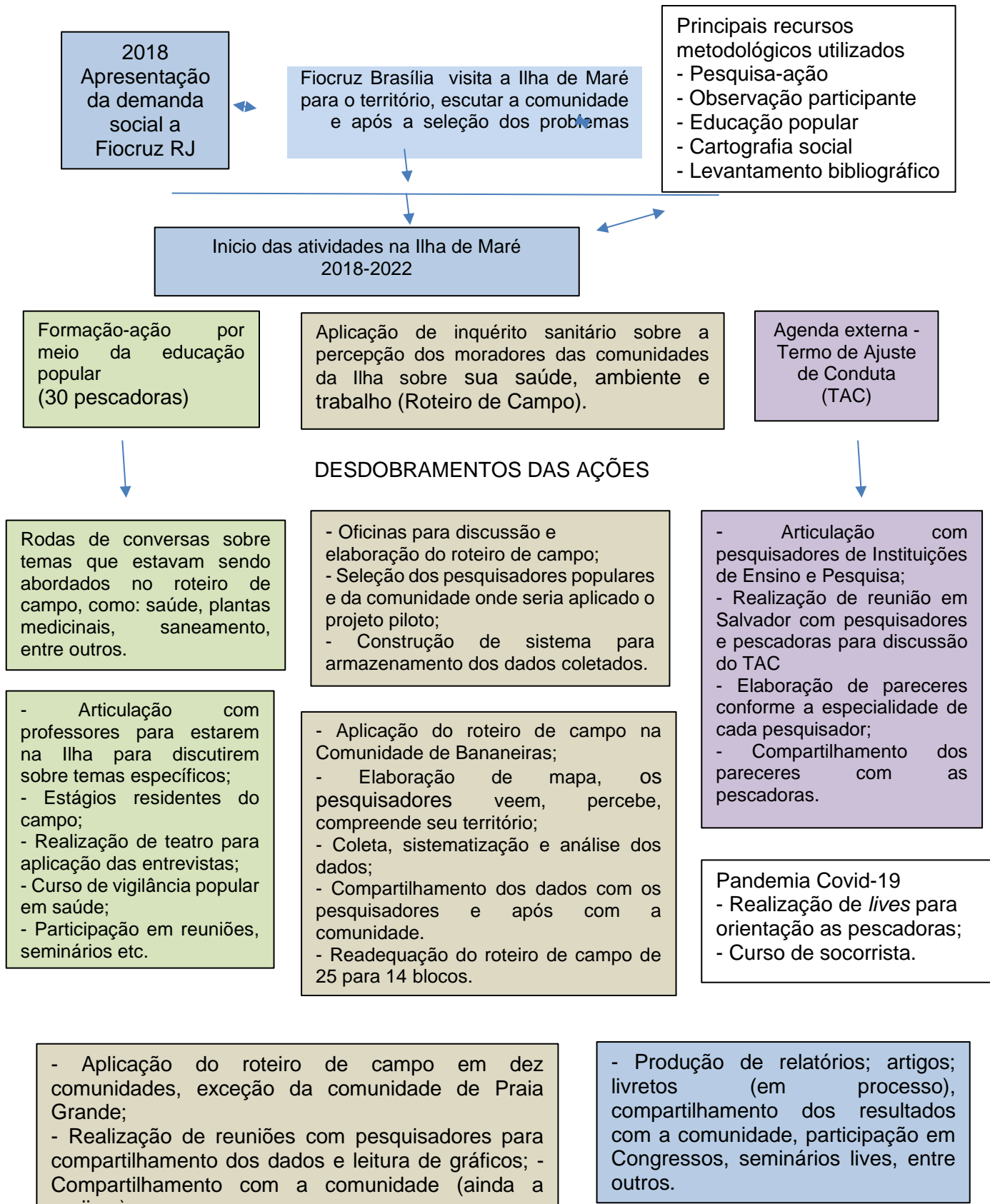
As rodas de conversas são imprescindíveis nesse processo para quebrar a verticalidade e proporcionar mais participação de todos. Como pontua Carlos Rodrigues Brandão (2006, p. 4), o ponto de partida da pesquisa participante é o de que a “confiabilidade de uma ciência não está tanto no rigor positivo de seu pensamento, mas na contribuição de sua prática na procura coletiva de conhecimentos”.

Para tanto, as pescadoras artesanais deveriam se tornar corresponsáveis, solidárias e participativas, uma vez que, no processo, elas são presença ativa e crítica, atribuindo sentido à pesquisa-ação, pois, de fato, se tornam mais ativas,

sendo um importante elemento da própria ação popular.

Abaixo trouxemos a síntese do percurso metodológico realizado pelo projeto de promoção de TSS em comunidades tradicionais quilombolas e pesqueiras, da Ilha de Maré, Salvador BA.

Quadro 4. Síntese do percurso metodológico, Ilha de Maré, Salvador - BA



Fonte: a autora, 2023.

A pesquisa-ação, conforme explica Thiollent (2011, p. 9), inclui “aspectos estruturais da realidade social e não podem ficar desconhecidos, a ação só se manifesta num conjunto de relações sociais estruturalmente determinadas”.

Por outro lado, a pesquisa-ação pressupõe uma participação não apenas das pesquisadoras, mas também das pesquisadas em torno de uma ação, na forma de uma intervenção com mudanças na situação investigada e, por sua vez, busca o desenvolvimento do conhecimento e o ensejo para transformação social.

Conforme nos lembra Brandão, “estamos em uma estrada de mão dupla: de um lado a participação popular no processo da investigação. De outro, a participação da pesquisa no correr das ações populares” (BRANDÃO, 2006, p. 10).

Assim, o termo da pesquisa participante vai tendo múltiplos estilos participativos de pesquisa (diversificação de procedimentos e técnica) e denominação, como pesquisa-ação, pesquisa militante, observação militante, entre outros, mas o que tem como base comum é o cunho participativo, popular e emancipador, conforme pode-se observar na reflexão de Brandão,

Uma nova ciência capaz de pensar-se, de pensar o mundo social e de pensar as transformações sociais de uma maneira dialética realizada a partir da presença, da posição e dos interesses das classes populares (BRANDÃO, 2006, p.14).

Portanto, aponta para um campo de possibilidades que valorizam a sistematização e a pesquisa ação/participante, como mediações pedagógicas dentro de uma concepção dialética de educação popular, além de propiciar a participação de todos os participantes da pesquisa em todas as etapas do estudo/pesquisa.

Reafirmam uma ação conjunta para responder com mais eficácia aos problemas que vivem, porém sob forma de diretrizes de ação transformadora. Assim, as demandas precisam ser escolhidas, estabelecendo prioridades a partir de um diagnóstico da situação no qual os participantes tenham voz e vez.

A questão considerada relevante é que ninguém tem “receitas prontas”, apenas caminhos que foram favoráveis para aquele momento e que, ao serem desvelados, podem ser repensados e dados outros enfoques que, de caráter mais abrangente, poderão ser praticados. Entretanto, entende-se como essencial que o caminho e/ou problemas encontrados sejam detectados no coletivo, assim como sua possível solução e/ou recaminhos.

Antes de avançar para observação e descrição de situações concretas dos fatos nos diversos campos e, visando responder às questões levantadas anteriormente neste estudo, é preciso refletir sobre algumas questões que estão sendo tecidas ao longo do texto, como o significado da pesca artesanal para a economia do Brasil; as pescadoras artesanais, em especial, da comunidade da Ilha de Maré; o território saudável e sustentável pesqueiro e a Agroecologia; e o desenvolvimento territorial para a promoção de um território saudável e sustentável.

E como traz Thiollent (2011), não há contradição no fato de avançar na teorização a partir da observação e descrição de situações concretas antes de se ter elaborado um conhecimento teórico relativo à sociedade como um todo, trata-se, porém, de tentar trazer a complexidade do objeto do estudo sem tanto haver redução do geral, mas trazer a partir da observação e olhar da pesquisadora sobre o objeto em questão.

Segue-se a perspectiva de uma educação dialógica, em que a grande preocupação é realizar o ato de ensinar sem relação com as formas preestabelecidas, como aponta Paulo Freire (1996), respeitando a identidade cultural das sujeitas, estimulando a sua participação ativa na produção do conhecimento.

Isso se deu quando as pescadoras assumiram as entrevistas que seriam realizadas nos domicílios das comunidades da Ilha de Maré. Quando se tornam partícipes da elaboração do roteiro de campo, bem como da elaboração de estratégias para acompanhar as entrevistas, confeccionando mapas e, com isso, reolhando para o território de forma mais reflexiva e crítica.

O TSS busca, a partir da contextualização dos conteúdos dialogados sobre os temas abordados no roteiro de campo, a reflexão e a conscientização sobre o objeto de estudo, estando o espaço aberto ao diálogo e à busca de soluções conjuntas para os problemas que vão surgindo no processo.

É nesse espaço de diálogo e reflexão que se desenvolve a educação

crítica, formando pessoas a relacionar conceitos e a problematizar situações do seu dia a dia, como bem pontuado por Freire.

Por outro lado, há a luta pela territorialização – entendida como um processo pelo qual populações, pessoas, grupos, organizações e instituições se fixam em um espaço em determinado tempo e no qual organizam e estabelecem relações sociais que permitem criar identidades, laços de pertencimento ao lugar (GONDIM & MONKEN, 2017).

Perpassando esses caminhos, a formação-ação, por meio da educação popular em saúde pode, em diálogo, se fortalecer mutuamente tanto no marco teórico como em ações territorializadas. Com isso, o debate da vigilância popular em saúde emerge com o objetivo de fortalecer os direitos e a autonomia da população em territórios vulnerabilizados.

4. MAREANDO: O RECONHECIMENTO DA PESCA ARTESANAL

Um importante movimento de disputas de narrativas e luta pela valorização das matriarcas e para que não haja apagamento efetivo de suas histórias (SACRAMENTO, 2019).

Mas é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana, é preciso ter manha, é preciso ter graça, é preciso ter sonho. Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria mistura a dor e a alegria...Possui a estranha mania de ter fé na vida....(NASCIMENTO, 1978).

4.1 As mulheres pescadoras artesanais da Ilha de Maré

As mulheres da comunidade quilombola e pesqueira da Ilha de Maré são protagonistas da própria história. O universo da pesca artesanal faz parte da vida de muitas delas. Da pesca/mariscagem, ao beneficiamento e a comercialização do pescado.

As mulheres pescadoras artesanais participam ativamente de todo processo da cadeia produtiva da pesca artesanal. Atuantes e resilientes lutam em defesa do território pesqueiro, por seus direitos. De modo geral, essas mulheres pertencem a famílias de tradição pesqueira.

Ao conceber a pescadora artesanal social, com suas representações culturais, múltiplas ao articular suas relações com um campo social diverso, na tentativa de transpor a sua invisibilidade, trazem na sua oralidade a ancestralidade que marca o seu jeito de ser e de ler o mundo.

Das denúncias, a narrativa e a prática em defesa dos mangues, das marés, da natureza, relatam a perda de manguezais, da floresta, diminuição de pescado e, conseqüentemente, da sua saúde, embora seja um território de belezas e diversidades naturais e culturais, que acabam mascarando a questão ambiental séria que as pescadoras artesanais precisam enfrentar cotidianamente para proteger o seu território e o seu modo de vida.

Fica evidente o papel das mulheres na gestão e uso de meios de subsistência baseados em recursos naturais e que embora seja reconhecido, raramente tem sido valorizado em pé de igualdade com o dos homens, refletindo

assim as hierarquias de gênero em sociedades individuais conforme aponta Elizabeth Bennett (2005). Apesar do importante papel desempenhado pelas mulheres na pesca artesanal, os espaços sociais que elas ocupam são invisibilizados, seja pelo próprio companheiro, pelos pesquisadores e formuladores de políticas.

Antes de tudo, pontua-se algumas questões que são trazidas pelas pescadoras artesanais sobre suas comunidades, as dificuldades cotidianas e a seguir, a tentativa de olhar para a complexidade da pesca artesanal e na superação da invisibilidade de ser trabalhadora mulher na pesca artesanal.

Marizelha (chamada carinhosamente por Nega), liderança, pescadora artesanal e integrante da gestão participativa da Colônia de Pescadores Z-04 da ilha, lembrou que somente no final da década de 1980 a energia chegou à ilha, assim como a água encanada. O saneamento ainda é incipiente, assim como outros equipamentos sociais.

Uma das estratégias que as lideranças da pesca artesanal da Ilha de Maré e a ANP vêm utilizando é a participação em seminários, oficinas, congressos, usado diversas mídias, mobilizando as pescadoras e pescadores artesanais, para denunciar o impacto da contaminação química ao território pesqueiro de Ilha de Maré e o adoecimento da sua população em face à presença de multinacionais e indústrias petroquímicas instaladas no entorno da região desde a década de 1960. Todavia, as lideranças não têm obtido êxito.

Na comunidade de Porto dos Cavalos foram instalados poços de petróleo, agora abandonados. Eliete pondera que “o desenvolvimento só traz miséria e fome”. Ela destaca que o território é explorado pela Petrobras há mais de meio século e só deixou pobreza, passivos ambientais e doenças. Segundo ela, a Ilha de Maré é considerada como o “território do sacrifício” porque sofre racismo ambiental, conforme Eliete,

Antes havia mais fartura e diversidade no pescado. Hoje, a história é diferente, há menos peixes e é preciso mais tempo para a mariscar e pescar (Fala da pescadora artesanal, Ilha de Maré, 2018).

As diversas percepções sobre a diminuição do pescado na ilha encontram-se na oralidade das pescadoras artesanais da Ilha de Maré, que desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento histórico-cultural no seu espaço de

convivência, visando a melhoria e qualidade de vida, bem como a promoção de um território saudável e sustentável para todos. São elas que são mais afetadas pelos impactos e conflitos.

As narrativas fazem parte da observação participante, é por meio da oralidade que se percebe os vínculos que vão se formando no grupo, a confiança e aqui transcritos por ser uma fala de entendimento coletivo e não mais individual ou que precise de sigilo. E nesse processo a pesquisadora mergulha no campo de estudo, marisca os dados e observações, visando consolidar a informação coletada e/ou anotada.

Ao observar, reconhece que falta visibilidade, percebe a ausência de políticas públicas específicas e a violação de direitos que impactam diretamente na qualidade de vida, no modo de produção e reprodução social, no ambiente e no trabalho das pescadoras artesanais.

O papel das mulheres pescadoras artesanais é essencial, o protagonismo delas nas ações de mobilização, de organização, de resistência e resiliência no território é notório, embora, às pescadoras artesanais tenham sua atividade da pesca artesanal invisibilizadas quando se falam em acesso às políticas públicas, aos seus direitos sociais e previdenciários.

O conceito de resiliência nasceu da transdisciplinaridade que migrou das ciências naturais e físicas para as ciências sociais e políticas públicas com atenção focada nas capacidades de resposta dos lugares e sistemas sociais (FARIAS, 2017). Para Farias, a resiliência se refere a uma qualidade.

É a capacidade da pessoa frente a uma situação de risco que se coloca em movimento para enfrentamento dos desafios. É lidar com as tensões externas, com os conflitos ou danos como resultados de mudanças sociais, políticas e ambientais, estando associada à rede comunitária e à solidariedade, visando com isso, a identificação de pontos críticos e conseqüentemente, às soluções necessárias para dirimir os impactos provenientes dos riscos e/ou conflitos apresentados, expressando a capacidade de mobilização, de organização comunitária e flexibilidade.

As pescadoras artesanais diante dos constantes conflitos ao território, ao ambiente e, conseqüentemente, à saúde da comunidade em geral, vêm tentando em resposta a essas ameaças, promover o desenvolvimento de um território

saudável e sustentável. Porém, há necessidade que estas questões sejam melhor refletidas e compreendidas, visando o enfrentamento de forma mais eficaz, a exemplo, a formação das suas lideranças, como meio de ampliar o debate na comunidade e fora dela.

Joan Scott (2019) define que a categoria mulher é uma categoria de classe, o que define a “mulher e o “homem” como categorias fundamentalmente políticas e econômicas. Segundo ela,

O termo gênero não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto a expressão “história das mulheres” revela sua posição política ao afirmar que as mulheres são sujeitos históricos legítimos (SCOTT, 2019, p. 53).

Observa-se que a “informação a respeito das mulheres faz parte do mundo dos homens” (SCOTT, 2019, p. 55), a exemplo, a Lei nº 11.959/2009, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, somente refere ao pescador, sem considerar a singularidade da mulher pescadora artesanal.

Segundo Silvia Federici (2019), são as mulheres que necessitam do acesso a recursos naturais comuns mais do que homens, pois são mais afetadas por sua privatização e/ou degradação e estão mais engajadas em defendê-los.

Assim, a abordagem sistêmica nos faz refletir como contextos diferentes, porém, com um senso comum conjugado da mesma vontade, em uma mesma luta, em defesa e visando garantir um ambiente saudável e sustentável para nós, para todos e para as novas gerações, é evidente.

Todavia, observa-se que as mulheres são a principal força social de impedimento de uma completa comercialização da natureza, enquanto promovem o uso não capitalista da terra por meio de formas de agricultura de subsistência, aquela agricultura de pequena escala, visando a alimentação da família e conforme traz Federici (2019, p. 385), dando forma, inclusive, no cuidado da produção de alimentos a partir da base agroecológica.

São as pescadoras artesanais mulheres que mariscam, que cuidam do quintal de casa, da agricultura, entre outros fazeres, inclusive políticos. São elas que estreitam a relação entre o mar e a terra.

Evidencia-se que por meio das mulheres pescadoras artesanais, os

saberes ancestrais são transmitidos e compartilhados, assim como, a cultura, a organização, a mobilização e as suas participações em diversos espaços, que se configuram em um processo dinâmico, construindo, assim, uma rede sociotécnica de apoio, visando uma presença política para transformação social.

Para tanto, a autora Elizabeth Bennett (2005) vai dizer que a falta de atenção à dimensão de gênero da gestão pesqueira pode resultar em intervenções de políticas que não atingem seu objetivo de criar meios de subsistência sustentáveis no nível da comunidade.

Por sua vez, Lopez Herrera (2022), no seu livro *Educar para la sostenibilidad de la vida – una mirada ecofeminista a la educación*, vai dizer que várias manifestações têm raízes comuns, onde as várias literaturas de diferentes campos do conhecimento vêm apontando,

Há décadas, os riscos gerados pelo capital vêm mostrando os sinais, suas causas e suas formas. Segundo essa autora, a cultura ocidental tem um grande problema: ela acredita que progride enquanto se destrói. Olha para a natureza como se estivesse fora e acima dela. Não quer lidar com a vulnerabilidade de cada vida humana e torna invisíveis as necessidades para reproduzir e sustentar o cotidiano da vida.

Confiou a busca do bem-estar a um modelo econômico que utiliza a natureza e a vida humana e não humana como se fossem meros recursos, e os digere produzindo dinheiro e excretando resíduos que envenenam terra, ar, água e vida.

A isso, mulheres pescadoras artesanais vêm denunciando e lutando, para manter o seu território saudável e sustentável, não só agora, mas sua conservação para futuras gerações. A reflexão de Chauí nos alerta,

[...] a única forma sociopolítica na qual o caráter popular do poder e das lutas tende a evidenciar-se nas sociedades de classes, na medida em que os direitos só ampliam seu alcance ou só surgem como novos pela ação das classes populares contra a cristalização jurídico-política que favorece a classe dominante (CHAUÍ, 2020, p. 2).

Os autores Alonso-Población, *et al.* (2019), fazem referência a metáfora espacial que liga as mulheres à terra e os homens ao mar, que tem modelado as explicações refletindo ainda, em legislações culturalmente sustentada pelos modelos que estruturam a divisão sexual do trabalho na pesca artesanal, no

beneficiamento e na comercialização do pescado, conforme abordado anteriormente. Às mulheres cabem os cuidados da casa, dos filhos e da mariscagem, enquanto os homens se ocupam da pesca.

Segundo esses autores, o uso dessa metáfora pode resultar na negação da variedade de papéis, contribuições e importância reais das mulheres na pesca artesanal, as limitando a serem auxiliares do companheiro, inclusive na hora de reivindicar seus direitos, como o da previdência social, por exemplo.

Observa-se que as mulheres pescadoras artesanais dispõem de condições de trabalho menos favorecidas que os homens, fato este que se dá pela desigualdade de gênero na pesca e pela falta de atenção de políticas públicas adequadas para promover a igualdade de oportunidades na atividade da pesca artesanal.

A invisibilidade do trabalho das mulheres na pesca artesanal é uma questão significativa e complexa. A falta de reconhecimento e valorização do papel das mulheres na atividade pesqueira, apesar de sua participação histórica nesse meio, encontra-se enraizado em fatores culturais, sociais e históricos.

Isto porque a participação das mulheres na pesca artesanal remonta a séculos, mas muitas vezes não é registrada ou destacada nos relatos e nas narrativas dominantes. Isso ocorre, em parte, face aos estereótipos de gênero arraigados que associam às atividades de pesca aos homens.

O que se percebe é que muitas vezes o trabalho das mulheres pescadoras artesanais é subestimado ou mesmo ignorado. A expressão “mulher pescadora” surgiu no século XX como resultado de mudanças nas relações sociais e na percepção pública das atividades das mulheres, mas mesmo assim, ainda às mulheres pescadoras continuam a enfrentar desafios para serem reconhecidas como membros ativos e contribuintes do setor pesqueiro.

As barreiras culturais, as normas de gênero tradicionais e a falta de representação nas esferas de decisão ainda ocorreram para a invisibilidade persistente do trabalho das mulheres na pesca artesanal.

Promover o reconhecimento do trabalho das mulheres na pesca artesanal pode ser uma estratégia para combater a invisibilidade, adotar medidas como documentação e pesquisa, sendo importante coletar dados e realizar pesquisas que destacam o papel das mulheres da pesca artesanal ao longo da história, isso pode ajudar a reconstruir narrativas mais abrangentes e precisas; também a

participação em espaços de decisão, além dos espaços que às próprias mulheres pescadoras artesanais já participam, como seminários, congressos, etc, possibilitando o debate entre os diversos pares.

Outra medida que é necessário fomentar é o cadastramento para obtenção do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), pois a partir dele, é possível a construção de indicadores que podem subsidiar a gestão pública para implementação de políticas públicas específicas, com a participação das próprias pescadoras artesanais.

Não menos, a pesquisa de promoção de TSS em comunidades tradicionais demonstrou estreita articulação com a comunidade, com as diversas parcerias, como as Universidades Federais da Bahia e a do Ceará, que estiveram presentes no período vigente do projeto, com o território das águas, com suas especificidades, visando o fortalecimento da pesca artesanal e buscando dar coro às suas reivindicações, destacando a importância do papel das mulheres pescadoras artesanais, em defesa do seu território e do bem estar da sua comunidade.

Dessa forma, o olhar para o oceano, rios, lagos, mangues não é o mesmo, como não é o mesmo o olhar para a atividade exercida pelas mulheres pescadoras artesanais marisqueiras, da pesca artesanal no Brasil, que nos emerge a somar na luta das mulheres das águas para um mundo mais justo e equânime.

4.2 Voz, olhar e escuta: pescadoras artesanais da Ilha de Maré

A fala da pescadora artesanal Eliete Paraguassu (visita à Ilha de Maré, 2022) explicita a incansável busca por seus direitos e de sua comunidade, em defesa do território, assim como de outras lideranças quilombolas e da pesca artesanal local, conforme a seguir,

Nos enxerguem como potência, nós estamos aqui construindo melhores condições de vida. Estamos em roda como ficavam nossos ancestrais. Aqui mostramos a nossa vida. Nós não concentramos riquezas porque somos guardiãs e guardiões disso tudo aqui. Cuidar é guardar o território, especialmente para as mulheres das águas (Fala da pescadora artesanal, em roda de conversa, Ilha de Maré, 2022).

As narrativas por meio da oralidade pelas comunidades tradicionais não são só uma tentativa de trazer a percepção e/ou a memória individual e coletiva de um grupo culturalmente diferenciado, mas, ao mesmo tempo, podem ser definidas

como o saber e o fazer diário, para sua reprodução social, cultural, ancestral, religiosa e econômica, ou seja, um instrumento formativo visando servir para impulsionar o caminho na luta por direitos.

O termo narrativa significa contar, expor, fazer saber uma história. Como traz Nêgo Bispo (2015), “é uma vivência que vai acomodando e nos movendo para alguns lugares, onde os mestres e mestras nos ensinam para manter o conhecimento vivo, pois quando compartilhado, o saber só cresce”.

Ao trazer relatos da cultura quilombola, Nêgo Bispo o faz pensando na trajetória de um rio, onde as histórias são passadas de uma geração para outra por meio da fala, onde é valorizada a fala dos mais velhos e esse saber é compartilhado. Assim, uma narrativa pode revelar as diferentes maneiras como as pescadoras artesanais vivenciam e percebem o mundo e os acontecimentos ligados a certos temas e/ou tempos, dando-lhes sentido.

A falta de políticas públicas efetivas, as constantes ameaças e conflitos ao território, ao modo de vida, à sua saúde, ao ambiente e ao trabalho, são desafios diários que essas trabalhadoras da pesca artesanal precisam lidar.

A pescadora artesanal e/ou marisqueira retira da sua produção a parte necessária para assegurar a sobrevivência da família e o excedente, a responsabilidade de atribuir o valor final e comercialização do produto nas feiras.

Cabe a elas ainda a responsabilidade pela confecção de parte dos instrumentos que os pescadores utilizam na pesca e, muitas vezes, a alimentação que vai a bordo dos barcos. Contudo, como é uma extensão das tarefas domésticas, uma vez que é um trabalho realizado no domicílio das pescadoras, acaba não sendo reconhecida como atividade laboral da pesca.

Na Ilha de Maré, os homens trabalham majoritariamente em embarcações de pesca no mar e as mulheres na mariscagem, nas coroas, em bancos de areia ou lama que se localizam próximos aos mangues e ao mar. A cata e/ou o extrativismo de mariscos se dá de forma artesanal, um balde, uma colher e uma canga que, ao final do trabalho, servirá de apoio na cabeça para transportar o balde com os mariscos, que pesam em geral mais de 20 kg.

Em geral, a mariscagem é considerada de baixo impacto ambiental, desconsiderando os riscos e doenças provenientes dessa atividade a que essas mulheres são submetidas diariamente.

Ao refletir sobre essa atividade, observa-se que a mesma implica em uma

longa jornada e mais tempo de imersão na água, aumentando a vulnerabilidade dessas mulheres, visto contaminação/poluição da água, além de problemas de saúde, como infecção urinária, dores na coluna, dermatites e, em face aos esforços repetitivos ou distúrbios osteomusculares (LER/DORT), inchaços nas mãos e pés. Problemas de visão também podem ser verificados, além de outras doenças (PENA; MARTINS, 2014).

Como foi mencionado anteriormente, as mulheres marisqueiras vêm lutando para obter reconhecimento e fortalecer a pesca artesanal e, conseqüentemente, a mariscagem realizada por elas, principalmente, defendendo seu território e seus direitos trabalhistas.

Essas mulheres desenvolveram a expertise da pesca a partir das observações da natureza, dos ciclos da lua e da influência desta nas marés e, conseqüentemente, no pescado e na cata de mariscos.

Um saber que, de tal conexão com a natureza, permite a elas antecipar se aquela maré é boa para a cata dos mariscos e/ou para a pesca. É a maré que também demarca a sua jornada de trabalho.

Cabe lembrar que a atividade pesqueira é tida como uma prática masculina, existindo uma divisão social do trabalho por gênero, conforme assinala Edna Alencar, “o homem atua no espaço aquático e a mulher no espaço da terra” (1993, p. 63), só que a realidade é bem diferente, observa-se as mulheres pescadoras artesanais e marisqueira tanto no mar, quanto na terra, pois a ela a responsabilidade do cuidado da casa, filhas/os, saúde, ambiente e trabalho, ou seja, a elas o cuidado do bem comum.

Frederici (2019, p. 380) aponta que a produção de bens comuns requer primeiro uma transformação profunda, a fim que se possa recombinar a divisão social do trabalho. A ideia do “comum” é o compartilhamento do ar, água, produtos coletivos da cultura, entre outros. São linhas que conectam a história da luta de classes com o nosso tempo à defesa pelo território pesqueiro e de suas águas por pescadoras artesanais, ameaçado pelas contaminações, seja por metais pesados, pelo derramamento de petróleo, entre outros.

Assim, é preciso compreender esse modo de vida, o engajamento em seus territórios, as estratégias utilizadas para driblar a tripla jornada e as desigualdades provenientes do próprio trabalho.

O mar e os mangues são mais que um espaço de subsistência, mas de

lazer, do sagrado, da produção do conhecimento e da troca cultural, da saúde e principalmente porque há décadas as mulheres pescadoras vem denunciando as ameaças e muito pouco acontece para a resolutividade das questões que elas observam no território. Conforme assinala Chauí, isso se deve talvez por,

Quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, assim como predetermina os lugares e as circunstâncias em que é permitido falar e ouvir, e, finalmente, define previamente a forma e o conteúdo do que deve ser dito e precisa ser ouvido. Essas distinções têm como fundamento uma distinção principal, aquela que divide socialmente os detentores de um saber ou de um conhecimento (científico, técnico, religioso, político, artístico), que podem falar e têm o direito de mandar e comandar, e os desprovidos de saber, que devem ouvir e obedecer (CHAUI, 2020, p. 2).

As mulheres pescadoras artesanais vêm rompendo barreiras, sendo protagonistas da própria história. A conquista em relação à inserção no mercado de trabalho levou a novas questões sobre a produção nas comunidades tradicionais pesqueiras, onde o trabalho feminino era marcado pela invisibilidade e pela falta de reconhecimento da categoria.

Ainda assim, é baixo o interesse em evidenciar as atividades das mulheres na pesca artesanal, talvez isso se reflita também na falta de estatísticas e principalmente na elaboração de políticas públicas que percebam a atividade exercidas pelas mulheres pescadoras artesanais, os seus saberes e fazeres que formam os sistemas locais e de condução dos recursos costeiros.

Elas dão sentido, em boa medida, à constituição das comunidades, com suas ligações aos territórios entre o mar e a terra, ou seja, ao seu modo de vida, da reprodução e reprodução social, entendendo a sua subjetividade e singularidade, a partir do ponto de vista de classe, de raça e de gênero, pensando a vida em sua dimensão integral física, biológica e social.

Portanto, pensar relações de gênero implica pensar as relações nas quais se incluem formas plurais com sentidos plurais, ambiguidades e contradições, que ao buscarem participação, voz e também escuta, as mulheres estão reivindicando direitos sociais, visando em especial, a qualidade de vida para si, da sua família e da comunidade a qual pertence.

Assim, estão cada vez mais mobilizadas e participativas, objetivando representar as pescadoras e marisqueiras nas instâncias políticas nas quais

definem políticas públicas voltadas à população das águas.

4.3 Interseccionalidade e a participação social na pesca artesanal

A interseccionalidade é um conceito essencial na compreensão das complexidades das desigualdades sociais. Reconhece que as identidades e as experiências individuais de uma pessoa são moldadas por uma combinação de fatores como raça, gênero, classe social, entre outros.

Destaca as diferentes formas como os sistemas de opressão se entrelaçam e se reforçam, reconhecendo que não podem ser abordadas a luta contra a desigualdade de forma isolada.

Desta forma, busca trazer à luz as experiências e perspectivas das pessoas que ocupam posições marginalizadas e frequentemente invisíveis na sociedade e pode ser uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea, visando compreender as condições específicas que deles ocorrem.

Desenvolvido e sistematizado por Crenshaw (1989), o conceito de interseccionalidade vai considerar as múltiplas identidades e experiências para entender e enfrentar a opressão de maneira mais abrangente. Segundo essa autora, as pessoas precisam levar em conta as interseções de suas identidades e como elas são afetadas pelas estruturas de poder e discriminação. É um conceito que tem ganhado cada vez mais espaço nos debates e nas pesquisas acadêmicas.

A interseccionalidade das relações sociais de gênero, raça e classe na pesca artesanal, conforme aponta Carla Akotirene (2020) é compreendido como as opressões que se cruzam, em que as mulheres sofrem opressão machista, classista e racista.

Para a autora Patricia Collins (2020), a interseccionalidade é uma importante ferramenta analítica da práxis crítica, onde gênero, raça e classe são construto mútuos que moldam diversos fenômenos e problemas sociais, a qual compreende como relação com o sistema de poder, ou seja, uma série de ideias e práticas que auxiliam na busca de orientação para nortear iniciativas de combate à violência, direitos de classe e outras questões sociais.

Cabe destacar que optou-se por essas três categorias (gênero, raça e classe), como traz Collins, pois sobrepõem e funcionam de maneira unificada que,

apesar de invisíveis, se inter-relacionam.

Collins (2020, p. 17), ainda, vai dizer que essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. Para essa autora, a interseccionalidade surge como um projeto epistemológico e metodológico do feminismo negro para tornar visível o cruzamento de opressões estruturais que sustentam as desigualdades e os privilégios sociais, operados por sistemas de poder.

Dessa forma, percebe-se as diferenças e como estas afetam o cotidiano, e como influenciam as relações sociais em uma sociedade marcada pela desigualdade e entre essas, as mulheres pescadoras artesanais.

Assim, para promover a justiça social e a igualdade, é necessário considerar e abordar as confluências das identidades, garantindo que as vozes e as experiências das mulheres sejam valorizadas, visando, assim, a construção de uma sociedade mais inclusiva e equânime conforme pontuam as autoras Akotirene (2020); Crenshaw (1989), Collins (2020); Spivak (2010), entre outras.

A discriminação e o preconceito têm as mais variadas manifestações, mantendo, inclusive, a mesma função legitimadora das desigualdades sociais, tida como um processo existente dentro das relações da sociedade, que determinam um lugar aos desiguais, seja por questões econômicas, de gênero, de cor, de crença, de círculo ou grupo social. Mas a questão que nos interessa aqui é a ideia de resistência dessas mulheres que enfrentam cotidianamente as opressões estruturais.

O conceito de “gênero” tem uma história que atravessou épocas, contextos históricos, políticos e culturais, utilizado por feministas americanas e inglesas na década de 1980, o termo “gênero” visava explicar as desigualdades existentes entre mulheres e homens, que caracterizavam em opressão e discriminação das mulheres, acentuado essa desigualdade quando amplia para raça, etnia e classe social (AKOTIRENE, 2020).

Ao refletir sobre “gênero”, é estabelecido um recorte sobre a realidade social existente, na tentativa de trazer a organização de papéis sociais construídos a partir do que foi consolidado como sendo feminino.

Essa é uma reflexão amplamente conhecida, entretanto, o foco é entender como se dá essa questão, a partir do olhar das pescadoras artesanais, o qual elas mesmas questionam essa desigualdade e a falta de reconhecimento referente às

atividades da pesca e da mariscagem exercidas por elas.

Por outro lado, o termo “raça” é uma escolha política que assume a compreensão de que há racismo no Brasil e que ele se desenvolveu e se perpetua hoje de forma bastante particular. Como pontuado por Gomes, o racismo brasileiro é a sua própria negação (GOMES, 2005, p. 46). Evaristo (1995) vai trazer que a violência sofrida pelas mulheres negras e as denúncias e lutas dela decorrentes fazem com que essas mulheres ocupem um local específico no qual é preciso enfrentar e se colocar em movimento.

Se a subordinação das mulheres não é justa e muito menos natural, então, por qual razão isso acontece? E por que é praticada? Compreender como a ideia de uma masculinidade influencia as relações e limita as opções sociais de mulheres se faz preciso.

As pescadoras artesanais se deslocam sempre em grupo, para as areias, mangues e coroas para a cata e/ou extrativismo da mariscagem, fonte de renda e subsistência. Em geral, estão acompanhadas dos seus filhos menores, assim, se dá o início do saber que é passado pelas gerações, seja na fala, seja na prática.

Observa-se que os recursos extras vindos do trabalho feminino no orçamento familiar começam a promover melhorias nas suas casas, com uma alimentação mais diversificada, um eletrodoméstico para facilitar os afazeres domésticos, uma vestimenta melhor para os filhos, entre outros. Entretanto, isso representa uma sobrecarga de afazeres, indicando uma “tripla jornada” de trabalho.

O pescar e mariscar pelas pescadoras artesanais acontece, na maioria das vezes, em grupo, uma forma encontrada por elas para proteção, uma vez que mariscar e/ou pescar sozinha, as tornam mais vulneráveis.

Segundo Diegues, o “mar socializado e de livre acesso”, pelo menos na teoria, convencionado a outros elementos, o qual indica as populações das águas (pescadores artesanais, ribeirinhos, extrativistas marinhos, entre outros) como “dependentes da própria imprevisibilidade e mobilidade dos recursos pesqueiros” (DIEGUES, 2004, p. 57).

Por outro lado, Alencar (1993, p. 65-66) chama atenção sobre a organização social do trabalho, sendo que a atividade praticada no mar aparece como um espaço principalmente masculino, considerada das mais significativas para a economia do grupo. Na terra, a mulher atua num espaço onde são realizadas as atividades consideradas de menor relevância, como tarefas domésticas, as da

agricultura e as atividades realizadas à beira praia – mariscagem.

Embora seja essencial e depende dessas para a sua subsistência, são percebidas por não gerarem renda. Entretanto, são significativas, pois complementam a atividade principal realizada no mar; a pesca.

Spivak (2010), vai nos lembrar a importância de considerar as múltiplas formas de opressão e marginalização que as mulheres enfrentam. Ela argumenta que as vozes das mulheres subalternas, que estão sujeitas a múltiplas formas de opressão e cujas experiências muitas vezes são silenciadas, são fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais e políticas.

Desta forma, suas contribuições teóricas são também dialogadas com a interseccionalidade, sendo relevantes para a compreensão das relações entre gênero, raça e classe social.

Um outro exemplo que pode ser observado é que, embora a atividade de mariscagem, na categoria de pescadores artesanais, esteja contemplada na Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, como segurados especiais, as marisqueiras são consideradas trabalhadoras incluídas no grupo denominado de “economia familiar”, sendo desprovidas de cuidados específicos, tendo em vista o trabalho que elas executam, ignorando suas funções como pescadoras artesanais e/ou marisqueiras.

Fica evidente a divisão sexual do trabalho no âmbito da atividade pesqueira, visto que insere a mulher em um processo bastante complexo, ao ter direitos negados. E isso influenciará na sua qualidade de vida, impactando as condições dignas de trabalho e de sobrevivência, bem como o direito de ter acesso a benefícios, a exemplo, o seguro defeso.

A conquista em relação à inserção das pescadoras artesanais e/ou marisqueiras no mercado de trabalho levou a novas questões sobre a produção nas comunidades tradicionais pesqueiras, onde o trabalho feminino é marcado pela invisibilidade e pela falta de reconhecimento da categoria, inclusive do companheiro.

Cabe lembrar que foi só a partir da participação em movimentos sociais, como a Articulação Nacional das Pescadoras do Brasil (ANP), fundada em 2005, que as pescadoras começaram a discutir essas questões, visando o enfrentamento das desigualdades e o acesso a políticas públicas, visando dirimir essas questões.

As mulheres perceberam a lógica patriarcal vigente na sociedade e, a partir

daí, a necessidade de se organizarem coletivamente para reivindicar os direitos negados até então.

Outro ponto central é a participação das pescadoras nas Colônias de Pescadores (Associação de pescadores/as). Anteriormente era uma participação predominantemente masculina e que, na década de 1970, ocorreu uma ruptura, quando uma pescadora artesanal, Joana Mousinho, assumiu a diretoria de uma Colônia de Pescador, em Itapissuma - PE, e só após esse movimento ampliou-se para outros estados, trazendo o diferencial de uma gestão compartilhada e participativa.

Entretanto, a garantia de direitos sociais voltados para essas mulheres anda a passos lentos. De outro lado, as narrativas e vivências das pescadoras artesanais, evidenciam a sua identidade tradicional, por meio de memórias coletivas, saberes e práticas culturais, trazendo inclusive a sua relação de existência com a natureza, fazendo uso da sua criatividade epistêmica, regida por princípios morais, solidários e éticos. Daí a necessidade de se colocar sempre em movimento e em coletivos.

É nesse espaço entre o mar e a terra que as mulheres pescadoras se fortalecem, por meio de conversas entre pessoas que compartilham os mesmos objetivos em relação às experiências e à equidade de oportunidades.

E não menos, a produção de resistência e resiliência, em que trazer as experiências e o compartilhamento dessas para o enfrentamento das desigualdades acaba se tornando método e/ou metodologia de um caminho que é percorrido cotidianamente, porém em construção.

Outro ponto que ganha destaque é a participação dessas mulheres nos movimentos sociais da pesca artesanal. Como assinala Gohn (2011, p. 335-336), são “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”, visando, assim, o fortalecimento da pesca artesanal.

A ANP tem refletido sobre o papel feminino na cadeia produtiva da pesca artesanal. Ressalta-se que a organização e a mobilização potencializam e dão visibilidade à pesca artesanal, levando ao reconhecimento e à valorização da pescadora artesanal/marisqueira na atividade pesqueira e, principalmente, ao compartilhamento das necessidades dessa categoria, exigindo que se faça a escuta das suas demandas e reivindicações. A atuação em rede traz uma grande potência

a elas, pois constroem ações coletivas que atuam como resistência à exclusão e incentivo à reivindicação para a inclusão social.

Para além do lugar de pesca, o território pesqueiro é o espaço vivido, como bem traz Milton Santos (2000), onde a comunidade da pesca artesanal ocupa o espaço para a garantia da sua cultura, da atividade da pesca e mariscagem e da sua sobrevivência, ou seja, na garantia do seu modo de vida.

O Conselho Pastoral da Pesca (CPP), ligado à Comissão Episcopal Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), vem desempenhando um papel fundamental para o enfrentamento e o debate sobre o trabalho e a interseccionalidade na pesca artesanal no Brasil.

Expressando as dimensões do modo de vida, onde se estabelecem as relações de poder de gênero, raça e classe, refletidos nos seus aspectos singulares, ou seja, “o trabalho da mulher, é o trabalho invisível, que não aparece, que faz e desfaz” (ALENCAR, 1993, p. 69). Assim, cabe questionar qual o limite teórico da questão de gênero, raça, e classe, e que nos remete uma oportunidade de fazer com que todas as políticas e práticas contemplem e/ou reflitam/repensem a realidade dessas categorias e que sejam efetivamente inclusivas.

E necessário compreender que o termo gênero trazido pelo movimento feminista teve início no cenário internacional no século XIX, que reivindicou direitos civis para as mulheres, a luta pelo direito ao voto, a estudar, a frequentar bibliotecas, entre outras reivindicações – as mulheres tinham pouco direitos e muito pelo que lutar. Feministas como Ângela Davis e Bell Hooks trouxeram a reflexão ao dizer que as mulheres negras não viviam da mesma forma a experiência de ser mulher, assim, as outras variáveis precisavam ser levadas em consideração, como raça e classe.

A dificuldade de escuta é a materialização do racismo, que as pescadoras denominam de “racismo fantasma”, ou seja, o racismo velado. Este, pois, não mobiliza e nem tem respeito à voz efetiva que ecoa defendendo direitos duramente conquistados e como bem colocado por Spivak (2010), Collins (2020) também ressalta a importância da voz e da perspectiva das mulheres que estão na interseção de múltiplas categorias sociais marginalizadas, destacando a necessidade de incluir essas vozes nos debates e nas políticas que visam abordar a opressão e a desigualdade.

O processo de formação é um elemento essencial que pode contribuir para

a construção de conhecimento necessário para organização, mobilização e fortalecimento da pesca artesanal, pois beneficia a todos dentro do movimento das pescadoras na busca e na efetivação dos direitos conquistados e dos que ainda precisam ser garantidos.

A interseccionalidade aponta enquanto práxis, o preito da identidade e poder, bem como articula novas tessituras sobre os sistemas de dominação e o seu enfrentamento, visando integrar as lutas coletivas e que, em especial, suas vozes ecoem nos diversos espaços para que finalmente sejam escutadas e transformadas em ação. Além disso, essas relações de poder afetam todos os aspectos do convívio social, portanto, pode ser vista como um conhecimento de resistência e como um movimento de justiça social e promoção da equidade.

Mais do que a arte de pescar, é a necessidade de se movimentar, de participar, de se organizar coletivamente, para que a voz dessas mulheres, pescadoras artesanais, ganhe eco aos vários ventos e que consigam romper as barreiras existentes para si e futuras gerações.

5. O TERRITÓRIO PESQUEIRO: ENTRE O MAR E A TERRA

Nas marés baixas, as águas deixam descobertos quilômetros e quilômetros de manguezais, lodaçais e lameiras que as marés altas ocultarão novamente. [...] Por ser a pesca uma atividade quase integralmente dependente do ambiente, as pescadoras estabelecem relações tão íntimas com as paisagens de seu entorno que é difícil separar uma da outra (LISKER E TASSARA, 2005).

A relação entre o mar e a terra se apresenta como espaço fecundo de elaboração com outras formas de produzir a existência, não restritiva exclusivamente ao lucro. A pesca artesanal é uma tradição milenar, tendo uma relação íntima com a natureza.

A água que pulsa, vista como sagrada, que vai além da hidratação, da cura, do lazer, do alimento e do sagrado. É no território pesqueiro a garantia da alimentação e o sustento de uma população (SACRAMENTO, 2019).

O termo maretório foi tecido pelas lideranças extrativistas marinhas da região Norte do Brasil e foi trazido para o debate no Grupo da Terra pela liderança

Célia Neves, extrativista marinha e liderança da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas (Confrem).

Este termo é utilizado pela população das águas para se referir ao território que é influenciado pelas marés e que, por sua vez, é influenciado pela mudança climática, pelos ventos e ciclos lunares. Segundo a liderança, o “maretório é o território das marés”, vinculado à natureza e dependente dela (narrativa oral).

O maretório vem ganhando espaço para garantia de direitos, visto ser uma junção entre mar e terra, de onde se tira o sustento de muitas famílias e a noção de pertencimento, de práticas culturais, agroecológicas, econômicas, de lazer e de rituais; e isso as pescadoras artesanais denominam de sagrado.

Assim, há a necessidade da luta para conservação desse ambiente para a sustentabilidade, com o cuidado com os mangues, as coroas, o oceano, visto as constantes ameaças por diferentes invasores.

O maretório é um espaço em constante disputa, onde diversas sujeitas buscam caracterizar diferentes e diversas práticas, como traz Acselrad,

Disputas de legitimidade instauram-se, concomitantemente, na busca de caracterizar as diferentes práticas como ambientalmente benignas ou danosas. Nessas disputas em que diferentes atores sociais ambientalizam seus discursos, ações coletivas são esboçadas na constituição de conflitos sociais incidentes sobre esses novos objetos, seja questionando os padrões técnicos de apropriação do território e seus recursos, seja contestando a distribuição de poder sobre eles (ACSELRAD, 2010, p. 103).

Em nome do desenvolvimento, de geração de renda e superação da pobreza, enormes complexos são erguidos, sem ao menos se preocupar com o impacto daquela ação no território, no ambiente e na saúde das pessoas que secularmente se encontravam nesse espaço, “afirmam que desenvolveram programas de ‘sustentabilidade’ destinados a assegurar a continuidade dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais” (ACSELRAD, 2010, p. 104).

Cada ação das mulheres nesse espaço gera um impacto, sejam bons ou não. Na saúde, por exemplo, existem os danos sociais das populações contaminadas por petróleo ou quem teve rendimentos perdidos por não poder pescar e/ou comercializar o pescado.

A contaminação das águas, do solo e a perda da biodiversidade são danos ambientais. Os danos territoriais, como a contaminação da água potável, dos mangues, são exemplos dos impactos vivenciados cotidianamente no território

pesqueiro da Ilha de Maré. Para isso, há a necessidade de se contabilizar e criar indicadores que possam monitorar e/ou responsabilizar quem pratica tal ação.

A promoção de territórios saudáveis e sustentáveis é o resultado de diversos debates, visando o compartilhamento de múltiplos saberes, de organização e ação coletiva para o aprimoramento de processos, seja na formação, seja na formulação de políticas públicas. Resulta em um processo de ressignificação e na construção de uma rede sociotécnica de apoio para os embates sociais na construção de um futuro possível.

Ao aproximar o conceito para o campo da saúde e da Agroecologia, observa-se um território capaz de produzir ações transformadoras com a participação da comunidade. Assim, a observação participante é uma das ferramentas metodológicas que se apresenta como base para poder traçar o desenho junto com a comunidade sobre o que promove ou não a saúde.

No campo da Agroecologia, uma ação precisa ser transformadora, emancipatória, na qual os saberes tradicionais são colocados em prática. Deve ser pensado um saber horizontal no manejo dos recursos da pesca artesanal, do trabalho e da organização coletiva.

Como aponta Altieri (2012), as principais barreiras para a territorialização da Agroecologia são os aspectos social, político, epistêmico, estrutural e econômico. Mais do que técnico-produtivos, são práticas e saberes que se dão em estreita relação com seus territórios e se abarcam como bases de sustentação de territorialidades, de espaços de autonomia, liberdade, pertencimento, de resistência e resiliência.

Para operacionalizar a promoção de TSS no território, é necessária a consolidação de práticas voltadas e conjuntas no âmbito individual e coletivo, em uma perspectiva multidisciplinar, integrado e em redes, numa ação articulada com as mulheres de um determinado território, considerando a autonomia e a singularidade destas e, assim, a interação entre saúde, ambiente e desenvolvimento sustentável na produção social.

Embora o conceito do TSS esteja em construção, é compreendido como espaços relacionais e de pertencimento onde a vida saudável é viabilizada, por meio de ações comunitárias e de políticas públicas, que interagem entre si e se materializam, ao longo do tempo, em resultados que visam a atingir o desenvolvimento global, regional e local, em suas dimensões ambientais, culturais,

econômicas, políticas e sociais, conforme apontado por Machado *et al.* (2017).

Diversos autores fundamentam que existe uma rede de interações complexas que determinam a condição de saúde *versus* doença de uma comunidade. Entre os desafios, estão a construção de sistemas de informação capazes de auxiliar a análise de situações de saúde e o desenvolvimento de tecnologias sociais com ênfase na vigilância em saúde.

A história do território pesqueiro é uma história de luta, de movimento, de sol, de paisagens, de solidariedade, de pessoas, de conflitos. Como traz Milton Santos (2000), é uma história de apropriação e uso.

Na realidade, são condições para a existência que trazem a identidade e a memória coletiva de um lugar, que refletem o seu modo de vida, de produção e reprodução social, ou seja, explicitam a forma de estar e de existir em um espaço. Um espaço que compreende a água e a terra, as roças nos quintais de casa, o acesso a materiais para confeccionar os apetrechos da pesca e da mariscagem.

A multiplicidade de funções no território também leva a conflitos. Santos (2000) aponta que em determinado momento de sua história, elas extravasam seus limites locais para se tornarem pontos de interesse e de convergência de atividades econômicas, de comando financeiro e de concentração.

Chama atenção que onde a economia é pobre, instalam-se atividades mais poderosas. O vigor desse “desenvolvimento” não considera o território, sua história e seu povo, impacta e/ou elimina formas de sociabilidade, pois acaba sendo o “objeto de cobiça de políticas públicas de desenvolvimento” (SANTOS, 2000, p. 445).

Para o território pesqueiro, mangues, rios e o mar desempenham um papel fundamental para a produção e reprodução social e simbólica do modo de vida. São eles que garantem a água para saciar a sede, seja para hidratação individual e/ou coletiva, para as hortas, para a sua subsistência, para o transporte, lazer, para a prática da sua religiosidade. As águas são locais habitados por seres naturais e sobrenaturais (DIEGUES, 2004).

Para as comunidades tradicionais, segundo Diegues e Arruda (2001), a água é um bem comum, coletivo e necessário, vai além de mercadoria, é um modo de olhar a natureza, a relação com o divino. Para isso, tem que estar livre de contaminação e poluição.

Ainda para esse autor, o território pesqueiro é muito mais vasto, pois

depende principalmente das relações sociais existentes, do respeito e solidariedade. A atividade pesqueira exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, mas o conhecimento do manejo, das reproduções das espécies, da observação do vento, da lua, das marés, a partir dessa observação as pescadoras podem prever um bom pescado ou não.

Os diversos usos dos ecossistemas revelam a existência de um complexo conhecimento adquirido pela tradição herdada dos mais velhos, que, por meio de mitos e símbolos, levam à manutenção e ao uso sustentável dos ecossistemas naturais (DIEGUES *et al.*, 2001, p. 23).

Ao se aproximarem do espaço aquático, apropriam-se do conhecimento dos recursos naturais que ali atuam e, assim, a experiência é transmitida por meio da oralidade entre as gerações.

Maldonado (1993) define o território pesqueiro como espaços conhecidos, nomeados, defendidos, delimitados e manejados pelos pescadores em sua atividade pesqueira.

Um território diverso, de múltiplos olhares, narrativas e saberes que expressam em conhecimento tradicional da pesca artesanal, de vida, história, trabalho e, principalmente, sua estreita relação e apropriação com a natureza. A territorialidade marinha é mais ampla do que a terrestre e depende não somente do meio físico a ser explorado, mas também das relações sociais estabelecidas entre aqueles que a utilizam.

Falar de espaço nem sempre significa falar de um dado concreto, de uma realidade por assim dizer geográfica da natureza com que o homem se confronta para se reproduzir, conforme a autora Maldonado,

A pesca marítima é uma das formas sociais em que a percepção específica do meio físico é da maior relevância, não só para a ordenação dos homens nos espaços sociais como também para a organização da própria produção e para a reprodução da tradição pesqueira, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos (MALDONADO, 2000, p. 1).

Historicamente, as pescadoras artesanais sofrem com o processo de invisibilidade social e dificuldade em garantir os direitos à terra, à água e a políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais. Portanto, entre o mar e a terra, as pescadoras artesanais criam conhecimento, pertencimento e identificação.

5.1 Racismo ambiental: agressões sistemáticas ao ambiente pesqueiro

As comunidades tradicionais, em especial, as pescadoras artesanais, são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, com suas formas próprias de organização social e de organização do território (BRASIL, 2007), ou seja, têm o seu modo de vida, de produção e reprodução social e mantêm relações intrínsecas com seus territórios e em especial com a natureza, com o bem comum, visto seu sustento e sobrevivência dependerem do meio natural no qual se inserem.

A falta de investimento, como saneamento básico, o despejo de resíduos nocivos à saúde, principalmente em locais de vulnerabilidade social, a exploração de terras pertencentes a populações tradicionais são exemplos da manifestação do racismo ambiental e assim, observa-se uma prática de negação e violação dos direitos para com essas comunidades.

Para início, é necessário compreender a questão racial, no qual inserem esses grupos sociais. Tal reconhecimento permite caracterizar a problemática racial e étnica tanto como fator de produção das injustiças que tais grupos enfrentam, quanto como elemento da constituição dos poderes políticos, econômicos e culturais dominantes, que controlam a implementação e o funcionamento das atividades econômicas geradoras desses conflitos.

O sociólogo Jessé de Souza (2021), vai trazer que o racismo é o elemento primordial para explicar o Brasil em suas formatações racial e multidimensional, que são maneiras de negar o reconhecimento social a indivíduos e grupos. No seu livro "Como o racismo criou o Brasil", aborda o surgimento do racismo, suas formas e reprodução no tempo no país. Segundo esse autor, o racismo é o elemento crucial para as mazelas da sociedade brasileira, como violência estrutural, a luta de classes e desigualdades sociais. Afirma que o desenvolvimento neoliberal é um dos principais propulsores da extrema direita, pois as pautas identitárias são interpretadas como as responsáveis por todos os problemas e que a divisão global entre Norte e Sul, representada como tipos diferentes de sociedades, como também marca a existência prática do racismo no Brasil.

O racismo é a forma pela qual desqualifica-se o outro e o anula como não semelhante, imputando-lhe uma raça, conforme aponta Selene Herculano (2008), assim, colocando-o o outro como inerentemente inferior, culpado biologicamente

pela própria situação.

Por outro lado, o conceito de “injustiça ambiental” é decorrente das profundas desigualdades sociais do país. Se relaciona com qualidade de vida e condições de trabalho e tem implicações nas iniquidades em saúde e baixa qualidade de vida.

Assim, a manifestação de racismo se dá de várias formas, a exemplo do racismo ambiental. A expressão evidencia a relação direta entre racismo e meio ambiente. Percebe-se que é um sistema organizado em estruturas políticas, práticas e normas que atuam em diferentes níveis, que abarca práticas racistas em relação às questões ambientais e relações raciais.

Outro ponto é que os impactos ambientais não se dão de forma igual entre a população, sendo a parcela marginalizada e historicamente invisibilizada a mais impactada pela poluição e degradação ambiental.

Desse modo, o racismo ambiental é um termo utilizado para se referir ao processo de discriminação que populações de minorias étnicas sofrem por meio da degradação ambiental, que segundo Carvalho (2014), mais do que um simples conceito, o termo “racismo ambiental” é uma denúncia.

Casos emblemáticos nos Estados Unidos, levaram teóricos a refletirem sobre o racismo ambiental. Um dos exemplos, foi ao descrever a situação dos moradores da comunidade de Benton Harbor, no Michigan, quando esta teve suas águas contaminadas por chumbo e seus habitantes foram expostos à água envenenada.

Segundo Edward Pinkney, o fenômeno de segregação empurrou pessoas negras para bairros mais impactados pelas indústrias e pela contaminação e a esse fenômeno, denominou-se de racismo ambiental. Outras denúncias foram feitas, como a contaminação química em Love Canal, em Niagara, estado de Nova York, 1978, onde moradores de um conjunto habitacional de classe média baixa descobriram que suas casas haviam sido erguidas junto a um canal que tinha sido aterrado com dejetos químicos industriais e bélicos (HERCULANO, 2008, p.2).

Dessa forma, o termo “racismo ambiental” foi ganhando mais força e sendo pauta de discussão de teóricos e pesquisadores sobre o assunto. Refere-se à desigualdade racial que caracteriza esses grupos para um território desigual, ou seja, o racismo ambiental tem cor, e essa cor é preta (SILVA *et al.*, 2022).

A falta de amparo estatal demonstra a injustiça ambiental no Brasil e a

necessidade de um olhar com mais cuidado para as populações periféricas, majoritariamente formada por negros. Ressaltando, assim, que a produção da desigualdade é um problema estrutural, além de expor desproporcionalmente as populações em situação de vulnerabilidades a riscos, como traz a liderança da pesca artesanal da Ilha de Maré, Eliete, na sua fala - “é colocar os nossos corpos pretos ao sacrifício”.

Silvio Almeida aponta que o racismo institucional tem na sua origem, operações estabelecidas e respeitadas na sociedade e, assim, “recebem muito menos condenação pública”. Segundo esse autor, “é menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos” (ALMEIDA, 2021, p.43). Reafirmando que tais desigualdades são econômicas, sociais, espaciais, ambientais, sanitárias, assim como as raciais.

Santana Filho (2014) vai afirmar também que há uma dimensão racista nas instituições brasileiras que nega o direito à humanidade ao negar o mar, os rios e as águas com qualidade e a uma terra sem contaminação.

As tomadas de decisões refletem os acordos de poder das instituições e, principalmente, da sociedade dominante, enquanto as empresas recebem vantagens e privilégios em detrimento das pessoas de cor.

Desse modo, quando as pescadoras artesanais da Ilha de Maré denunciam o racismo ambiental provocado pelo Complexo Industrial de Aratu, pela Refinaria Landulpho Alves e pelo Porto de Aratu ao seu território, o fazem para garantir que os seus direitos sejam respeitados, independentemente de cor, etnia ou classe social, percebendo que o conceito de racismo ambiental vai ao encontro de que as interseccionalidades — que recortam gênero, raça e classe também fazem parte deste grande guarda-chuva chamado de racismo ambiental.

Observa-se que as tomadas de decisões ambientais geralmente refletem os acordos de poder da sociedade predominante e das suas instituições. Todavia, oferece vantagens e privilégios para as empresas e as pessoas de classe menos favorecidas sofrem os prejuízos.

Para Selene Herculano, apesar da luta de tantos movimentos sociais e pessoas em favor de um país mais justo, isso não impede que acabe refletindo no campo ambiental. Segundo essa autora,

Os vazamentos e acidentes na indústria petrolífera e química, a morte de rios, lagos e baías, as doenças e mortes, causadas por

metais pesados, como chumbo, cádmio, entre outros poluentes, “a expulsão das comunidades tradicionais pela destruição dos seus locais de vida e trabalho, tudo isso, e muito mais, configura uma situação constante de injustiça socioambiental (HERCULANO, 2008, p.5).

A questão de quem paga e quem se beneficia das políticas ambientais e industriais é fundamental na análise do racismo ambiental e a sociedade precisa necessariamente refletir sobre esse problema, bem como a caracterização dos riscos que definem as condições e probabilidades nas quais populações expostas serão prejudicadas e em que grau.

O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea conforme assinala Almeida (2021, p. 21).

Por outro lado, para Barata, vai expressar que este termo é “uma ideologia social de inferioridade, que é usada para justificar o tratamento diferencial concedido a membros de grupos raciais ou étnicos” (BARATA, 2009, p. 65).

Portanto, o racismo ambiental é sinônimo de injustiças sociais, que privilegia grupos dominantes e desfavorecem grupos mais vulneráveis. Grupos esses, que não tem acesso e não participam das esferas de decisão no tocante a processos que os impactam diretamente.

Neste sentido, Milton Santos (1999), vai chamar atenção que o território acaba sendo um limite à ação cega da finança, sendo um repositório final de todas as ações e de todas as relações, o lugar geográfico comum dos poucos que sempre lucram e dos muitos perdedores, resistentes, para quem o dinheiro globalizado, denominado "real" - já não é um sonho, mas um pesadelo.

É preciso uma formação política que potencialize a luta em defesa dos territórios e o fortalecimento da produção agroecológica, entre outras pautas, como saúde, trabalho e educação. Para isso, observa-se que, na agenda da pesca artesanal, são pontuadas a necessidade de construir uma educação baseada nas sabedorias ancestrais voltadas aos serviços do “povo das águas”.

Observa-se que o “novo” ciclo da luta da pesca artesanal está articulado a uma história comum, relacionada à desterritorialização, à violência epistêmica e institucional. Estratégias para o reconhecimento da pesca artesanal ainda são incipientes, tendo em vista que as informações são insuficientes ou inexistentes. É necessário um inquérito nacional para implantação/implementação de políticas

públicas que cheguem onde se precisa chegar.

Assim, é inegável o 'racismo ambiental', conforme pontuado sempre na fala da pescadora artesanal Eliete Paraguassu e de outras pescadoras artesanais. Persistindo dessa forma, com as desigualdades sociais.

As mulheres pescadoras artesanais/marisqueiras têm assumido, no contexto histórico das lutas, um papel vital na defesa do território, do ambiente, das águas, sobretudo, de suas comunidades, amplamente ameaçadas pelo capital. A luta incorpora o desafio de forjar-se como sujeita política e do próprio marear dessas mulheres, em especial, a consciência histórica de um coletivo.

Por fim, não se esgota aqui as possibilidades de que outros conflitos territoriais impactam a saúde, o ambiente e o trabalho das pescadoras artesanais, por isso a luta é travada no dia a dia dessa comunidade.

É necessário um reolhar para o território no sentido de dar visibilidade e conseqüentemente a implementação de um território saudável e sustentável, livre das amarras impostas a ele.

5.2 Território Saudável e Sustentável em comunidades tradicionais

O Território Saudável e Sustentável (TSS) é um espaço relacional e de pertencimento, nos quais a vida saudável é viabilizada por meio de ações comunitárias e de políticas públicas, que interagem entre si e se materializam, ao longo do tempo, em resultados que visam a atingir o desenvolvimento global, regional e local, em suas dimensões ambientais, culturais, econômicas, políticas e sociais. Conforme Gallo,

Os territórios sustentáveis e saudáveis podem ser compreendidos como espaços constituídos a partir de relações sociais e de pertencimento simbólico e afetivo, apropriados criticamente e intencionalmente reconfigurados pela ação territorializada de coletivos portadores de vida nos quais o bem viver é o foco da governança viva. Essa governança viva integra ações comunitárias, da sociedade civil e do Estado para a gestão dos bens comuns e de políticas públicas em redes nas dimensões socioeconômicas, ambientais e culturais, possibilitando modificações do modo de produção e consumo hegemônico e a emergência de racionalidades emancipatórias instituintes de modos de vida solidários, afetivos e autônomos que permitem novos modos de andar a vida (GALLO, 2021, p. 114-115).

O conceito de sustentabilidade é controverso. Alguns autores destacam

que este é um conceito complexo e resulta na interação de muitos elementos, condicionado a um processo de dimensões sociais, culturais, políticas e econômicas. Conforme Altieri, “novos agroecossistemas sustentáveis não podem ser implementados sem uma mudança nos determinantes socioeconômicos que governam o que é produzido, como é produzido e para quem é produzido” (ALTIERI, 2004, p. 220-221).

Portanto, a Agroecologia representa um enorme salto como estratégia de um desenvolvimento que considera o ambiente, sendo seus pilares fundamentais, como traz Altieri (2004), culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis para os trabalhadores, para a população, para o ecossistema como um todo, assim, o cuidado, a preservação, a vigilância podem ser princípios a serem utilizados para produzir autorregulação e sustentabilidade.

As iniciativas comunitárias territoriais, as vivências e experimentação de tecnologias sociais a partir da estratégia formação-ação em torno da construção de um processo de vigilância popular em saúde ambiental, entre eles, a aproximação com as lideranças jovens da pesca artesanal da Ilha de Maré, em torno do seu território, no caminho das águas, no manejo dos recursos naturais, na observação da natureza, vem colocando-os em sinais de alerta.

A relação entre a pesca, a Agroecologia e a soberania alimentar se apresenta como espaço fecundo de elaboração de outras formas de produzir a existência, não restritas exclusivamente ao lucro. Assim, a Agroecologia se anuncia como um terreno saudável e sustentável, fértil para criação de novas relações na direção da emancipação social, um compromisso com a humanidade e seu futuro.

A Agroecologia é definida a partir de três definições interdependentes: como uma prática, como um enfoque científico e como um movimento social. Como prática social, ela se expressa nas variadas formas por meio das quais a agricultura familiar e comunidades tradicionais organizam seu trabalho para a produção diversificada de alimentos e outros produtos agrícolas, por meio de processos cooperativos desenvolvidos em estreita interação com as dinâmicas ecológicas e socioculturais dos territórios nos quais se enraízam (PETERSEN; MONTEIRO, 2020).

Também é estratégica para a promoção da saúde, ambiente e trabalho, principalmente para um território saudável e sustentável, onde se estabelecem diálogos entre saberes científico e popular, entre a teoria e prática, valoriza os

saberes das comunidades tradicionais e visando estreitar saberes, compartilhar vivências e experiências que problematizam e transformem a realidade atual.

Por fim, na busca de uma prática mais sustentável e formas de ação coletiva, com cuidados da saúde das pessoas e da natureza; enfim, a busca de um território saudável e sustentável para todos/as.

Um território vivo, como traz Milton Santos (2000), é construído pelo modo de vida, de produção e reprodução social, onde as práticas e os saberes se reconstróem permanentemente, pois o território, a Agroecologia, a segurança alimentar, a interseccionalidade, o resgate da memória cultural e ancestral, entre outras, são promotoras de saúde, autonomia e sustentabilidade.

As ações no território ajudam a perceber as demandas e o conjunto de iniciativas que foram desenvolvidas na ilha.

As práticas populares e tradicionais, os quintais produtivos, o caminho das águas, saneamento, o cuidado da saúde, a cartografia social, a formação das pescadoras que participaram da pesquisa sobre a percepção dos moradores sobre sua saúde o ambiente e trabalho, fizeram parte de um rol de iniciativas do projeto de promoção de TSS em comunidades tradicionais, no desafio político de um conjunto histórico de condições que impactam a saúde, o ambiente e o trabalho da população quilombola e da pesca artesanal da Ilha de Maré. Permeado a isso, a compreensão da Agroecologia, enquanto perspectiva integradora de conhecimento.

Observou-se a dinâmica do processo para a promoção de TSS. Constatou-se que são fatores que podem ser replicados em outros lugares, considerando a especificidade e singularidade locais.

Na Ilha de Maré, a demanda social apresentada refere-se a ações de saúde e contaminação/poluição ambiental, pontuando a necessidade de atuação de entidades governamentais, pois além de gerar insegurança alimentar, violência psicológica, piora na qualidade de vida e saúde de pessoas que ali vivem.

De outro lado, observa-se a participação maior das mulheres, seja no projeto, seja nas comunidades que responderam às entrevistas.

Compreende-se a importância desse protagonismo, reforçados pelos resultados no cuidado à saúde e da Agroecologia que contribuem para o reconhecimento e fortalecimento da luta da mulher pescadora artesanal.

A tese ao sistematizar e reconhecer o protagonismo das mulheres quebra

com a condição de auxiliar da pescadora artesanal de um processo que ela domina, principalmente na preservação cultural e promoção da igualdade socioeconômica.

A formação se mostrou como estratégia importante para autonomia dessas mulheres e é uma questão crucial para promover a igualdade de gênero, empoderamento feminino e justiça social. Reconhecer e promover seus direitos sociais, é essencial para garantir que elas tenham as mesmas oportunidades e benefícios.

O TSS rompe com o paradigma conservador de fazer ciência, quando se aproxima com a 'ciência popular da vida', com a ancestralidade e a Agroecologia, onde os saberes populares são respeitados e o fazer juntos se torna uma ciência popular, a partir do olhar agroecológico, dos saberes, conhecimentos e diálogo para a promoção de um Território Saudável e Sustentável, em uma abordagem que referencia o processo pedagógico da pesquisa-ação e da formação-ação, por isso está sempre em movimento.

6. AGROECOLOGIA E A PESCA ARTESANAL

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania (MBEMBE, 2016).

A alimentação adequada e saudável deriva de um sistema alimentar socialmente e ambientalmente saudável e sustentável. Possui um conteúdo social e político, trazendo um olhar para o pensamento agroecológico, tornando-se assim, um dos pilares essenciais de sua própria definição como abordagem científica, conforme vem sendo cultivado pelos autores, Altieri (2012), Caporal (2008), Canuto (2017), Gliessman (2017), entre outros.

A intenção é compreender sobre a relação entre a pesca artesanal, a Agroecologia e a soberania alimentar, suas teias e como estão sendo tecidas a partir da base agroecológica e a importância da pesca artesanal na segurança e soberania alimentar de uma população.

Esse debate se encontra em curso pelo Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), consagrando como um novo paradigma para o desenvolvimento saudável e sustentável, além de trazer para dentro do movimento a discussão sobre a Agroecologia e a Pesca Artesanal, como ocorreu em fevereiro de 2023, quando foi realizado a VII Jornada de Agroecologia da Bahia, onde tem crescido, em aprendizado e organização, a reflexão sobre o impacto social e a necessidade de enfrentar novos desafios que precisam ser resolvidos.

O reconhecimento da Agroecologia como mote de desenvolvimento de TSS e como campo científico envolve várias abordagens para resolver os desafios da produção de alimentos. Observa-se os principais elementos e as diversas sujeitas envolvidos nessa teia em construção, que levam em consideração a forma do extrativismo do pescado e a preservação e conservação do ambiente.

Embora inicialmente trate de aspectos de produção e proteção de cultivos, nas últimas décadas, novas dimensões, como questões ambientais, sociais, segurança e soberania alimentar, ética e desenvolvimento, estão se tornando mais relevantes.

Hoje, o termo Agroecologia significa uma disciplina científica, prática agrícola ou movimento político ou social surgido na década de 1930 (WEZEL *et al.*,

2009). Por outro lado, segundo Gliessman (2017), a história da Agroecologia varia de país para país, com algumas bem desenvolvidas e outras em estágios iniciais.

No Brasil, tendo em vista o engajamento dos movimentos sociais, o qual relaciona a Agroecologia à reivindicação de acesso à terra, a proteção das sementes locais e sua livre troca, e resistência à introdução de organismos geneticamente modificados proprietários vêm sendo potencializada, desenvolvendo importantes programas de educação, pesquisa e treinamento, além de políticas públicas que promovem essa temática.

A partir da década de 1960, a Agroecologia ganha diferentes ramos, seguindo os movimentos ambientais da época contra a agricultura industrial, em face da degradação ambiental, erosão do solo, desertificação, poluição por agrotóxicos, perda de biodiversidade e impacto nas condições de saúde em nome do “desenvolvimento”, denominado de Revolução Verde, com utilização de tecnologias intensivas em insumos.

Os termos de sua distribuição são extremamente desiguais, com os maiores e mais ricos agricultores controlando o capital e as terras férteis, sendo privilegiados em detrimento dos agricultores mais pobres e com menos recursos.

Dessa forma, as estratégias adotadas foram incapazes de promover um desenvolvimento equânime e sustentável, não alcançando a população mais pobre e não solucionando a questão da fome, da desnutrição ou das questões ambientais.

Assim, a Agroecologia ampliou o debate e fomentou os movimentos agroecológicos, ganhando corpo e dimensões maiores das pesquisas agroecológicas. Incorporando nos seus princípios, a sistematização dos saberes empíricos tradicionais, unindo-se às comprovações científicas para promover melhores métodos para a construção de práticas economicamente eficientes, sustentáveis ecologicamente e socialmente justas (ALTIERI, 2012; CAPORAL, 2008; CANUTO, 2017).

Essa estratégia foi importante e possibilitou a identificação de problemas e reflexões contextualizadas e coletivas sobre a qualidade de vida das pescadoras artesanais, visando a contribuição para a promoção de um Território Saudável e Sustentável (TSS) e, principalmente, a compreensão de como as identidades são moldadas pelo pertencimento a um território.

Segundo Miguel Altieri, a Agroecologia proporciona as bases científicas para a implantação de agroecossistemas biodiversos capazes de subsidiar o seu

próprio funcionamento (2012, p. 117).

Para esse autor, a redução do impacto na saúde humana e no meio ambiente depende da mudança no sistema agroalimentar. Do fazer agroecológico, emergem elementos importantes para a saúde humana e ambiental, pois luta para preservar o ambiente, fundamental para os organismos vivos do solo, para a água, para o mangue; enfim, para o ecossistema.

Além disso, é atenta ao compromisso ético e à solidariedade tecida no dia a dia da atividade pesqueira, por isso a preocupação em manter esse território em pé, saudável e sustentável para todos e todas.

As ameaças são inúmeras para o equilíbrio do ecossistema, seja pela ação humana, destruição dos manguezais, pesca predatória, poluição ou danos causados ao ambiente, o que impacta aqueles que têm na pesca o seu meio de sobrevivência.

Assim, trazer o olhar agroecológico para a pesca, é trazer a necessidade urgente para a preservação e conservação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos e, em especial, uma ação conjunta para a recuperação daqueles territórios que estão degradados pelos motivos citados acima.

Procura-se sintetizar o conjunto de estratégias tradicionais, socioculturais e os valores tradicionais que concedam esse caráter adaptativo ao manejo dos recursos naturais.

Conforme Altieri (2012), a base agroecológica procura ser socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável, ou seja, encontra-se baseada em uma estratégia de desenvolvimento sustentável, visando minimizar os efeitos das ações sobre o meio ambiente.

Essa abordagem privilegia a experimentação participativa, com base em atividades práticas e compartilhamento de saberes entre gerações. Bem como, o conjunto de práticas tradicionais utilizadas por muitos pescadores/as representa um valioso recurso para se criar um ecossistema adaptado às condições agroecológicas e com menos degradação ambiental.

O respeito e o reconhecimento da pesca artesanal, a valorização dos saberes tradicionais e as práticas locais do território pesqueiro possibilitam o desenvolvimento de estratégias para ações territorializadas, com vistas a soluções mais próximas da realidade e da promoção da autonomia nos territórios.

Caporal (2011, p.25) diz que a Agroecologia ainda não pode ser

considerada como um novo paradigma, como algo puro e acabado, que representa uma ruptura e que orienta a produção e circulação do conhecimento na agricultura.

E aqui insere-se a Agroecologia e a Pesca Artesanal, em um processo que já é o cotidiano desse grupo. Esse pensamento ainda está sendo processado e vem ganhando força dentro dos movimentos sociais da pesca, como forma de reconhecimento e do cuidado com o ecossistema marinho e o que remete também às contradições do capitalismo, sobre produtividade e lucro entre solidariedade e justiça social,

É pensar em uma perspectiva de abertura e de atividade agroecológica, pensar em diversas práticas e formas de relacionar com a terra e o mar. Compreender as diversas plantas, o solo, as diferentes espécies marinhas, a lidar com as marés e pensar uma Agroecologia restaurativa, sendo uma decisão política, em que a força de trabalho humana também pode recuperar os elementos da vida que estão no solo, no sistema e nas águas.

Observar, desta forma, nos permite refletir outras práticas, outras possibilidades, que estão sendo organizadas e onde o ser humano, sendo parte da natureza, têm responsabilidades, desde a dimensão individual, mas também coletiva, e assim, levando a repensar todos os tipos de relações, inclusive no campo da produção do conhecimento e reivindicação do Estado um lugar saudável e sustentável. Afinal, é necessário conhecer para saber viver e não só para sobreviver (CAPORAL, 2011).

Ainda Caporal (2011, p.32) vai dizer que o conhecimento tradicional, contido tanto na memória individual, como de uma geração por acúmulo histórico, depende de reprodução em dois sentidos: do surgimento de novas pessoas e do aprendizado sobre o modo de reprodução num contexto histórico e cultural. Ocorrendo uma quebra de paradigma, onde o saber tradicional, além do científico, também é válido, o que permitiu à pesca artesanal sobreviver ao longo do tempo. Todavia, está em jogo não só a luta pela terra, mas também das águas, e sem Agroecologia não é possível fazer o rompimento com a lógica predatória do capital.

A Agroecologia representa como estratégia de sustentabilidade em ambientes promotores de saúde e implementação de territórios saudáveis e sustentáveis, visto a prática e benefícios ambientais, sociais, solidários, econômicos importantes para as pessoas que vivem nas áreas locais.

Seja na água, seja na terra, o protagonismo das mulheres pescadoras

sobressaem no cuidado, seja com a saúde, seja com o ambiente, seja no território e por isso ao sinal de ameaças que elas se movimentam, principalmente para a promoção da segurança e soberania alimentar, além de conservação da biodiversidade, são elas responsáveis pelo cuidado e produção de alimentos, com destaque para atividades agroecológicas que contribuem ainda na conservação dos recursos naturais, como mencionado anteriormente, desenvolvendo atividades nos quintais produtivos próximos da casa.

A memória biocultural é a responsável pelo acúmulo de conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais em coevolução com a natureza, que garantiram à espécie humana as adaptações necessárias para sua sobrevivência (PUPO, 2018).

Para Toledo *et al.*(2015), a memória biocultural é entendida como variedade de sistemas complexos de saberes e práticas de relação sujeito-natureza que se estabelecem e atualizam a partir da composição humana com os ecossistemas ao longo do tempo.

Como o mangue é o berçário das águas, as pescadoras constroem uma relação íntima, inclusive ao fazer o manejo, a cata dos aratus, conhece os ciclos da natureza e quando é possível fazer a mariscagem ou não. A partir do saber tradicional, acumulado ao longo de gerações observando e convivendo com a maré baixa e alta, onde as águas fazem parte integral de seu território. E ali, no ritmo das marés que elas obtêm seu alimento e sustento por meio do pescado e da mariscagem, da roça e dos quintais produtivos.

Na cantoria do Sr. Djalma Lopes, observamos o desejo de retornar para a África, a sua ancestralidade pulsa, a preservação do modo de vida, dos costumes, da tradição da cultura local que se reproduz no universo da vida das mulheres pescadoras artesanais, como traz Eliete Paraguassu - “esse é o território do sacrifício, mas também território de amor pela terra, pela atividade de pesca, pelo mar, pela Mãe Maré, pela África e pela ancestralidade”. Para as pescadoras, esses espaços têm um grande significado conforme observamos na fala de Eliete,

A natureza oferece para gente e por isso precisamos cuidar de tudo isso, somos guardiãs desse lugar! A nossa mãe cuida da gente na maré. No vai e vem das águas. Nós temos uma ligação com às águas, às raízes do mangue são nossas raízes, nessa terra nesse chão (Fala da pescadora artesanal, Ilha de Maré, 2022).

O viver com as águas constitui um pertencimento ao território e seus significados e práticas comuns e coletivas no convívio com o ritmo das marés e das águas como pescadora nas rodas de conversa nos chamam a atenção - nós vivemos com às águas e por isso somos as mulheres das águas. Caracterizando assim, uma dimensão importante desse território, é a prática do uso comum da água e da terra, “enfrentamos muitas dificuldades, mas somos felizes, gostamos de pescar, de ir para a maré, de cantar, de conversar e de viver aqui”.

O digitório (memórias, histórias e vivências) para elas é um lugar comum, quando uma delas não pode ir para o mangue, por algum motivo, por exemplo de estarem doentes, às outras pescadoras vão e compartilham os mariscos entre elas. Um lugar de trocas, onde a mariscagem constitui também como prática terapêutica, de conversas, de ideias e liberdade, como podemos observar na seguinte fala,

O mangue é liberdade, onde nos encontramos para trabalhar, mas também para dar risadas, dançar, cantar, fofocar.. desde pequenina eu acompanho a minha mãe no mangue. Tem dia que a maré está feia, tem dia que a maré está bonita. É igual a gente (Fala da pescadora artesanal, Ilha de Maré, 2022).

Esse modo de vida e essas práticas se trançam e trazem com isso uma dimensão integral do território pesqueiro, que são o espaço fundamental para que as comunidades tradicionais tenham condições materiais de existência, como grupo diferenciado, tendo a pesca como modo de vida, consorciada ou não a outras atividades tradicionais e neste, a preservação dos conhecimentos tradicionais sobre as marés, os rios, enfim, sobre os ciclos da lua (ROCHA, 2017). Na alimentação, as pescadoras dividem os alimentos que brotam da água e da terra, do roçado, dos quintais produtivos. A relação com a Agroecologia marca seu modo de vida, de ser e estar no mundo.

A promoção de TSS em comunidades tradicionais pela sua estrutura metodológica, visibiliza às populações das águas que historicamente encontram-se à margem das políticas públicas, quando traz a sistematização de conhecimento vinculado a práxis do viver e, nesse processo, emergem novas formulações sobre a realidade vivida e experienciada.

Desse modo, cria-se a oportunidade de interpretarmos a questão ambiental para refletirmos sobre a Agroecologia e o TSS na formação-ação, assim, a complexidade da questão ambiental exige a busca pela intersetorialidade,

incorporando às dimensões históricas, socioeconômicas, culturais e políticas.

Essa integração é essencial para o desvelar da Ciência popular da vida experienciada, do saber local, dos saberes ancestrais, com enfoque na Agroecologia e na formulação das Ciências da Natureza, observamos no entanto, que há um caminho a ser percorrido ainda, em termos de resgate, sistematização, valorização e partilha dos saberes tradicionais da pesca artesanal têm se mostrado como bases para ir se construindo o pensamento agroecológico (ANDRADE, *et al.*, 2021).

6.1 Um diálogo sobre a Agroecologia, a pesca artesanal e a soberania alimentar

Uma parte significativa de pescadores artesanais, cerca de 1 milhão, segundo a FAO, garantem 60% do pescado do país por meio das tradições culturais, da organização familiar e, principalmente, do uso sustentável dos recursos naturais.

O manejo dos recursos pesqueiros, o respeito aos períodos reprodutivos das espécies de peixes/mariscos e a conservação dos mangues são imprescindíveis para garantir sustentabilidade e biodiversidade na produção das espécies marinhas.

A pesca artesanal, dessa forma, tem base agroecológica, pois é uma produção de baixa escala, mão de obra predominantemente familiar, com uso de pequenas embarcações e coleta de mariscos próximo da costa. Gliessman (2017) vai reforçar dizendo que os fundamentos agroecológicos embutidos no conhecimento tradicional, na expressão cultural e nas experiências agrícolas de longo prazo criaram resistência.

Observa-se que as comunidades de pescadores/as artesanais são bastante diversas entre si, porém, têm como elemento comum a subsistência econômica, com base familiar, obtida a partir do trabalho diário, intrínseco ao meio aquático.

Assim, a Agroecologia não diz respeito apenas a uma proposição no meio rural, trata-se, também, de uma proposição política, uma vez que transcende aspectos operacionais que afetam e questionam a atual lógica produtiva e hegemonia posta. Baseia-se em suas experiências, seus conhecimentos locais

sobre as culturas, a relação com a natureza e com os recursos naturais locais (SEVILHA GUZMÁN, 2000).

Conforme Gliessman (2000) aponta, a Agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, por outro, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que tenham necessidade de ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável, equilibrando a produção de alimentos com a preservação do ambiente e dos recursos naturais, de modo a garantir a segurança alimentar das futuras gerações.

Portanto, a pesca artesanal é uma atividade essencial para a soberania alimentar e para a cultura de centenas de comunidades, como pôde ser observado na pandemia Covid-19, onde milhares de pessoas tiveram esse meio para a garantia da sua alimentação.

Apesar disso, o país carece de políticas públicas que atendam às demandas e a complexidade do setor, garantindo uma proteção mais eficiente das comunidades de pescadores.

A falta de dados oficiais e de transparência na respectiva divulgação, dificulta a obtenção de avanços na direção de uma atividade menos adoecedora, mais inclusiva e justa para quem vive dela e para o ambiente.

Em 2014, a FAO reconheceu que a Agroecologia envolve dez elementos dentro da sua complexidade, conduzindo a transição para sistemas sustentáveis de alimentação e agricultura. Sendo eles: diversidade, sinergias, resiliência, reciclagem, valores humanos, sociais e compartilhamento de conhecimentos, eficiência, cultura e tradições alimentares, circulação e economia solidária e governança responsável.

Considerou que a Agroecologia é baseada em conceitos ecológicos, visando a otimização das interações entre plantas, animais, seres humanos e o ambiente, considerando aspectos sociais voltados à sustentabilidade e aos sistemas de alimentação. Reconhecida a partir de três pilares: ciência, movimento e práticas desenvolvidas, sendo destacada a importância da atuação dos movimentos sociais para o seu fortalecimento político e sua visibilidade.

Dessa forma e construindo sinergias em serviços ecossistêmicos e biodiversos que são essenciais para a agricultura sustentável, a pesca artesanal faz parte desse elemento essencial na garantia da soberania alimentar de um povo.

A cultura e tradições alimentares das pescadoras artesanais da ilha, ou

seja, quintais produtivos ou caseiros, onde é cultivado plantas medicinais, hortaliças e frutas, para complementar a alimentação, são alternativas não só para a subsistência, mas também para o cuidado com a saúde. E a pesca artesanal que garante a soberania alimentar das comunidades pesqueiras.

No Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), realizado em Belo Horizonte, MG, em setembro de 2018, o grupo de trabalho elaborou a seguinte frase “sem feminismo não há Agroecologia”, trazendo o olhar para o papel da mulher na construção da Agroecologia.

Observa-se que não é possível fazer a Agroecologia sem o fazer das mulheres, no contexto vivenciado e nos desafios cotidianos por elas enfrentados. Principalmente a sua luta em defesa do território, do modo de produzir e o cuidado agroecológico, seja nos quintais produtivos e/ou no fazer acadêmico.

A elas são atribuídos papéis secundários, em geral, estão ausentes, invisíveis, não mencionadas (ALTIERI *et.al.*, 2018), essa chave precisa ser virada, pois são as mulheres que primeiro se colocaram contra o uso de agrotóxicos ou denunciando sobre o desaparecimento das abelhas - Ana Primavesi, são elas que faziam críticas ao modelo do agronegócio e do hidronegócio e propunham a agroecologia como base para a construção de um novo modelo produtivo para o campo.

As pescadoras artesanais têm refletido sobre essa temática, em especial, no reconhecimento e valorização de sistemas tradicionais sustentáveis, visando que o pescado e/ou mariscagem ocupem um espaço de destaque tanto nas políticas públicas, quanto na alimentação, na transmissão de conhecimentos sobre a produção e o uso de plantas medicinais, assim como, outros elementos que estão relacionados com o conhecimento agroecológico, incluindo autonomia econômica, manejo e proteção ambiental

Isso valoriza o conhecimento dos biomas locais, integrando o conhecimento científico e construindo novos saberes socioambientais, assim, compreende-se que esse fazer é agroecológico, seja ele no mar, no mangue ou na terra, quando se tem a atuação das mulheres pescadoras artesanais, reconhecendo a atividade rústica, de manejo, de cuidado com o maretório. Enfim, ganham força se aliada às construções agroecológicas de fortalecimento da sua prática com a produção do pescado e mariscos.

Historicamente, os movimentos sociais da pesca artesanal têm se

articulado em defesa de seus direitos e do território constantemente ameaçados. Entre as diferentes percepções da população da Ilha de Maré sobre quais são os principais problemas e conflitos vivenciados, está a redução do pescado, do marisco e da perda da agricultura, a exemplo da perda da plantação das bananeiras, entre outras. Isso influencia a insegurança e a soberania alimentar local, a geração de renda por meio do pescado/mariscos e a poluição do mar, dos mangues, do solo.

Segundo os moradores da Ilha de Maré, é ideia comum entre eles que a diminuição do pescado seja um impacto da proximidade com o Complexo Industrial e do Porto de Aratu. Observa-se que a devastação ambiental é marcada por desmatamentos, poluição de esgotamentos sanitários, contaminação com metais pesados, derramamento de petróleo, entre outros, e causam ecocídios de ecossistemas inteiros de biomas.

São responsáveis pelo desaparecimento e adoecimento de espécies, pela diminuição, mutação, mortandade de peixes. Assim, a qualidade do pescado/marisco é afetada, colocando em xeque, inclusive, a soberania alimentar e a saúde de um povo.

Entre o mar e a terra, são encontrados os manguezais que são reconhecidos como um dos ecossistemas mais ricos e produtivos. Esses sistemas de fronteira são essenciais para a conservação da diversidade biológica, fornecendo refúgio de predadores e habitats para desova, incubação e alimentação, nutrientes para uma diversidade de organismos (FAO, 2007).

Contribuem, então, para os meios de subsistência das comunidades da pesca artesanal com matérias-primas, alimentos, proteção, controle da erosão do solo, purificação da água, manutenção da pesca, lazer, entre outros.

Além dos mangues, os estuários, lagoas marginais, recifes de corais, prados de capim são considerados berçários de inúmeras espécies. Defendê-los é defender a própria subsistência econômica e do modo de vida dos pescadores e pescadoras artesanais no território.

A perda do território pesqueiro revela, portanto, o impacto na dimensão humanitária. São as zonas costeiras e ribeirinhas fundamentais para garantir o acesso à pesca e à vida culturalmente tradicional das comunidades pesqueiras. Essa perda impacta inclusive na identidade coletiva, que é a sustentação de comunidades tradicionais, bem como na proteção e manutenção do ecossistema

do território.

Observa-se que há um elo entre as comunidades tradicionais pesqueiras e a natureza, pois “a natureza viva reproduz toda e qualquer vida. Sem um ambiente sadio, deixa de existir” (TOMÁZ apud CPP, 2021, 159-160).

Cabe destacar que a Agroecologia é considerada como um elemento para implementação dos objetivos nutricionais, de saúde e ambientais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), segundo a FAO (2007), além de ser considerada as dimensões sociais, econômicas e culturais.

Portanto, o desenvolvimento de práticas sustentáveis, a conservação dos recursos naturais, o conhecimento ancestral, o manejo e a participação coletiva no processo de produção, além da comercialização do pescado, já é o indicativo da prática agroecológica na pesca artesanal, em uma perspectiva dialética de compreensão da existência individual e coletiva, de uma prática milenar e de grande destaque para a soberania alimentar de um povo.

6.2 Ao ritmo das marés: o reencontro com a ancestralidade e o modo de produção de alimentos de base agroecológica

O conhecimento tradicional fornece uma base de informação essencial para o manejo dos recursos pesqueiros locais, conforme descreveu Simone Maldonado (1986, 1993) sobre o conhecimento e o saber-fazer dos pescadores do litoral paranaense e paraibano. Contribuições importantes também foram dadas por Diegues (1983, 2004), Ramalho (2006), Pena *et al.* (2014), entre outros estudiosos da temática da pesca artesanal.

A observação empírica e contínua dos fenômenos naturais permite à pescadora tomar decisões sobre o momento de mariscar e/ou pescar, local e horário mais adequados. As mudanças do vento, das marés, a influência da lua. Usam ferramentas rústicas, conhecimento essencial à sobrevivência dessas comunidades, sem as quais a reprodução de um modo de vida em um ambiente aquático seria muito mais difícil.

Aprenderam a “ler o tempo” e a conhecer as vidas que habitam as águas. Um outro ritmo é construído. Não é mais o horário convencional que dita o tempo de trabalho e o tempo de descansar. Elas seguem um calendário que não combina com o funcionamento convencional.

Ao observar a natureza, deparam-se com as ações predatórias dos homens, a diminuição do pescado, a contaminação das águas, enfim, a destruição do ecossistema marinho e, conseqüentemente, risco à sobrevivência de suas famílias. Além disso, há necessidade dos arranjos, seja da casa, dos filhos e dos companheiros.

Cabe registrar os ritos sociais que constroem um espaço simbólico entre o mar e o espaço terra. Em geral, as mulheres pescadoras artesanais vão se encontrando no caminho, com seus apetrechos para mariscar, outras vão para as coroas e/ou mangues, de barco a remo. As mulheres vão trabalhando, vão cantando, um jeito próprio de ser.

O modo de existência dos grupos pesqueiros, o domínio do espaço e as relações com a terra e o meio aquático, ou seja, entre a terra e o mar, são práticas sociais e elementos fundamentais do que se tem denominado de cultura da pesca artesanal, uma identidade que tem o seu modo de vida, de produção e reprodução social ligados à pesca artesanal, com jeito de fazer simples e rústico.

Assim, existe a percepção que os pescadores têm de si próprios e do seu trabalho nos mangues, nos rios, no mar, enfim, no meio aquático.

Para muitos é um trabalho difícil, penoso e arriscado; para outros, o domínio prático, a organização do trabalho e a relação com a natureza sobressaem as dificuldades encontradas e a necessidade de sobrevivência orienta o trabalho dos pescadores artesanais. Observa-se que a culinária resgata os sabores e histórias por meio da alimentação.

Na Ilha de Maré, mariscadas, moquecas e doces trazem o saber das mulheres das águas, iguarias que só elas conseguem fazer. Um saber agroecológico de ser.

A alimentação envolve diversos fenômenos fisiológico, psicológico e sociocultural e constitui uma relação com a soberania alimentar. A compreensão dos problemas nutricionais de uma população, principalmente quanto ao uso adequado e sustentável dos recursos naturais, é importante para essa garantia.

O acesso aos alimentos por parte da população pesqueira depende principalmente do manejo dos recursos naturais, assim a preocupação em preservar o meio ambiente, permitindo a reprodução ambiental, econômica, social e cultural.

Entre a diversidade encontrada na ilha, estão os mariscos (siri, aratu,

caranguejo), e o pescado (pescada, tainha, robalo, arraia, carapeba, sardinha, xumberga, guaricema, cabeçudo, xangó, coró, miroró, caramburu, carapicu). Essas espécies fazem parte do rol alimentar da população da Ilha de Maré, além dos doces de banana na palha e a cocada feitas com a maestria das pescadoras.

A alimentação dos moradores da Ilha de Maré é tradicionalmente baseada em peixes e mariscos. Entretanto, devido à exposição ao Complexo Industrial de Aratu, espécies vegetais que eram cultivadas na ilha não estão conseguindo reproduzir, a exemplo do cultivo da banana.

A insegurança alimentar é outra questão a ser enfrentada, visto os problemas nutricionais que afligem a população. Por outro lado, as pescadoras artesanais são detentores/as do sistema de manejo dos recursos naturais, respeito aos ciclos naturais, o que leva ao uso sustentável dos recursos naturais.

Cabe ressaltar que, em geral nos quintais das moradoras da ilha, sempre tem plantas e ervas medicinais, um conhecimento tradicional que alivia o corpo e alma com um chá, um banho, um cheiro, enfim conforme a necessidade do uso.

Nesse sentido, a pesca artesanal possui vários sentidos e atuam no ambiente, forjando uma compreensão do próprio mar. A audição, a visão, o tato e os sentidos se tornam categorias sociais sobre se é o momento melhor para a pesca ou não, por exemplo. Acrescentaria aqui também o paladar, o sabor, o saber fazer, esses são diferenciais das comunidades da pesca artesanal.

É preciso vivenciar para perceber o quão significativo e simbólico é o momento da pesca, da mariscagem. A memória do pescar faz parte do saber da pescadora, elas sabem o local e a hora que vai ser boa para a mariscagem, para o pescado.

Para a Agroecologia a experiência vivenciada na prática do dia a dia da pescadora artesanal são fontes riquíssimas de aprendizagem, de conteúdos, princípios que precisam ser compreendidos e ressignificados como traz o professor Figueiredo, são experiências que tem se mostrado efetivas para todas as formas de vida (2017, p.54), principalmente, quando se tem um ambiente favorável para a Agroecologia e compreender esse processo, nos remete a conservação dos recursos naturais contribuindo para um ambiente mais saudável e sustentável e conseqüentemente, para os benefícios sociais, quanto ambientais e econômicos.

A disseminação da produção de pescado, de base agroecológica, por pescadores artesanais encontra-se além da conservação do ambiente, mas a

necessidade de políticas públicas que estimulem esse modo de produção, dando-lhe a importância devida e valorizando os elementos sociais que a compõem.

A Agroecologia e o desenvolvimento territorial, se traduzem em um TSS e contribuem para o fortalecimento da pesca artesanal.

Outro ponto a destacar, é o entendimento entre o mar e a terra, e na tentativa de conservação do ambiente visando garantir o seu modo de vida, em 2020, às comunidades da ilha se deparam mais diretamente com o risco da fome. A fome é produzida socialmente e como tal, pode ser intensificada ou amenizada conforme processos políticos e econômicos muitas vezes mediados por instituições governamentais, ou mesmo pela solidariedade da própria comunidade, mais especificamente, a Ilha de Maré, sendo que as pescadoras já vinham desde 2019 com o derramamento de petróleo, passando por dificuldade de comercialização do pescado e com a pandemia Covid 19, a insegurança alimentar aumentou como mencionado anteriormente, cabendo a essas mulheres se colocarem em movimento, se organizarem e assim, articularam com os agricultores das comunidades próximas e trocaram o pescado com outros tipos de alimentos, como feijão, mandioca, etc, além da articulação com o Estado para a garantia de cestas básicas para a comunidade.

Observamos dessa forma, a necessidade do engajamento solidário, de rede e formas de atuação e organização para atender as demandas das famílias das comunidades da ilha, e isto, foi evidente na ilha, com ações de solidariedade durante a pandemia como forma orgânica de organização, como também a mobilização para a garantia dos seus direitos.

Nesse processo, evidencia a atuação das mulheres pescadoras da ilha. Vale destacar ainda, que ao consumirmos alimentos advindos das comunidades tradicionais é uma estratégia importante para manter o modo de produção e suas formas simbólicas de existência.

Por outro lado, o Projeto Qualidade do Ambiente Urbano de Salvador (QUALISalvador, 2022, p.317), traz a análise do estado da Bahia, dentre às várias dimensões analisadas, como dimensão física, ambiental, entre outras, sobre o município de Salvador.

Sobre a dimensão do acesso à alimentação, o indicador mostra um retrato de precariedade do aspecto alimentar, segundo dados QUALISalvador (2022), a insegurança alimentar é mais prevalente entre as famílias cujo responsável se

autodeclara negro, e entre essas, as maiores prevalências de insegurança alimentar foram encontradas na Ilha de Maré (83,5%), demonstrando que a “pobreza brasileira tem cor, raça e gênero”.

Ao ritmo das marés, as mulheres pescadoras artesanais se movimentam visando garantir o seu sustento e de sua família, se mostram resilientes e resistentes, e a partir do olhar agroecológico defendem seu território para a manutenção e manejo do pescado e diminuir o risco de insegurança alimentar.

7. PROMOÇÃO E VIGILÂNCIA POPULAR EM SAÚDE NA PESCA ARTESANAL

Todo conhecimento constitui, ao mesmo tempo, uma tradução, uma reconstrução (MORIN, 2004).

A promoção da saúde envolve a população para maior controle e autonomia sobre sua vida e saúde e possui como principais estratégias o envolvimento da população, a criação de ambientes favoráveis à saúde, a ação comunitária, a orientação/reorientação dos serviços de saúde e a construção de políticas públicas e de ação, orientando a vigilância em saúde com base nas necessidades da população.

Por outro lado, a vigilância encontra-se relacionada às práticas de atenção, de promoção da saúde da população e de estratégias para adoção da prevenção de doenças. Integra diversas áreas de conhecimento e diferentes temáticas, como a situação de saúde das populações, ambiente e processos de trabalho. Como pontuado por Machado et al.,

Olhar o território na perspectiva da promoção da saúde e apreender a complexidade do processo saúde-doença significam assumir seus dois pilares estruturantes – a intersectorialidade e a participação comunitária, numa visão integrada de saúde – abordando a saúde do território, e não a visão setorializada e fragmentadora do território da saúde (MACHADO *et al.*, 2021, p. 398).

A vigilância se distribui entre: epidemiológica, ambiental, sanitária e saúde do trabalhador. Aqui se atêm à vigilância ambiental, na tentativa de trazer as

interferências do ambiente na saúde e a relação com a territorialidade em suas dimensões social, política, econômica e cultural, o que reflete o território vivido em sua abrangência.

Ao adotar o território vivido, pode ser observado a complexidade posta e a inter-relação entre os elementos que são necessários para viver e, assim, torna-se um instrumento fundamental para a adoção de políticas estratégicas de organização das ações de saúde.

Dessa forma, para fortalecer a promoção e vigilância em saúde, é necessário conhecer a territorialidade, o território; compreender como as dinâmicas territoriais se expressam e enfrentam as barreiras, seja de acesso, seja as espaciais.

O enfoque territorial é determinante para as ações de saúde e as políticas de desenvolvimento, pois o conceito de território abrange uma grande diversidade e singularidades de elementos para a sua interpretação, o que lhe confere grande versatilidade de aplicação em diferentes escalas de análise, principalmente quando se fala de territórios pesqueiros.

O território é como “um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder” (HAESBAERT, 1997, p. 39). A partir dessa reflexão, o autor assinala a dimensão simbólica e cultural do território, na qual a identidade social é produto da apropriação. Na prática, esse agrupamento não corresponde a uma realidade perceptível, uma vez que suas características se sobrepõem pela complexidade existente dentro do próprio conceito.

O território saudável e sustentável envolve diversas pessoas sociais, agentes governamentais e econômicos que atuam na mediação de diferentes interesses, que podem ou não contribuir para o desenvolvimento sustentável do território.

Neste contexto, compreende a articulação dos saberes e práticas, a força dos territórios, os processos vivenciados na vida das pessoas e o entendimento das experiências de outras práticas e modos de cuidar, curar, existir, como vigilância popular em saúde, com suas histórias, seja de superação, seja de potencialidades por meio da memória individual e coletiva dos moradores das comunidades da Ilha de Maré, na busca da promoção da saúde e, conseqüentemente, de um território saudável e sustentável.

A vigilância popular em saúde emerge como modelo alternativo aos

modelos formais de Vigilância em Saúde, assim, pode ser uma estratégia importante para a construção e a aplicação do conceito do TSS, ainda que esteja em desenvolvimento e em análise das ações desenvolvidas por instituições, pesquisas, ensino, movimentos sociais, entre outros, vislumbrando uma teia e/ou, uma rede de formação-ação, com objetivo de vocalizar as populações em situação de vulnerabilidade em um contexto de desigualdades, e, portanto, ao conectar com os princípios agroecológicos vêm incorporando as dimensões sociais, ambientais, econômicas e éticas, além de um movimento político e social, um movimento interessante a ser destacado.

Da mesma forma, o conceito de vigilância popular em saúde encontra-se em construção e ganhou nova força a partir de experiências territoriais e de movimentos populares no contexto da pandemia de Covid-19, sendo uma abordagem que coloca em foco o envolvimento ativo e participativo das comunidades e movimentos sociais no monitoramento e na promoção da saúde e, principalmente na formação em saúde.

Essa abordagem busca ampliar a compreensão das questões de saúde para além das perspectivas técnicas e acadêmicas, valorizando os saberes locais, as experiências cotidianas e as práticas tradicionais das populações.

É compreender o lugar das ações de resistência desses grupos sociais e fortalecer essas iniciativas por suas potências para a produção de respostas aos problemas sanitários que acabam não sendo priorizados pelas políticas públicas.

A Vigilância Popular em Saúde se apresenta como uma forma de resistência ao que está institucionalizado e que não se alinha aos anseios dos grupos sociais invisibilizados, que por sua vez, trata-se de compor com a racionalidade a superação da relação Estado-sociedade civil quando se trata da garantia dos direitos humanos e da proteção da vida (SILVA, 2021, p.14).

Desta forma, é crucial reconhecer que a saúde é influenciada por fatores sociais, psicológicos e culturais, e, portanto, requer uma abordagem mais ampla e contextualizada, assim, as comunidades identificam problemas de saúde, ambiente e trabalho, coletam informações, participam de análises e decisões relacionadas à saúde local e implementam ações para melhorar as condições de saúde em seus contextos.

Vários autores têm apontado a luta das pescadoras artesanais da Ilha de Maré em defesa dos seus direitos sociais e coletivos e, principalmente, em defesa

de um território saudável e sustentável, por meio de rede solidária que formam "territórios afetivos" ou os "territórios solidários", constituindo-se em valioso patrimônio dos distintos grupos sociais (MONKEN *et al.*, 2008, p. 3).

As denúncias sobre a saúde ambiental e humana no território pesqueiro são impulsionadas por suas lideranças em diversos espaços, seja nas mídias, em documentários, seminários, congressos, entre outros.

A situação de risco e de dificuldades de acesso a políticas públicas são enfrentados cotidianamente pela população da Ilha de Maré, como pode ser observada na fala a seguir, proferida em um seminário realizado em 2009.

Próximo à Ilha de Maré estão concentradas várias atividades ligadas a indústrias químicas e ao complexo portuário,

A qualidade de vida dessa população vem sendo dificultada pela existência de problemas ligados à poluição decorrentes das atividades industriais do Pólo Petroquímico, do Terminal Portuário Tequimar e da Base Naval de Aratu (Pólo de Aratu). Essa conjuntura está relacionada a conflitos históricos pela terra; agravada pela falta de atenção dos agentes públicos e privados com os interesses dos grupos de menor poder (ROCHA *et al.*, 2010, p. 10).

A situação de degradação ambiental encontra-se mais frequente em territórios onde se tem uma população mais vulnerável e desigual, submetida a um modelo de desenvolvimento baseado no sistema capitalista vigente. Isso é comum e faz parte do enfrentamento cotidiano das comunidades tradicionais pesqueiras.

Fátima Pivetta chama atenção as “estratégias de silenciamento daqueles que historicamente estão em desvantagem social e de seus pontos de vista socialmente desqualificados” (PIVETTA, 2021, p. 24), demonstrando que, apesar das inúmeras denúncias feitas pelas pescadoras, há um abafamento das vozes que teimam em ecoar para o rompimento dessa ausência de comunicação. A isso, denominam-se de resistência de uma comunidade e, por outro lado, o descaso das autoridades públicas.

Observa-se que há um movimento crescente chamando a atenção da sociedade e exigindo medidas globais para proteger o ambiente, como estratégia de preservação da própria humanidade (MONKEN *et al.*, 2008). Mas o contraditório também é evidente, pois quanto mais se coloca em evidência as denúncias, mas as lideranças são ameaçadas.

O território pesqueiro, com sua singularidade e complexidade, têm mostrado a sua correlação de forças sociais e políticas e tem sido espaço de observação e reflexão para o desenvolvimento de metodologias, visando contribuir para o fortalecimento da pesca artesanal, da produção de conhecimento e promover o diálogo com os diversos grupos, entre eles, a academia, aberta às metodologias de pesquisa-ação e observação participante por meio da educação e vigilância popular como base do método de pesquisa, formação e ação nos territórios onde se atua (PIVETTA, 2021, CUNHA *et al.*, 2018, MACHADO *et al.*, 2017).

Compreender os problemas envolvendo as relações saúde, ambiente e trabalho é complexo, necessitando de enfoque e abordagens interdisciplinares para a compreensão e na tentativa de solução dos problemas apresentados. Observa-se que a Vigilância Popular em Saúde está marcada pela aproximação das lutas dos movimentos populares que se constituem como formas de resistência na proteção da saúde e do ambiente vulnerabilizados (SILVA, 2021).

Em 2021, o Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) organizou e analisou os conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras com o objetivo de pontuar a realidade das comunidades da pesca artesanal, historicamente impactadas pelo capital sobre esses territórios, agravado pela violência, pela ausência e omissão do Estado.

No conjunto, esses elementos se materializam na desterritorialização de comunidades, sem falar na criminalização de movimentos, pessoas, ameaças, perseguições e mortes daqueles que insistem em denunciar os impactos que estão sofrendo. Esse é o caso das lideranças da Ilha de Maré.

Outro ponto importante é a participação comunitária, entendida como uma produção compartilhada de conhecimento e informação por meio de diálogo entre saberes empíricos e os científicos, na busca de novos arranjos institucionais para contribuir com as mudanças necessárias e qualidade de vida da comunidade. Machado *et al.* (2017) destacam que o compartilhamento do conhecimento e informação com as sujeitas da pesquisa é uma necessidade do próprio saber/fazer.

Na Ilha de Maré, há apenas uma Unidade Básica de Saúde, localizada na Comunidade de Praia Grande, dessa forma, é necessário pensar estratégias que respondam às demandas de saúde da população local, que não consegue acessar os diferentes serviços do SUS.

Com o agravamento de uma sequência de eventos, seja o derramamento de petróleo, ou a pandemia de Covid-19, em um tempo de negação, o Estado ficou com mais dificuldade em atender às comunidades tradicionais e localidades de difícil acesso, em controlar a propagação do vírus. A quantidade de pessoas contaminadas e de óbitos atingiu números alarmantes e, nesse sentido, o receio de chegar à ilha foi ameaçador.

A necessidade de acompanhamento e monitoramento sistemático também é necessário, daí a necessidade de formação de agentes populares de saúde, que são lideranças que já atuam nas comunidades, visando construir uma rede “autônoma em relação às instituições de Estado, mas imprescindível para pautar suas políticas” (CUNHA *et al.* 2018, p. 100) e a melhoria na qualidade de vida da comunidade.

Ao dialogar com as diferentes pessoas na ilha, observa-se que as narrativas vão além dos indicadores sociais, ambientais, econômicos e epidemiológicos que dão base ao sistema de informação do SUS, como trazem Cunha *et al.* (2018), sobre os temas sensíveis de perdas, tristezas, autoestima, desesperança, injustiças, entre outros, que impactam na saúde da população, daí sua importância.

Nesse processo, a formação-ação por meio da problematização e reflexão sobre as possíveis soluções é um caminho a ser percorrido, em uma perspectiva que valoriza a cultura e o modo de vida das comunidades por meio de estratégias que valorizem a saúde, o ambiente e o trabalho.

A vigilância da saúde como prática sanitária com enfoque na vigilância popular da saúde é um elemento potencializador de um território vivo, saudável e sustentável, compreendendo os saberes locais, as suas especificidades, particularidades e dinâmicas, por meio de políticas públicas – entendida enquanto promoção da saúde – conhecimento, informação, redução das vulnerabilidades e redução dos riscos, que, de forma conjunta e popular, atua no território.

Portanto, é uma forma da comunidade se cuidar e cuidar do outro, fortalecendo e contribuindo com a saúde local, ambiental e em defesa da vida das pessoas (CUNHA *et al.*, 2018; MACHADO *et al.*, 2021), uma prática no acolhimento de ponto de vista, de memórias, de pertencimento e também de ação comum, como promotora de transformação social e de enfrentamento das desigualdades sociais, na prevenção de riscos e agravos em articulação com as necessidades de saúde

da população.

Dessa maneira, o PSAT, Fiocruz Brasília propõe a realização de intervenção a partir da pesquisa sobre a percepção da saúde, ambiente e trabalho no território pesqueiro do “ponto de vista popular”, visando fortalecer as potencialidades dos processos autônomos e emancipatórios desenvolvidos no território por meio do reolhar do território pelos pesquisadores populares.

Este tipo de colaboração entre diferentes áreas pode ser benéfico para o entendimento e abordagem de questões de saúde pública. A análise geográfica pode fornecer informações valiosas sobre como fatores do ambiente, a localização geográfica, a distribuição de recursos e características socioeconômicas, afetam a saúde das populações.

Destacando assim, áreas de maior risco e com isso, planejar intervenções eficazes e compreender os determinantes sociais da saúde, além de ampliar a compreensão das complexas interações entre a saúde individual e a saúde da população local, contextualizadas para a promoção da saúde e prevenção de doenças, como pontua Monken *et al.* (2008), isso pode despertar um novo processo de “fertilização entre a saúde coletiva e a geografia”. Deste modo, se está diante de um novo espaço que merece mais atenção dos trabalhadores e profissionais de saúde, que é o maretório e sua população das águas.

Na perspectiva de pesquisadores populares em saúde, também em construção, poderá possibilitar categorias como justiça ambiental, qualidade da água, dos mangues, do oceano; ampliação e formulação do conceito de vigilância popular em saúde; e, principalmente, o monitoramento participativo, olhando e intervindo nos riscos e ameaças no território e no processo saúde/doença da população.

A crise sanitária da pandemia de Covid-19 nos mostrou a importância da organização e mobilização local da população e de suas redes de informação para evitar uma tragédia maior, uma vez que os governantes locais e Federal à época não deram conta da necessidade de se criar uma barreira sanitária para evitar o vai e vem na Ilha de Maré, o que poderia provocar uma contaminação da sua população, que se encontra em situação de vulnerabilidade. Caso surgisse uma emergência, a dificuldade de acesso aos serviços de saúde ainda era maior, pois a situação do oceano, das marés e dos ventos poderia impedir as pessoas de chegarem ao continente a tempo na busca de socorro para sua saúde.

Dessa forma, a organização foi fundamental para que as informações sobre a realidade local e medidas de cuidados fossem providenciadas, como cestas básicas, *material* de higiene, além dos movimentos dos pescadores que fizeram escambo do seu pescado com os agricultores para garantir a soberania alimentar.

A informação para ação e a promoção da saúde em um território com suas várias dimensões precisam de novas sujeitas/os e uma rede de apoio, visando a interconexão entre elas, em um processo de formação-ação contínua, conforme destacam Machado *et al.* (2021).

Também é necessário diálogo contínuo, visando a construção de políticas públicas, considerando escuta, voz, respeito e a incorporação dos saberes e práticas locais em um processo de participação e de promoção da saúde, de espaços sociais e suas múltiplas dimensões.

O desafio está em olhar para o território que se vive e de forma coletiva, promover, cuidar, produzir, enfim, efetivar a vigilância popular em saúde e a partir disso, promover o diálogo de forma horizontal e juntos encontrar a melhor solução para o problema observado e agir para o enfrentamento de forma participativa e engajada por saberes e práticas populares.

As práticas de Vigilância Popular em Saúde revelam a capacidade das comunidades de repensar e reinventar estratégias de cuidado em saúde, de prevenção e na identificação de riscos nos seus territórios.

Entretanto, isso não exime responsabilidades do poder público, mas como estratégias que visam o enfrentamento de vulnerabilidades, visando diminuir riscos, a exemplo da pandemia Covid-19, onde as lideranças da pesca artesanal precisam se movimentar para tomadas de decisão, a partir da compreensão e necessidade da realidade local, destacando a importância da formação das suas lideranças, da organização e mobilização da população.

Ademais, o protagonismo das comunidades da pesca artesanal da Ilha de Maré para o desenvolvimento local e regional é estratégico para promoção de território saudável e sustentável, uma vez que as ações estão ancoradas nos princípios da Agroecologia, da educação popular e, em especial, na valorização do saber tradicional; concepções que permeiam esta pesquisa, com experiências importantes como relatadas acima na Ilha de Maré. A Vigilância Popular em Saúde se apresenta como perspectiva para o agir coletivo e proteção da saúde com autonomia da população, atrelado a isso, a formação que se faz necessária,

visando potencializar ações populares de transformação social e emancipatórias.

8. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Las sociedades dominantes han confesado su propio fracaso en relación con la modernidad capitalista. La idea de progreso humano, la del viejo Iluminismo, resultó demasiado ambigua. Acá no nos han servido mucho. La razón instrumental de este tipo no nos ha satisfecho. Debemos tener la valentía de saber independizarnos y volar con nuestras propias alas. (FALS BORDA, 2007, p. 94)

A experiência pessoal, os registros das lembranças, a percepção sobre o caminho percorrido, as dificuldades encontradas e superadas e a responsabilidade da história, da dimensão da memória com a realidade são aspectos a serem registrados por meio da escrita e, principalmente, compartilhados com as pescadoras artesanais e marisqueiras da Ilha de Maré.

O processo é desafiador por talvez não conseguir trazer toda a riqueza e reflexão sobre a atividade da pesca artesanal e do modo de vida praticado pelas comunidades tradicionais quilombolas e pesqueiras da Ilha de Maré.

Como e por que contar? A sistematização de experiências como produção de conhecimento a partir dos pressupostos conceituais-metodológicos, propõe refletir sobre um método concebido a partir de dois princípios centrais de natureza política e ética, autonomia e participação, conforme assinalado por Holliday (2007), como condição de compreender teoricamente a singularidade da experiência e como fonte de aprendizado daquilo de que é apropriado ao longo do caminho,

O método comum no campo da educação popular, da pesquisa-ação, da observação participante e da cartografia social faz parte do processo da promoção do TSS e da relação da saúde com a Agroecologia, visando a construção de conhecimento e contribuição com a agenda de luta das populações das águas.

Todavia, há a tentativa de trazer o olhar crítico sobre o vivido, tentando deixar o lado militante sensível sobre as questões das águas de lado, explorando novos vínculos da práxis, o olhar agroecológico, ou seja, solidário, ético e comprometido com a ação.

Sem isso, não é possível adentrar solo tradicional e refletir sobre suas resistências e resiliências tecidas historicamente por um povo que luta ainda hoje em defesa do seu território e dos direitos duramente conquistados e que apesar

disto, ainda são incipientes.

Esta tese, por vezes, exigiu o mear sozinho, entretanto, há um conjunto de vozes, mãos, olhares e teóricos que trago no caminho, o que exigiu uma escuta sensível para tecê-la para subsidiar a agenda dos pescadores artesanais como uma metodologia de produção compartilhada de conhecimento.

O caminho metodológico trilhado alinhado com base na pesquisa e na ação em saúde, numa perspectiva dialógica e promotora da autonomia das pescadoras artesanais envolvidas em ambos os processos, ou seja, investigação e intervenção.

Ao romper com o silêncio e a invisibilidade das vozes do lugar, na busca da promoção de ciclos de comunicação comunitária e participativa, não como forma de trazer um saber sintético dos saberes orgânicos, como Nêgo Bispo (2015) destaca, mas para entender os mais diversos modos de vida e suas consequências, seja para a preservação/conservação do ambiente, seja para compreender um outro jeito de ser e estar no mundo e principalmente, refletir sobre uma população historicamente invisível.

Bispo ressalta que o maior símbolo da luta pela terra comunitária e pela liberdade é uma característica dos quilombos. Agrega-se aqui a população da pesca artesanal.

É necessário conhecer, reconhecer e respeitar o modo de vida, de produção e reprodução social das comunidades tradicionais, em especial das pescadoras artesanais. A maneira como se relacionam com a terra, com a natureza, na promoção de um território saudável e sustentável, é orgânica e agroecológica.

Viu-se que, a partir da observação do vento, da lua, das marés, sabem se será possível pescar e/ou mariscar, ou seja, essa é a maneira de ser das comunidades tradicionais quilombolas e pesqueiras de se relacionar com a natureza, dando o tom da vida e a conservação do ambiente pesqueiro, de onde poderá surgir as condições saudáveis e sustentáveis no território.

Trazer esse debate para a academia também é imprescindível para provocar o diálogo com os múltiplos conhecimentos científicos e tradicionais.

No projeto de promoção de TSS em comunidades tradicionais pesqueiras, adotou como método principal a pesquisa-ação (MINAYO, 2008; THIOLENT, 2011), visando produzir compreensões contextualizadas sobre o fenômeno em análise e fortalecer o modo de vida das comunidades tradicionais.

8.1 Análise das principais ferramentas metodológicas utilizadas no desenvolvimento do projeto Promoção de Território Saudável e Sustentável em Comunidades Tradicionais

A primeira questão necessária antes de responder se o “método utilizado na pesquisa atendeu ou não ao objetivo proposto” é que, entre os temas que comporão a agenda de luta das pescadoras artesanais, há a necessidade de superar a invisibilidade e que as políticas públicas realmente possam chegar, principalmente para aqueles grupos que estão a margem.

Outra questão apontada é que os processos intangíveis de determinação socioambiental da saúde e os desafios do mundo digital na interlocução com o território precisam ser superados, e para isso a formação das pescadoras artesanais deve ser considerada, não só a leitura de mundo, mas o acesso à informação básica do dia a dia.

Parafraseando Paulo Freire (2005, p.28), “perceber-me no mundo, no mundo e com os outros, assim, põe-me numa posição no mundo, que não é de quem nada tem a ver com ele”.

Então, o esforço de contribuir e acompanhar a agenda de luta da pesca artesanal, principalmente quando a negação de direitos é histórica e o verbo “esperançar” está cravado nos corações de populações que estão invisibilizadas. Portanto, manter a memória e a necessidade coletiva presente nas políticas públicas para transformar a realidade das populações das águas urge.

Assim, a fim de compartilhar e fortalecer a luta da pesca artesanal, em especial das pescadoras artesanais e/ou marisqueiras da Ilha de Maré, foi pensado a sistematização de um livreto com cerca de 35 páginas, produto desta tese, contendo as principais demandas e os principais dados coletados. Trazendo o percurso metodológico adotado na promoção de TSS em comunidades tradicionais, o qual pontua-se a pesquisa-ação, a pesquisa participante e permeando esse percurso, a educação popular.

O projeto “Promoção de TSS em Comunidades Tradicionais” possibilitou um diálogo amplo e aberto. Para isso, sempre foram colocadas as limitações e desafios, mas respeitando e entendendo também os desafios e as limitações das pescadoras, para isso, buscou os acordos coletivos para a realização das tarefas que seriam realizadas por elas e outras pelos pesquisadores do projeto.

Houve grandes desafios e dificuldades metodológicas, um deles foi a elaboração do roteiro de campo que foi aplicado nas comunidades da Ilha de Maré. A proposta tentou contemplar a maioria das reivindicações das pescadoras artesanais, sendo validado coletivamente, o que demandou muito tempo e esforço por parte dos pesquisadores da Fiocruz. Para isso, foi necessário a realização de várias reuniões para tentar adequar a demanda, que resultou em um roteiro de campo robusto, na tentativa de contemplar o máximo de questões que surgiram no encontro realizado na ilha.

O roteiro de campo contemplou 25 blocos, seja de saúde de forma geral, saúde da mulher, do homem, da pessoa idosa, da criança, vacinação, anemia falciforme, violência contra mulher, práticas integrativas, alimentação, saúde mental, saneamento, trabalho e ambiente.

Após as entrevistas na comunidade de Bananeiras, ocorreu reunião para discussão com os pesquisadores populares sobre a aplicação e as dificuldades encontradas. Neste momento, verificou-se a necessidade de reduzir o roteiro de campo e retirar algumas questões que achavam sensíveis e não foram respondidas.

O roteiro de campo precisou ser readequado, exigindo muitas reuniões e discussão sobre o que retirar e o que manter para as entrevistas nas comunidades. Ao final, houve a redução para quatorze blocos, todavia, preservando as principais temáticas como saúde da mulher, saúde do homem, saúde do idoso, vacinação, anemia falciforme, violência contra a mulher, saúde mental, hábitos alimentares, práticas complementares e integrativas. Alguns blocos trouxeram maiores preocupações e deverão ser melhor debatidos com a comunidade, a exemplo da saúde mental e violência contra a mulher, devendo ser pontuada como agenda prioritária da saúde.

Além disso, o esforço de passar todas as informações coletadas e registradas nos questionários para o sistema de “nuvens” *on-line*, que demandou outro grande esforço. Para isso, foi construído uma plataforma virtual capaz de armazenar os dados coletados, que fosse capaz de ser alimentada sistematicamente. Esse experimento interprofissional que demandava ajustes à medida que iam surgindo as dificuldades e foram muitas (FERREIRA *et al.*, 2021), precisa ser estruturado e aperfeiçoado como base para outras pesquisas.

8.1.1 Pesquisa-ação: um campo fértil de mediações pedagógicas

O estudo de caso é uma das estratégias para realizar a pesquisa interdisciplinar. Pesquisas históricas, análise de informações e experimentos, são *exemplos de recursos diversos* para a execução de uma pesquisa (YIN, 2001). Sendo instrumentos importantes para a análise do projeto desenvolvido em solo tradicional.

A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2011, p. 14).

A abordagem aqui apresentada tem sido utilizada para a efetividade da contribuição do TSS para a promoção da equidade, sustentabilidade e autonomia no território; a partir de quatro linhas principais do percurso da pesquisa-ação, como um sistema, a saber: i. acolhimento, identificação e seleção das situações iniciais; ii. planejamento da pesquisa e da ação; iii. realização das atividades previstas e iv. análise e compartilhamento dos resultados obtidos. Ao longo de cada ação, foram feitos a formação, ação no território, pesquisa, sistematização e análise dos dados coletados, compartilhamento dos dados e pôr fim a elaboração de cadernos a serem entregues na comunidade (ainda não finalizado pela Fiocruz).

Trazendo a prática, após cada encontro nas comunidades da Ilha de Maré, seguiam-se os aprendizados, especialmente por meio do resgate da memória, em que as próprias lideranças sintetizavam os principais encaminhamentos tirados em conjunto, visando assimilar a reflexão e levantar novas questões para, em seguida, retirar novos temas, bem como outras demandas que precisavam de soluções. Os temas tratados durante o encontro tinham relação aos blocos do roteiro de campo (entrevistas), que estavam sendo aplicadas nas comunidades. A preocupação com uma linguagem acessível era norteadora para compreensão de todas.

Ao analisar o uso das ferramentas metodológicas da pesquisa – promoção de TSS em comunidades tradicionais pesqueira - Ilha de Maré, Salvador - BA e suas contribuições para a promoção da saúde, com base na Agroecologia e no desenvolvimento territorial, percebe-se que o planejamento de uma pesquisa-ação não é engessado, é flexível para a utilização de outras ferramentas metodológicas.

Conforme a necessidade exigia, a exemplo do início da pandemia Covid-19, quando as ações na Ilha de Maré foram suspensas e outras ferramentas foram necessárias, como o uso de tecnologias de informação, participação em encontros virtuais por vídeo chamada e até mesmo cursos *on-line* para os jovens da ilha. Uma ação que para muitos não era a prática do dia-a-dia.

Para isso, houve a aprendizagem em utilizar encontros virtuais por vídeo chamada para tirar as dúvidas das pesquisadoras populares (pescadoras artesanais) para que elas pudessem replicar as informações para as comunidades da ilha.

As lideranças tiveram que se organizar para garantir o direito à saúde. Articulações com empresas e outras instituições foram necessárias para aquisição de materiais de higiene, bem como, a necessidade das pescadoras artesanais de se reinventarem para a comercialização do pescado e marisco, demonstrando assim, a resiliência que ao longo do estudo tem sido apontado.

Vale destacar a ação em movimento como característica das mulheres pescadoras e marisqueiras da Ilha de Maré, que precisaram repensar e replanejar a necessidade de produção de pescado e da mariscagem e o restante da cadeia – beneficiamento e comercialização do excedente do pescado.

A teia de apoio foi acionada pelas pescadoras e envolveu o Ministério Público Estadual, a Universidade Federal da Bahia, o Conselho da Pastoral da Pesca, entre outros. Assim, a pesquisa não seguiu rigidamente as etapas programadas anteriormente, foi necessário replanejamento. Essa é uma questão involuntária ao processo, retomar o projeto foi ainda mais desafiador, pois, ao longo do processo, as pessoas envolvidas e responsáveis tiveram que sair por incompatibilidade de agenda, por problemas de saúde ou por falta de recursos financeiros.

A essas questões, é preciso pontuar, visto as incertezas quanto ao futuro e aos problemas que precisam ser enfrentados e solucionados.

As lideranças da Ilha de Maré encontraram nas mídias e nas passeatas meios para fazer as denúncias, seja por meio de documentários, participação em seminários, congressos, entre outros. Isso visando que algumas medidas sejam tomadas pelos governantes, a fim de dirimir tal situação e/ou que sejam garantidos os seus direitos à vida e a um território saudável e sustentável.

Cabe destacar a necessidade de somar mais grupos e

organizações/instituições para abraçar, em termos práticos, e fazer coro aos descasos que essa população é submetida.

Conforme Enrique Leff um “mundo sustentável não surgirá espontaneamente”, para isso será um “longo processo de transformação”. Novos caminhos serão necessários para a construção de territórios saudáveis e sustentáveis, assim como novas estratégias que orientem e mobilizem a reorganização da sociedade em direção a um futuro sustentável, mais equânime na diversidade cultural e na justiça ambiental” (LEFF, 2002, p. 33).

Outro ponto a destacar é a segurança das pessoas e das lideranças que denunciam e lutam para a preservação do ambiente. É preciso construir uma rede de apoio que possa reforçar o cuidado e suporte nos territórios tradicionais

A práxis da luta social e em defesa dos seus direitos, faz-se ao caminhar. Para tanto, a re-existência é fundamental, para que as pescadoras artesanais possam ter a garantia do seu modo de vida, de produção e reprodução social respeitados na legitimidade de seus direitos.

As contradições e conflitos estão na relação capital versus trabalho e capital versus natureza. Considerar a situação à luz da luta de classes é decisivo para pensar resistência e enfrentamento.

Diante do colapso ecológico, a crítica ecológica da economia política do capital é necessária e improrrogável. Repensar os mecanismos de responsabilidade ambiental também é um debate necessário e que precisa ser feito em várias instâncias, seja na academia, no governo ou na sociedade.

Esse é um debate que exige uma abordagem mais ampla sobre a questão dos mares e oceanos como um sistema vivo que interage com a zona costeira e com a terrestre, ou seja, entre o mar e a terra há uma gama de trabalhadores com suas especificidades e, entre eles, as/os pescadoras/es artesanais.

É preciso se atentar para a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento e gestão sustentável, bem como proteção dos ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos.

Outra estratégia importante é a implementação de vigilância popular em saúde, a epidemiologia comunitária e a pedagogia do cuidado, que são caminhos

para a condução de diálogo e, apesar dos nomes diferentes, referem-se, basicamente, à aplicação dos conhecimentos da saúde pública. Conforme Machado *et al.* (2017), o diferencial é a participação comunitária.

O SUS tem uma informação em saúde consolidada, entretanto, ainda hoje, depara-se com barreiras funcionais e organizativas. Relação entre profissional e usuário; horários de atendimento fora da realidade do usuário do SUS; indisponibilidade de serviços; integração inexistente e/ou falha entre os serviços; tempo de espera prolongado e insuficiência de medicamentos; enfim, são questões que precisam ser superadas.

Então, quando se é chamada a atenção à questão de cuidado local, em especial em território tradicional, é a comunidade que alerta para uma questão ou outra, seja de saúde, do ambiente, do território, o que é tido de informação necessária, ligada à escala comunitária. É ela que mobiliza e se organiza para gerar uma ação local, a isso, denomina-se de “vigilância popular em saúde”.

É necessário fomentar informações que sejam discutidas com a população local para construir alternativas de ação efetiva em um determinado território, levando em conta suas especificidades. Uma comunicação que dialogue com os diferentes estratos da população, que discuta os contextos e soluções mais estruturantes para os problemas daquele território.

Esse fluxo é fundamental para que a informação local, destinada ao próprio local, seja usada pelas pessoas no território para construir uma ação comunitária e que transforme aquela realidade, reduzindo a iniquidade e a vulnerabilidade.

As ações de promoção de vigilância popular em saúde que movem essa epidemiologia e integram a pedagogia do cuidado precisam ter um reconhecimento institucional. Como traz Jorge Machado, se a vigilância é informação para ação, a comunicação é parte ativa. Difundir a informação para a integração das diferentes sujeitas e processos responderia a um dos nossos objetivos.

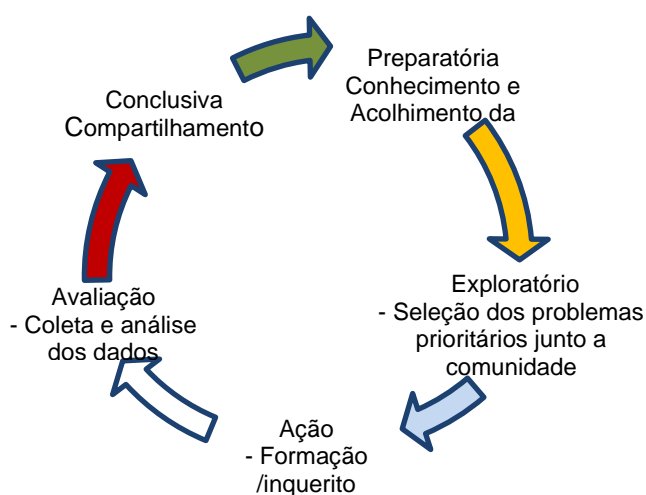
A percepção dos moradores da Ilha de Maré sobre o ambiente não é homogênea, entretanto, o receio de que uma tragédia maior aconteça, parece ser um elemento principal para mobilização e ação das pescadoras para o enfrentamento dos impactos ambientais no território.

Segue abaixo uma síntese sobre a percepção dos moradores da ilha sobre a saúde, ambiente e trabalho, embora não seja objeto dessa tese, e sim analisar os instrumentos metodológicos usados para tal.

Sobre a questão se o projeto Promoção de TSS em comunidades tradicionais pesqueira contribuiu para a reflexão sobre a percepção dos moradores das comunidades da Ilha de Maré, sobre sua saúde, ambiente e trabalho, bem como a importância de fortalecer as agentes/pesquisadoras populares - a vigilância popular em saúde, onde o protagonismo das comunidades e movimentos sociais se afloram para o bem comum e em defesa do seu território a resposta é favorável.

Essa é uma ferramenta importante para debate dentro da própria comunidade e para transformação da realidade que está posta. Também para academia, onde o fazer junto traz e mostra uma outra realidade, talvez entender que ninguém tem uma receita pronta e cada território e as pessoas que ali vivem têm uma dinâmica própria, que precisa ser respeitada, potencializada na tentativa de melhoria e qualidade de vida, no desejo de um território saudável e sustentável potente para todas a partir da base agroecológica, solidária e ética, com segurança e soberania alimentar, na produção de alimentos para a população brasileira. A Figura 18, traz a estrutura da pesquisa-ação, utilizada pelo projeto TSS em comunidades tradicionais.

Figura 18 – Estrutura da pesquisa-ação – Projeto TSS, Ilha de Maré, Salvador - BA



Fonte: a autora, adaptado, 2023.

8.1.2 Observação participante: o tentar fazer juntas

O ato de observar é um dos meios mais utilizados pelo ser humano para compreender e conhecer as pessoas, as situações e objetos. Faz-se analogia com as pescadoras artesanais, que observam a natureza, os ciclos lunares, os ventos e marés para um melhor pescado e/ou mariscagem. Assim, é possível aplicar os sentidos visando obter uma determinada informação sobre a realidade e/ou situação.

A observação participante necessita de um estudo prévio sobre as pescadoras artesanais e o cenário que irão adentrar. Vai além de ver e ouvir. Assim, alguns instrumentos poderão ajudá-las, como diário de campo, registros por meio de fotos e/ou gravações e outros, como forma auxiliar a memória para que informações relevantes e detalhadas sobre os dados observados não fossem perdidas. É um método científico e serve a um objetivo previamente definido.

Todavia, ao adentrar no espaço, pode provocar uma certa limitação, uma vez que uma pessoa estranha pode inibir ou mesmo se deparar com a desconfiança do grupo. Assim, as pescadoras artesanais deveriam adquirir algumas habilidades e competências, como serem capazes de estabelecer relações de confiança com as pessoas entrevistadas, além de ter sensibilidade flexibilidade para se adaptar à situações inesperadas, e ter familiaridade com as questões investigadas e com preparação teórica sobre o objeto de estudo ou situação que será pesquisada.

Por outro lado, é uma ferramenta potente para conhecer os fatos e fenômenos diretamente, sem mediadores, principalmente quando se trabalha com comunidades tradicionais.

Segundo Minayo (2008), a observação participante é um processo pelo qual se mantém a presença da observadora em uma situação social com o objetivo de realizar uma investigação científica, na qual a observadora está em relação face a face com os observados. Ao participar da vida delas, no seu cenário cultural, colhe dados e se torna parte do contexto sob observação, do mesmo modo modificando e sendo modificado por este.

Se mostra como uma ferramenta fundamental para a pesquisa com enfoque qualitativo, visto estar presente na construção do objetivo, hipóteses, coletas, análise e interpretação dos dados coletados.

Em seus estudos, o antropólogo Brasislaw Malinowski (1975) fez propostas

referentes aos métodos de trabalho de campo. Em especial, a observação participante, quando descreveu sua inserção entre os nativos das Ilhas Trombiand, no Pacífico, descrevendo suas técnicas de coleta, ordenação e apresentação do que denomina-se de evidências. Para Gil (2002), a observação participante implica na participação do pesquisador no contexto, grupo ou cultura que está a estudar, como também daqueles que estão envolvidos no processo da pesquisa.

A promoção de território saudável e sustentável possibilitou experiências de saúde ambiental territorializadas, em que a observação participante é um dos instrumentos utilizados visando melhor compreensão do estudo realizado, com cooperação das atividades entre a Fiocruz Brasília e as lideranças da pesca artesanal.

Os encontros na ilha aconteciam a cada dois meses, onde eram consultados o calendário e o respectivo ciclo da lua. A lua nova é a primeira fase da lua e não é recomendada para a pesca. A partir da observação das pescadoras artesanais, nesse período há pouca luminosidade, o que acaba fazendo com que os peixes fiquem em águas mais profundas. Assim, as reuniões aconteciam também nas comunidades onde o roteiro de campo seria aplicado Dessa forma, se conhecia também um pouco da comunidade.

As rodas de conversa, o papel no chão ou pregados à parede para alguma anotação e/ou desenho, onde a oralidade faz parte, sem receio de troca de letras ou a fala simples que vai entoando como música pela sabedoria que aflora em cada palavra. Horário de almoço, todas a caminho para saborear as moquecas de marisco e peixe, que conseguiram pescar/mariscar, a salada de pimenta, os doces de banana na folha de bananeira, as cocadas, ou mesmo o geladinho.

Como traz Nêgo Bispo, “comprendemos que há um saber orgânico, é o saber que se desenvolve desenvolvendo o ser e um saber sintético, é o que desenvolve desenvolvendo o ter”, diz ele que as comunidades tradicionais são operadores do saber orgânico e os colonialistas são operadores do sintético. Uma ótima reflexão sobre o bem viver de uma comunidade é um privilégio por estar ali. Mostra as contradições e o porquê estar ali.

As denúncias vão acontecendo no primeiro sinal que elas aparecem, o ficar alerta é preciso. Uma alimentação saudável, onde segue a segurança e soberania alimentar, uma premissa da Agroecologia, uma prática essencial para as famílias pesqueiras, o cuidado com manejo, com o pescado e disponibilização do excesso

para venda do pescado a preços justos, um estímulo para o consumo e o autoconsumo.

Outro desdobramento resultante da observação participante foi a elaboração da cartografia social, instrumento importante utilizado, sendo um método que se insere também na pesquisa-ação, capaz de desvelar o território com olhar próprio daqueles que ali vivem.

No caso da pesquisa, serviu para orientar as pesquisadoras artesanais para aplicação do roteiro de campo. Mas também revelava uma apropriação coletiva do território e a capacidade de trazer para o desenho a precisão das casas, igrejas, os mercadinhos, os equipamentos sociais, a vegetação, os mangues, o mar, barcos.

Esse foi um exercício que aprenderam todas e o reolhar para o território possibilitou a aproximação daquelas pesquisadoras, que eram de outras comunidades para conhecer e estreitar laços.

Todavia, esse instrumento pode ter diferentes graus de autonomia no processo de mapeamento, proporcionados por participação em encontros, reuniões e relatos orais. O que denomina-se de mapas falados e mentais, e o uso de programas de geoprocessamento permitiu para ajudar o processo de construção do mapa, para isso os residentes ajudavam as pescadoras nesse processo, mas sim a singularidade somente elas davam o tom.

Cabe destacar que nessa atividade elas reconheciam o impacto do Complexo Industrial e o Porto de Aratu, que acaba extrapolando os riscos intrínsecos às atividades de pescadoras e marisqueiras.

8.1.3 Educação popular: estratégia educativa e comunicativa

O educador Paulo Freire (2005) vai dizer que o conhecimento não é algo acabado, terminado e oferecido pelo educador, por isso se faz necessário pensar novas formas de educar, a partir de uma perspectiva na qual educador e educando aprofundem a noção de que o fundamental é sentir-se protagonistas da própria história. Assim, a necessidade de construir formas de educação coletivas, visando a transformação da realidade posta, sendo um ato crítico e político, que torna possível e dá sentido a um outro modo de fazer e saber.

A pedagogia da autonomia, por sua vez, tem como princípio a ideia de que ensinar não é transferir conhecimento, assim como o respeito aos saberes das

pescadoras artesanais e o pensamento crítico. E a consciência de que a educação é uma forma de intervir no mundo.

Nesse processo, ganha sentido e força a dimensão dialógica que é a própria vida das inúmeras experiências atuais de educação popular como práticas que não querem possuir outro projeto histórico se não o da emancipação plena das classes populares.

Para tanto, a educação popular se mostra ao mesmo tempo um movimento, uma prática, uma experiência, um processo de luta e um paradigma que tem como objetivo, por meio da educação, dar autonomia às classes populares para que enfrentam as diversas formas de opressão – lutando, assim, por uma sociedade solidária e inclusiva. Um novo sentido em que o fazer, passa a ser “com” a comunidade, este é o sentido que a educação popular projeta transformar a educação, com uma educação popular.

Por sua vez, Brandão (1980), vai apontar que o papel e o sentido histórico da educação popular são a resistência e a oposição ao sistema de educação vigente, sendo o primeiro, enquanto processo de reconstrução do saber social; o segundo, como trabalho político de luta pelas transformações sociais, como forma de emancipação e garantia da justiça social.

Brandão ainda diz que, a educação popular passa a ser um enfrentamento à distribuição desigual de saberes, somando um saber como instrumento de libertação. Assim, essa educação é entendida como uma atividade específica que não requer ser realizada no interior do sistema educativo formal, mas no interior das práticas sociais e políticas.

Ao nos apresentar às características da educação popular, Brandão (1980), vai pontuar o seguinte:

- i. uma teoria renovadora de relações homem, sociedade, cultura, educação e uma pedagogia que pretende a partir destas relações, uma educação libertadora;
- ii. realiza-se inicialmente no domínio específico da educação de adultos das classes populares, definindo-se, aos poucos, como um trabalho político de libertação popular e de conscientização dos movimentos populares;
- iii. afasta-se de ser apenas uma atividade de escolarização popular, para ser toda e qualquer prática sistemática de intercâmbio de saber, partindo das próprias práticas sociais;
- iv. é um trabalho político de mediação a serviço de projetos, sujeitas e

movimentos populares de classe, visando à construção de uma nova hegemonia no interior da sociedade capitalista dependente. Um conhecimento que somado a uma práxis sensível à dor de pessoas e grupos oprimidos, renderam-lhe notoriedade e um variável destaque nas academias universitárias, mas, sobretudo, nos movimentos sociais.

Dessa maneira, a educação popular tem se nutrido de uma postura respeitosa e dialógica em relação à sabedoria popular, sendo esta, uma de suas características fundamentais. Vale ressaltar que a relação com a saúde veio a partir do marco teórico de Paulo Freire, em que profissionais de saúde articulados ao movimento da educação popular, na luta pela atenção à saúde buscaram implementar formas participativas de relação com a população, rompendo com a tradição autoritária dominante que se estabelecia nestes espaços.

O projeto de promoção de TSS em comunidades tradicionais tem como foco a educação popular por entender que é uma forma de participação para organização de um trabalho político, constituindo um caminho para conquista de direitos e estímulo às formas coletivas de aprendizado, bem como de investigação e, com isso, a análise crítica sobre a realidade e reflexão de estratégias de luta.

A troca de cultura e saberes são essenciais para processos educativos, em que o modo de pensar, sentir e agir com outros modos diferentes se transformam frente a realidade do dia a dia, como estratégia fundamental para a compreensão da realidade social no qual se inserem.

A cartografia social, entendida como uma tecnologia social, é uma ferramenta para a construção de mapeamentos participativos que pressupõe também a construção de informações contextualizadas em reflexões coletivas para a ação, seja para o fortalecimento identitário e comunitário, podendo ser aplicada em diferentes territórios.

Na ilha, as pescadoras utilizaram essa ferramenta para orientação na aplicação das entrevistas com a comunidade. Todavia, esse processo foi importante, pois ao reolharem o território, evidenciou as potencialidades e as fragilidades ali encontradas.

Uma das estratégias desenvolvidas pelo projeto, a partir de onde a vida acontece, suas potencialidades, enfrentamentos, dificuldades, ou seja, conhecer o modo de vida, de produção e reprodução social no território são imprescindíveis.

Assim, a atuação se desdobra na busca pela autonomia e pelo

reconhecimento de seus saberes, que por meio da formação-ação um instrumento para o enfrentamento e a defesa do território.

8.2 Contribuições da metodologia da pesquisa TSS na comunidade tradicional pesqueira de Ilha de Maré

Em 2020, com a crise sanitária da pandemia Covid-19, foi necessário paralisar as ações na ilha, ainda que tenham sido realizadas *lives*, na tentativa de informar e dialogar sobre os cuidados de saúde necessários para evitar a propagação da Covid-19 na ilha. Foi retomado, então, já no final de 2021, com a participação de uma oficina sobre a qualidade do ar na ilha e reunião com os pesquisadores populares sobre os resultados dos dados.

Neste período que as pesquisadoras populares (pescadoras artesanais) entrevistadas, expressaram o desejo de continuação das atividades na ilha e a aplicação da pesquisa na Comunidade de Praia Grande e a necessidade de revisão do roteiro de campo, indicando quase a totalidade de 100% do desejo das pessoas que foram entrevistadas.

O TSS encontra-se ancorado por vários métodos e técnicas metodológicas que vão se manifestando conforme a ação no território. Apesar do longo afastamento na Ilha de Maré e das pessoas que estavam acompanhando terem sido afastadas por diversos motivos, a falta de recursos para continuar com as ações na ilha gerou a necessidade de replanejamento das ações e continuidade do projeto, sendo inclusive ponto elencado pelos pesquisadores populares, que consideraram importante a continuidade do projeto.

Para a questão se o TSS contribuiu para que a ação no território fosse refletida e tivesse o olhar das pescadoras artesanais foram entrevistados, dez pesquisadores populares.

Das dez entrevistadas respondentes, 85,71% concordam que o projeto contribuiu para a reflexão de ações comunitárias e 14,28% foram neutras. Assim, houve uma intenção de continuidade do TSS, bem como a necessidade de formação e aprofundamento dos temas que foram abordados pelo roteiro de campo, aplicado nas comunidades da Ilha de Maré.

A seguir algumas impressões pelas pesquisadoras populares:

A necessidade das reuniões acontecerem nas demais

comunidades, como forma de mobilização/formação das pessoas (PP-1);

O formato do projeto foi legal. Não teve outro projeto dessa forma. Entretanto, o roteiro de campo necessita ser revisto e ter menos perguntas (PP-2);

O roteiro de campo foi extenso. As entrevistas levaram muito tempo (PP-3);

Que os achados transformem em ações comunitárias (PP-4);

A necessidade de continuidade das formações (PP-5; 8);

A importância da participação das lideranças da pesca artesanal no processo e principalmente o compartilhamento dos dados com os pesquisadores e comunidade (PP-6);

A necessidade de os pesquisadores populares terem auxílio financeiro, pois deixa de estar na atividade da pesca artesanal/ mariscagem (PP-7).

Quando perguntado se o roteiro de campo contou com o envolvimento da comunidade 57,15% responderam que foi “muito bom” – “concordam totalmente” e 42,85% concordaram com a questão.

Sobre se o roteiro de campo contemplou as questões de interesse da comunidade, 85,71% responderam que concordam totalmente e 14,29% concordaram com a questão. Sobre se entrevista ocupou muito tempo, 42,85% concordaram totalmente que a entrevista ocupou muito tempo, e 28,57% responderam que concordam e 28,57% acharam normal – neutro.

Sobre quando perguntado sobre se observou na comunidade insegurança alimentar no período da pandemia Covid-19, a resposta nesta questão, 71,43% informaram que não observaram pessoas na comunidade com dificuldades alimentares, contra 28,57% que concordaram totalmente.

Quando perguntado se participaram do curso de Socorrista para acompanhar e monitorar a contaminação – pandemia Covid-19, 57,14% responderam que sim. Quando perguntado se a análise dos dados coletados contribuirá para a reflexão sobre a percepção da saúde, ambiente e trabalho na comunidade, 57,14% concordaram totalmente; 28,57% concordaram e 14,29%

foram neutros.

Caso aconteça a aplicação da entrevista sobre a percepção sobre a saúde, ambiente e trabalho na comunidade de Praia Grande, o roteiro de campo terá que ser revisto. Um novo acordo deverá ser feito, a partir das informações compartilhadas e principalmente, que no meio do caminho dá de encontro com uma crise sanitária sem precedentes. Assim, questões referentes a esse período deverão constar em um anexo.

O desafio está em como continuar as ações para que se multipliquem em outras ações, potencializando e fortalecendo a pesca artesanal em todo o país, e que mais pessoas se somem na luta e em defesa ao território pesqueiro.

É preciso compreender que o direito à vida das comunidades tradicionais é colocado em risco quando o ambiente não tem sua importância reconhecida ou quando a pesca artesanal é vista apenas como uma atividade econômica.

A pesca artesanal não pode ser vista apenas como uma atividade econômica, mas como uma identidade, como guardiã das águas e da terra que reproduz a vida. Uma consciência de si próprio, das relações que se constituem com o ambiente e seus ecossistemas e, ao mesmo tempo, que se define pelas lutas e resistência étnica e cultural.

Quando perguntado qual a principal contribuição do TSS, a maioria considerou que a contribuição foi para o território; comunidade, família e para a sua formação. Observa-se a necessidade de formação e ações intersetoriais entre saúde, segurança alimentar com base agroecológica, saneamento, entre outros temas, principalmente a promoção de redes de ações de vigilância popular em saúde para promoção de TSS.

Todavia, parece que a vigilância popular em saúde já está sendo colocada em prática, a exemplo, em tempo de pandemia, as lideranças jovens pescadoras artesanais das comunidades se mobilizassem para participação do curso de socorrista, uma parceria entre a UFBA e a Fiocruz Brasília, após demanda das próprias pescadoras artesanais.

Esse curso disponibilizou informações sobre a pandemia Covid-19 e contribuiu com socorro às pessoas que possuem dificuldade de locomoção, como os mais velhos, mais uma estratégia para o enfrentamento da crise sanitária. Outro ponto foi a retirada de mangues na calada da noite e impedido por pescadoras, acionando o Ministério Público, a ação foi noticiada na mídia digital.

Cabe destacar, que as lutas pela saúde representam o sentido da vida, do trabalho digno, com ambiente e territórios saudáveis, e a afirmação dos direitos humanos nas comunidades quilombolas e de pescadores, em especial. Abaixo, a sistematização das ações desenvolvidas pelo projeto de promoção de TSS em comunidades tradicionais, Ilha de Maré, Salvador – BA.

Quadro 5. Sistematização das ações ocorridas na Ilha de Maré, Salvador – BA

Ações	Atividades
Educação Contextualizada (Elemento crítico, mobilizador e pedagógico)	<p>Formação e qualificação das pescadoras artesanais sobre os temas abordados no roteiro de campo, como: saúde da mulher, saneamento, caminho das águas, práticas integrativas, educação popular em saúde, vigilância popular, entre outros, trazendo o conhecimento sobre a pesquisa realizada na ilha sendo ela as pesquisadoras populares em saúde, agora com olhar mais direcionados às questões que precisam ser enfrentadas e o porquê fazê-las.</p> <p>A promoção de intercâmbio com os residentes multiprofissionais da Fiocruz Brasília e UPE, foram importantes para os dois lados, embora que é necessário pensar em ações de acompanhamento e monitoramento das ações, visando geração de indicadores, mas além de ações como atividades físicas, de alongamento, de práticas integrativas, criação de <i>podcasts</i> como uma forma de comunicação entre os jovens da ilha, poderá ser um instrumento para divulgar as mais diversas informações, inclusive sobre os cuidados com a saúde;</p>
Mobilização e observação participante (Vivências locais)	As reuniões periódicas de mobilização, planejamento e acompanhamento do projeto com pesquisadores populares – pescadores/marisqueiras conforme o calendário do ciclo lunar, esse um aprendizado para nós, conhecer/observar são o dia a dia da pescadora artesanal seja para a atividade da pesca, seja para as saídas da ilha. Assim foi compreendido também a respeitar e seguir.
Mapa social Participação das pesquisadoras (Plano de ação)	Elaboração de mapa como condutor da aplicação do roteiro de campo nas comunidades, possibilitando o reolhar para o território. Ao reolhar o território, traz o sentimento de pertencimento e cuidado.
Agroecologia; Observação participante e educação	Reolhar os quintais produtivos não só para a alimentação, mas o cuidado com a saúde, conhecer as

popular (Conexão de promoção e vigilância popular em saúde)	plantas e os benefícios para o cuidado à saúde, a Agroecológica se mostra em todas as atividades da pesca artesanal, seja na conservação do ambiente pesqueiro, seja no manejo, no cuidado com as espécies que estão em reprodução, com o mangue - berçário e fortaleza das espécies marinhas, das aves e outros animais, assim conservá-lo é mais do que necessário, é vida.
Pesquisa-ação	<p>O processo de entrevistas nas comunidades sobre a percepção dos seus moradores sobre a saúde, ambiente e trabalho, realizado pelas próprias pescadoras foi desafiador, também as trocas das dificuldades encontradas, sanadas por elas nas rodas de conversas que tinham, após cada atividade concluída na comunidade.</p> <p>A construção de um sistema para armazenamento e sistematização dos dados foi desafiador e só foi possível visto articulação com o mestrando da UFC, tiveram que ser feitas várias reuniões externas para chegar no possível e na eficácia;</p> <p>Realização de encontros com os pesquisadores populares para discussão e reflexão dos dados coletados e ações que precisarão ser promovidas na ilha, visando a promoção de um território saudável e sustentável.</p>
Saneamento ecológico	Reflexão sobre a implantação de saneamento ecológico como forma de adoção dos princípios e categorias do desenvolvimento sustentável e da promoção da saúde, realizado somente em três comunidades, necessitando ampliar para as demais; elaboração de relatório técnico sobre saneamento em três comunidades da Ilha de Maré.
Rede de Mobilização	<p>Articulação em redes para fortalecimento da pesca artesanal local, uma ação potente para apoio às pescadoras artesanais;</p> <p>Construção de uma rede de mobilização social para o fortalecimento da pesca artesanal, como forma de publicizar as ações que estão acontecendo na ilha e/ou outros temas de interesse público.</p>
Publicização	Elaboração de cadernos temáticos para a publicização dos resultados e artigos.

Fonte: autora, 2023

O olhar para essa experiência nos remete o quanto ainda tem por fazer e instiga a reolhar para a pesca artesanal no país. A valorização e o reconhecimento da mulher pescadora artesanal, pela garantia dos seus direitos e respeito à sua cultura.

Entre o mar e a terra, a pesca artesanal e as suas contradições, em geral,

as condições de saúde e demais direitos sociais das trabalhadoras que são precários. A arte da pesca e da mariscagem, o conhecimento empírico, a percepção da natureza e, principalmente, a resistência e a resiliência pela manutenção do modo de vida, têm assegurado o jeito de fazer da atividade milenar: a pesca artesanal.

Podem ser observadas *contribuições* do projeto de promoção de TSS em comunidades tradicionais, realizado nas comunidades de Ilha de Maré, como: 1. articulação com o movimento social da pesca artesanal para fortalecimento da pesca artesanal; 2. formação das pescadoras artesanais sobre as temáticas de saúde, ambiente e trabalho e outros temas conforme a necessidade local; 3. ação local em rede; 4. conhecimento sobre a percepção dos moradores sobre saúde, ambiente e trabalho, como estratégia para debate e diálogo com a comunidade para a promoção de TSS local; 5. intercâmbio dos residentes do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família com ênfase em Saúde da População do Campo, além de ações pontuais de saúde e apoio ao desenvolvimento de *podcast* como estratégia de comunicação entre os pescadores artesanais e o compartilhamento e produção de cadernos com os principais achados da pesquisa com os pesquisadores populares e comunidades da Ilha de Maré, Salvador - BA para somar na agenda de luta das pescadoras.

Por outro lado, existiram algumas dificuldades no processo, como: dificuldade de acesso à Ilha de Maré, conforme o tempo ou as marés, não era possível fazer a travessia para a ilha; o distanciamento do território face à pandemia de Covid-19, o que desmobilizou os pesquisadores populares; receio da comunidade em se reunir; insegurança alimentar gerada pelo derramamento do petróleo e a pandemia; crises internas geradas para a defesa do território – derramamento de petróleo; conflitos de disputas territoriais. dificuldade de conciliar as reuniões com a atividade da pesca; limitação de recursos.

Um dos principais resultados deste trabalho é que a trajetória sobre a promoção de território saudável e sustentável tenta abarcar, além-mar, a politização da etnicidade, questionando sobre as efetividades dos direitos coletivos conquistados em um horizonte igualitário.

A Agroecologia no maretório é o caminho ancestral do modo de vida, de produção e reprodução social para o desenvolvimento territorial saudável e sustentável, em que conhecimento ancestral da agricultura, respeito à natureza e

preservação do solo e das águas se faz presente pela soberania alimentar de uma população. Abordagens integradas sobre saúde, ambiente e trabalho, bem como articulação entre a ação e a teoria, são necessárias, visando qualidade de vida de grupos populacionais, em especial, da pesca artesanal.

Por fim, evidencia uma Ciência Popular, onde o fazer juntos faz toda a diferença. Pelo menos esperamos.

9. CONSIDERAÇÕES

Tudo isso é inscrição de memórias, de identidades e de subjetividades. São escrituras da voz, territórios e linguagens de conhecimento complexos (RIOS, 2017).

O Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho (PSAT) da Fiocruz Brasília tem em suas intervenções o uso da pesquisa-ação e a educação popular. Porém, não é uma forma engessada de utilização de um método ou outro, mas cabe na intenção e no caminho, a escolha deste ou aquele método. A pesquisa-ação participativa é uma contribuição fértil, criativa e interessante a ser produzida no campo científico, formal e empírico, e no campo informal.

Segue o rigor científico que lhe cabe, entretanto, o fazer com a comunidade traz contribuições riquíssimas e talvez até mais completas, porém exige uma proposta plural e uma ferramenta metodológica que está sendo tecida, vista, testada e validada e que expressa potencialidades locais, valorização da cultura, da memória e dos saberes tradicionais.

Um percurso metodológico inclusivo e de responsabilização de todas, que, ao longo das etapas, foram sendo incorporadas diferentes pessoas conforme a necessidade para o desenvolvimento das ações, assim, é um processo dinâmico e conforme vai se dando o desenrolar das atividades e avaliação, outros instrumentos metodológicos são inseridos. Todavia, ratifica a necessidade de se aprimorar, principalmente na condução de se ter como diretriz o acompanhamento e monitoramento das ações desenvolvidas no território, visando cada vez mais a implementação de um território saudável e sustentável, a qualidade de vida da população das águas.

Ao conhecer o território quilombola e pesqueiro da Ilha de Maré e a sua

prática/saberes da pesca artesanal, deparou-se com um conjunto de significados simbólicos relacionados ao modo de vida da pesca artesanal e sua relação com o território, com o ambiente, com o trabalho, com saúde, com a água.

O mar ultrapassa o trabalho e a subsistência, é lazer, é cura. Cura do corpo e da alma. Por isso, a relação tão forte com a água. Desta forma, compreende-se, assim, que, apesar do trabalho da pesca ser representado como difícil e perigoso, o mar também é fonte de saúde e de cura.

Sabe-se que a busca pelo desenvolvimento de TSS passa pela valorização de experiências locais, visando o aperfeiçoamento de estratégias para as ações territoriais e o uso de tecnologias sociais, a fim de dirimir as dificuldades encontradas nos territórios.

A Agroecologia passa a ser compreendida como o caminho para que o território seja saudável e sustentável. Assim, se dá o pescado pelas mulheres das águas, um processo que manifestado por conhecimentos tradicionais e transmitido seja no exemplo do fazer, seja de forma oral e de um saber sob o olhar agroecológico de manejo. Isso é o desvelar de um ambiente saudável e sustentável, onde o tempo é ditado pelo ritmo dos fenômenos naturais, marcado pelos movimentos das marés, da lua e do vento, como citado anteriormente.

Importante destacar as redes de articulação que as pescadoras vêm construindo. Esse processo vai ganhando força quando se criam redes comunitárias, visando defender o território e, conseqüentemente, o fortalecimento da pesca artesanal e nesse processo os jovens ao participarem, se desafiam e afloram o pertencimento do lugar, a autoestima e a valorização da comunidade tradicional, esse movimento que denominamos também de TSS.

São elementos potentes para a promoção da saúde e sustentabilidade no território, a exemplo das práticas populares de saúde, da produção dos quintais produtivos, do uso e compartilhamento das plantas medicinais na comunidade, além da cultura, religião e lazer. O saber popular que mobiliza a comunidade para um objetivo comum em garantir e bem-estar no seu território.

Evidenciou que as *mulheres que criam formas próprias* de atuação, de cuidado, de valores de pertencimento por meio de laços sociais tecidos no território, incorporam práticas culturais, imbricadas nas relações sociais. Sempre vigilantes aos espaços de produção e reprodução social, no pescado, na mariscagem, no

quintal produtivo, no cuidado e afazeres da casa e dos seus, também o pertencimento ao lugar de vida.

São elas que se mobilizam e organizam para que o território seja saudável e sustentável diante de qualquer ameaça que teima a emergir. A isso, denominamos de *resiliência e de resistência às vulnerabilidades* das pescadoras. A luta pela garantia da segurança e soberania alimentar são fatores que preocupam, mas também as colocam em movimento, redesenhando a sua atuação, visando a qualidade de vida no território. Para tanto, demandam das instituições governamentais ações para o fortalecimento da pesca e a formação dos seus jovens.

Avalia-se que a pesquisa de promoção de TSS em comunidades tradicionais foi concebida como um processo social e político que inclui ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades e emancipação individual e contribuiu para a formação e a construção de redes de apoio para pescadoras artesanais a partir do momento que conhecem a percepção dos seus moradores sobre a saúde, o ambiente e o trabalho.

Ao potencializar a capacidade de identificar onde, por que e como podem ser feitas as intervenções, por meio da atuação da vigilância popular em saúde, possibilita-se o cuidado constante ao ambiente e à saúde da sua população.

Logo, ao repensar o território, suas potencialidades e fragilidades, conseguirão redesenhar a atuação local para transformação do ambiente e de tecnologias sociais que representam soluções. Com a participação da comunidade, a construção de políticas intra e intersetoriais devem ser implantadas e implementadas de forma adequada, com ações integradas de base territorial, voltadas para as demandas sociais indicadas coletivamente.

Um conceito que pode ser pontuado para a promoção do TSS no território, é uma ação territorializada, integradora e mobilizadora, visando a qualidade de vida e bem-estar das comunidades que ali vivem e produzem a partir de uma base agroecológica.

Os processos de formação seguidos da pesquisa-ação sobre a percepção dos moradores da Ilha de Maré referente à saúde, ambiente e trabalho, desenvolvidos com as/os pescadoras/es no âmbito do TSS, possibilitaram o aprimoramento da teoria/método com a prática. Esses processos ampliaram o diálogo, a reflexão crítica e contextualizada das/os participantes, integrando

formação, pesquisa, extensão e ações de intervenção nos territórios.

É possível afirmar que os resultados no decorrer da formação-ação possibilitaram uma ação que, ainda que principiante, possibilitou um outro olhar para o território. Um olhar de valorização, de autoestima, na reflexão sobre a atividade da pesca e do cuidado que é necessário para qualidade de vida das pessoas que ali vivem, para conservação do ambiente e o cuidado consigo e com o outro.

A ressignificação do território como espaço de vivência, de experimentação e de construção, onde a mudança vai acontecendo como no ritmo das marés, às vezes mais intensas, às vezes mais lentas, mas ao seu tempo. O importante é ter uma rede de solidariedade e de vigilância atenta ao seu território.

A cooperação é importante para que a promoção de TSS possam gerir o bem viver para todas, nesse movimento de apoiar e ajudar a refletir, dialogar, alinhar e debater sobre as principais questões levantadas pela comunidade, produzindo consensos e compartilhamentos necessários para o cuidado com o modo de vida e a reprodução social de uma comunidade tradicional, vai potencializando as lideranças locais.

É importante trazer os coletivos agroecológicos, grupos de pesquisa e a academia, para apoiar a organização das pescadoras artesanais, a produção dos quintais produtivos, a preservação e conservação do ambiente marinho, dos mangues e florestas, visando a construção de uma rede de articulação, em que cada um possa, dentro do seu papel, fortalecer a pesca artesanal e se movimentar para ação comum, de solidariedade e justiça ambiental.

O TSS vem ganhando popularidade no seu modo de fazer de formação/pesquisa com a comunidade, pois possui uma horizontalidade, em que os saberes científico e o empírico são respeitados. Por sua vez, o enfoque ecossistêmico da saúde, ambiente e trabalho estão relacionados. Assim, pensar em saúde é pensar em um ambiente saudável e sustentável, que impactará favoravelmente a atividade da pesca artesanal.

Por outro lado, o êxito das propostas debatidas e discutidas com as pescadoras artesanais da Ilha de Maré precisam ser objeto de cuidados das autoridades competentes. Observa-se ainda que a interdisciplinaridade é uma construção teórica e prática que deve ser observada e ocorrer em pesquisas que seguem o percurso metodológico do TSS, a necessidade de refletir sobre o que

consolida as desigualdades em uma sociedade capitalista, vinculadas a uma economia da doença e da morte.

Uma estratégia importante é a participação popular em diversos espaços, levando a discussão sobre a pesca artesanal. Isso pode potencializar os resultados, pois, ao reolhar o território, o ambiente e o processo de trabalho, pode contribuir também em uma perspectiva do TSS. O enfoque da interseccionalidade também é definidor de comportamentos sociais no âmbito da família, da comunidade e do trabalho, por meio da qual se podem analisar papéis, responsabilidades, contradições e dificuldades das distintas pessoas.

Ao longo do texto é colocado a complexidade e os desafios metodológicos sobre a pesquisa realizada na comunidade tradicional quilombola e pesqueira, um deles, é manter todos os envolvidos, exercitando a interdisciplinaridade, o que requer sensibilidade em receber contribuições e aceitar suas limitações; fazer a leitura epidemiológica dos dados coletados.

A publicização dos dados não deve comprometer a comunidade pesquisada. Outro ponto importante a ser destacado, é a necessidade de articular com as instituições públicas e privadas, com enfoque na implementação de políticas condizentes com os resultados das pesquisas na saúde, ambiente e trabalho.

Por fim, o reconhecimento pode ser uma estratégia para promover a mudança e renovação das reivindicações da pesca artesanal. A promoção de TSS é um conceito articulador e mobilizador de uma ação territorializada, a partir de uma série de práticas e políticas que buscam promover a sustentabilidade ambiental, a participação comunitária, a equidade e a governança participativa.

São temas cada vez mais essenciais na agenda global, pois buscam conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental a partir da base agroecológica. Assim, não se tem um ponto final. A necessidade de continuar e fortalecer a pesca artesanal ainda é um desafio.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos avançados**, v. 24, n. 68, 2010.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALENCAR, E. **Gênero e trabalho nas sociedades pesqueiras**. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELO, A. F. de. (Orgs.). Povos das águas: realidade e perspectivas na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993. Disponível em: <<https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/777>>. Acesso em: 10 maio 2023.

ALONSO-POBLACIÓN, E.; NIEHOF, A. **On the power of a spatial metaphor: Is female to land as male is to sea?** *Maritime Studies*, v.18,p. 249–257,2019.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Jandaira, 2021.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALTIERI, M. & NICHOLLS, C.I. **Agroecologia: um breve relato de suas origens e correntes de pensamento na América Latina, Agroecologia e Sistemas Alimentares Sustentáveis**, 2017.

ALTIERI, M.; ROSSET, P.. **Agroecologia ciencia y politica**. 3e ed. Sociedad Científica Latinoamericana de Agroecología - SOCLA, 2018.

ANDRADE, H. M. L. da S.; ANDRADE, L. P. **Diálogos e reflexões sobre agroecologia** / Horasa Maria L. da Silva Andrade, Luciano Pires de Andrade, Organizadores.1. Ed. - Garanhuns, PE: Agrofamiliar, 2021.

ANDRADE, J. B. de. Contaminação Química In: HATJE, V.; ANDRADE, J. B. (Orgs.). **Baía de Todos os Santos**: aspectos oceanográficos. Salvador: EDUFBA, 2009.

ANDRADE, L. P.; SILVA-ANDRADE, H. M. L; LYRA-NEVES, R. M. et al. Os pescadores artesanais percebem o declínio das populações de aves limícolas migratórias? **Ethnobiology Ethnomedicine**, v. 12, n. 16, 2016. Disponível em: <<https://ethnobiomed.biomedcentral.com/articles/10.1186/s13002-016-0087-x>>.

Acesso em: 10 maio 2023.

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.

BENJUMEA CUESTA, C. de La. Cualitativa y Enfermería. Index de Enfermería, n.28-29, 2010, p.7-8. Disponível em: http://www.index-f.com/index-enfermeria/28-29revista/28-29_articulo_7-8.php>. Acesso em: 20 maio 2023.

BULLARD, R. Ética e racismo ambiental. **Eco 21**, a. 15, n. 98, jan. 2005. Disponível em: https://ambientes.ambientebrasil.com.br/educacao/textos_educativos/etica_eracismo_ambiental.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRANDÃO, C. R. A pesquisa participante e a participação da pesquisa. Um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina. In: BRANDÃO e STRECK, D.R. (Orgs.). Pesquisa Participante. O saber da Partilha. Aparecida, SP: Idéias e Letra, 2006.

BRANDÃO, C. R. **Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora**. Carlos Rodrigues Brandão e Raiane Assumpção (Orgs.). São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas, experiências e práticas**. Brasília, Funasa, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.866, de 2 de dezembro de 2011**. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2866_02_12_2011.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0002_03_10_2017.html>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/aquicultura-e-pesca/legislacao/legislacao-geral-da-pesca/lei-no-11-959-de-29-06-2009.pdf>/iew>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Legislação sobre pesca e aquicultura: dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados à pesca e à aquicultura. Câmara dos Deputados: Brasília, 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 07 de fevereiro de 2007.

CANUTO, J. C. **Agroecologia: princípios e estratégias para o desenho de agroecossistemas sustentáveis**. Redes. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/180619/1/2018AP19.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2023.

CAPORAL, F. R. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis**. In.: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. de (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais**. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2008.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (Orgs.). **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília, 2009.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 117-132, dez. 1995.

CARVALHO, I. G. S. et al. Por um diálogo de saberes entre pescadores artesanais, marisqueiras e o direito ambiental do trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.19, n. 10, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001004011>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

CHAUÍ, M. **Comunicação e Democracia**. In: Conferência Nacional Lula Livre: Vencer a Batalha da Comunicação. São Paulo, 13 e 14 de abril de 2020. Disponível em: <https://pt.org.br/marilena-chauí-comunicacao-e-democracia>. Acesso em: maio de 2023.

CHIES, P. **Identidade de gênero e identidade profissional no campo do trabalho**. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 507-528, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/13.pdf>>. Acesso em: maio 2023.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: 2000.

COLLINS, P. H.; SILVA, K. A. da; GOMES, M. C. A. **Interseccionalidade, Opressão Epistêmica e Resistência: uma entrevista com Patrícia Hill Collins**. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, SP, v. 60, n. 1, p. 328–337, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8661895>. Acesso em: 30 jun. 2023.

COLLINS, P. H. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores. **Conflitos socioambientais e violações de direitos humanos em comunidades tradicionais pesqueiras no Brasil**: relatório 2021. 2. ed. Olinda: Conselho Pastoral dos Pescadores, 2021.

CUNHA, M. B. et al. Vigilância popular em saúde: contribuições para repensar a participação no SUS. In: BOTELHO, B. O. et al. (Orgs.). **Educação popular no Sistema Único de Saúde**. São Paulo: Hucitec, 2018.

CRENSHAW, K. Desmarginalizando a Intersecção de Raça e Sexo: Uma Crítica Feminista Negra da Doutrina Antidiscriminatória, Teoria Feminista e Política Antirracista, Fórum Legal da Universidade de Chicago : Vol. 1989, Artigo 8.

Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8> Acesso em: junho/2023.

DAGNINO, R. **Tecnologia social**: contribuições conceituais e metodológicas. Campina Grande: EDUEPB; Florianópolis: Insular, 2014.

DESLANDES, S. F. et al. (Orgs.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, SP: Ática, 1983.

DIEGUES, A. C. **A pesca construindo sociedades**: leituras em antropologia marítima e pesqueira. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras; UST, 2004.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA, R. S. V. **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FAO – Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura. **Mangroves of South America 1980–2005**: country reports. Forest Resources Assessment Working Paper No. 139, 2007. Disponível em: <www.fao.org/forestry/site/mangrove/statistics>. Acesso: 13 jan. 2023.

FARIAS, J. A. Resiliência: um bom conceito para o projeto e a reforma urbana? Anais do XVII ENANPUR. São Paulo, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e caça às bruxas**: da Idade Média aos dias atuais. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FERREIRA, M. J. M.; MACHADO, J. M. H.; FENNER, A. L. D.; SILVA, F. C. C. M.; KNIERIN, G. S.; MACHINER, F.; SÁ, I. C. de; LIMA, E. T. P. de; PETERSEN, R. de S. Caminhos para a Construção de Territórios Saudáveis e Sustentáveis: o caso

das comunidades tradicionais pesqueiras da Ilha de Maré, BA. In: BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas**: desdobramentos e perspectivas. Brasília: Funasa, 2021.

FIGUEIREDO, M. A. B. **Agroecologia e conhecimentos tradicionais: um olhar sobre experiências de povos e comunidades**. In: Agroecologia e diálogos de conhecimentos: olhares de povos e comunidades tradicionais, movimentos sociais e academia / Marcos Antonio Bezerra Figueiredo, Jorge Luiz Schirmer de Mattos, Flávio Duarte da Fonseca (organizadores); prefácio Moisés de Melo Santana - Recife : UFRPE, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Comunidades Quilombolas**. Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=88&estado=BA# Acesso: 20 nov. 2019.

GADAMER, H. G. **Verdade e método**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GAIO, R.; CARVALHO, R. B. de; SIMÕES, R. **Métodos e Técnicas de Pesquisa: A Metodologia em Questão**. In: GAIO, R. (Org.). Metodologia de Pesquisa e Produção de Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2008.

GALLO, E. et al. (Orgs.). **O território pulsa**: territórios sustentáveis e saudáveis da Bocaina – soluções para a promoção da saúde e do desenvolvimento sustentável territorializados. Paraty, RJ: Fiocruz, 2019.

GALLO, E. **Territórios Sustentáveis e Saudáveis**: desafios teórico-práticos para o bem viver. In: BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Territórios sustentáveis e saudáveis: experiências de saúde ambiental territorializadas. 1. ed. Brasília: Funasa, 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

GOHN, M. da G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago 2011.

GOMES, N. L **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Educação anti-racista:

caminhos abertos pela lei federal nº 10.639/03 Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada e Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. **Novos cenários políticos para a informação. Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan. 2002.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste**. Niterói: Eduff, 1997.

HOLLANDA, H. B. (Orgs.). **Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

HERCULANO, S. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente*; v. 3, n. 1, Artigo 2, jan./abril 2008.

HERRERO, Y. Educar para la sostenibilidad de la vida: Una mirada ecofeminista a la educación. Espanha: Octaedro, 2022.

HOLIDAY, O. J. **Sistematização de experiências: aprender a dialogar**. Ed. CIDAC. Comité para a Democratização da Informática. Oficina coordenada por Oscar Jara Rio de Janeiro, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Salvador. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2023.

INGOLD, T. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. São Paulo: Vozes, 2015.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOPES, Y. H. **Educar para la sostenibilidad de la vida – una mirada ecofeminista a la educación**. 1ª Ed. Octaedro. Barcelona. 2022.

MACHADO, J. M. H. **Um olhar sobre os desafios enfrentados pela agricultura familiar do seminário brasileiro no contexto da Covid-19**, set. 2021. Webinar.

MACHADO, J. H. M.; MARTINS, W. J.; SOUZA, M. S.; FENNER, A. L. D; SILVEIRA, M; MACHADO, A. A. **Territórios saudáveis e sustentáveis: contribuição para saúde coletiva, desenvolvimento sustentável e governança territorial. Comunicação em Ciências da Saúde**. 2017. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/periodicos/ccs_artigos/territorio_%20saudaveis_%20sustentaveis.pdf> Acesso em: 10 maio 2023.

MACHADO, J. M. H., PIVETTA, F., SILVA, J. F. S., and BONETTI, O. P. **Vigilância Popular em Saúde em tempos de pandemia: proposta de um caminho.** In.: Covid-19 no Brasil: cenários epidemiológicos e vigilância em saúde [online]. Rio de Janeiro: Observatório Covid-19 Fiocruz, Editora Fiocruz, 2021.

MALDONADO, S. C. **A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço na pesca simples.** In: DIEGUES, A. C. (Org.). A imagem das águas. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2000.

MALDONADO, S. C. **Mestre & mares: espaço e indivisão na pesca marítima.** São Paulo: Anna, 1993.

MALDONADO, S. C. **Pescadores do mar.** Série Princípios. São Paulo: Ática, 1986.

MALINOWSKI, B. **Uma teoria científica da cultura.** São Paulo: Zahar, 1975.

MARTINS, L. M. Quando mulheres falam. In Mulheres de terra e água /Organizado por Lucila Losito – São Paulo: Elefante, 2022.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaio** – Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2023.

MENDONÇA, A. W. **Metodologia para estudo de caso:** livro didático. Palhoça: UnisulVirtual, 2014.

MINAYO, M. C. S. **Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa:** consensos e controvérsias. Revista Pesquisa Qualitativa, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abr. 2017.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MONKEN, M.; PEITER, P.; BARCELLOS, C.; IÑIGUEZ ROJAS, L.; NAVARRO, M. B. M. DE A.; GONDIM, G. M. DE M.; GRACIE, R. **O território na saúde construindo** referências para análises em saúde e ambiente. In. MIRANDA, Ary Carvalho de; BARCELLOS, Christovam; MOREIRA, Josino Costa; MONKEN, Mauricio. (Orgs.). **Território, ambiente e saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MONKEN, M. **Contexto, território e processo de territorialização de informações:** desenvolvendo estratégias pedagógicas para a educação profissional em saúde. In: BARCELLOS, Christovam (Org.). A geografia e o contexto dos problemas de saúde. Rio de Janeiro: Abrasco/Icict/Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008.

PARAGUASSU, E. **Alternativas ao modelo de desenvolvimento neoextrativista e as populações do campo, floresta e das águas** (Mesa Redonda). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SAÚDE COLETIVA, 12., Rio de Janeiro, 2018.

PEDRÃO, F. **Novos e velhos elementos da formação social** do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras. v. 1, 2007. Disponível em: <<https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/reconcavos/article/view/1049/638>>. Acesso em: 10 maio 2023.

PENA, P. G. L.; GOMEZ, C. M. **Saúde dos pescadores artesanais** e desafios para a Vigilância em Saúde do Trabalhador. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 12, p. 4.689-4.698, 2014.

PENA, P. G. L.; MARTINS, V. L. A. (Orgs.). **Sofrimento negligenciado: doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores artesanais**. Salvador: EDUFBA, 2014.

PETERSEN, R. de S.; SILVEIRA, M., FENNER, A. L. D.; CAMPOS, A. de S.; MARTINS, W. de J.; MACHADO, J. M. H. **Índice de Território Saudável e Sustentável** dos municípios do semiárido brasileiro. **Caderno de Saúde Pública**, v. 36, n. 11, dez. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00200020>>. Acesso em: 10 maio 2023.

PIVETTA, F. R. **Comunidade Ampliada de Pesquisa-Ação: uma contribuição metodológica para a promoção emancipatória da saúde nos espaços urbanos**. Tese (Doutorado) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2021.

PSAT – **Programa de Promoção da Saúde, Ambiente e Trabalho. Relatório**. 2022. Brasília: Fiocruz, 2022. (Prelo).

PETERSEN, P.; MONTEIRO, D. **Agroecologia ou colapso**, 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/crise-civilizatoria/agroecologia-ou-colapso-3/>>. Acesso em: 10 maio 2023.

PORTO, M. F. S. **Pode a Vigilância em Saúde ser emancipatória? Um pensamento alternativo de alternativas em tempos de crise**. Cien Saude Colet 2017.

PUPO, M. A. V. **Por uma Ciência popular da vida: ancestralidade e Agroecologia na formulação das Ciências da Natureza da Educação do Campo**. Revista Brasileira de Educação do Campo.v. 3 n. 3. 2018.

QUALISalvador: qualidade do ambiente urbano na cidade da Bahia / Elisabete Santos ... [et al.], organizadores. - 2. ed. -Salvador: Eufba, 2022.

RIOS, K. A. N. A questão da luna na/pela terra e água dos pescadores artesanais: desafios e perspectivas do processo de regularização dos territórios pesqueiros em Ilha de Maré (BA), Salvador, 2017.

ROCHA, I.A. **O Poder da Territorialidade: “o lugar da gente”**, o território pesqueiro. 177 f. Dissertação. Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2017.

ROSSET, P. M. Agroecologia: Ciência e política / Peter M. Rosset, Miguel A. Altieri; traduzido por Rafael Tatemoto - São Paulo: Editora Unesp; Editora Expressão Popular; Editora da UFRGS, 2022.

SACRAMENTO, E. C. **Da Diáspora Negra ao Território das Águas: Ancestralidade e protagonismo de mulheres na comunidade pesqueira e quilombola Conceição de Salinas-BA**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019.

SANTANA FILHO, D. M. de. **A geopolítica do Estado Nacional e a territorialidade quilombola na Bahia no século XXI**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SANTOS, A. B. **Colonização**, Quilombos – modos e significados. 2015. Disponível em: <http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio-Colonizacao_Quilombos.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, E. B.; RIOS, K. A. N.; SANTOS, M. S.; SALLES, M. M. de; ALVES, T. dos S. Escola das águas: uma educação pelas águas. **Revista de Geografia e Etnociências**. v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://revistamares.com.br/index.php/files/article/view/16/32>>. Acesso em: 10 maio 2023.

SANTOS, M. **O retorno do território**. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires : CLACSO, 2005.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2000.

SANTOS, M. **O chão contra o cifrão**. Folha de São Paulo, São Paulo, 28 fev.1999.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. (Orgs.). **Pensamento Feminista: Conceitos fundamentais: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVILHA GUZMÁN, E. De la Sociologia Rural a la Agroecologia. Barcelona: Icairia editorial, S.A.2000.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, F. C. C. M. et al. A Luta das Pescadoras Artesanais da Ilha de Maré em Defesa do seu Território. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**. a. 25, v. 32, n. 1, p. 111-136, 2021.

SILVA, F. C. C. M. et al. Environmental Racism has Colour: A Look at the Fishing Territory. **International Journal of Advanced Engineering Research and Science (IJAERS)** Peer-Reviewed Journal, v. 9, n. 3; mar. 2022.

SILVA, J. M. da. **Vigilância popular em saúde**, extensão universitária e os saberes populares [recurso eletrônico] : experiências em torno do licenciamento de Belo Monte e do derramamento de petróleo em Pernambuco / José Marcos da Silva, Diádiney Helena de Almeida. – Recife : Ed. UFPE, 2021.

SOUZA, J. **Como o racismo criou o Brasil** [recurso eletrônico] /Jessé Souza – 1ª ed. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TOLEDO, V. M. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias** tradicionais/ Victor M. Toledo; Narciso Barrera-Bassols; tradução [de] Rosa L. Peralta, - 1 ed. – São Paulo, Expressão Popular, 2015.

VILLARDI, J. W. R.; MONKEN, M.; NETTO, G. F.; OLIVEIRA, D. C. de. Saúde, Ambiente, Sustentabilidade e Territórios. In: BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. **Territórios sustentáveis e saudáveis**: experiências de saúde ambiental territorializadas marco teórico. 1. ed. Brasília: Funasa, 2021.

WEZEL, A. et al. Agroecology as a science, a movement and a practice. In: A review. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 29, p. 503-515, 2009.

YIN, R. K. Estudo de caso: Planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

Páginas eletrônicas

CPP: <http://www.cppnac.org.br/breve-historico>

Denúncia: <https://www.estadao.com.br/sustentabilidade/ilha-de-mare-sofre-com-contaminacao-por-metais-pesados/>

Interseccionalidade:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4253342/mod_resource/content/1/intersec

[ionalidadeNaDiscriminacaoDeRacaEGenero_KimberleCrenshaw.pdf](#)

<https://vimeo.com/96543725>

Toxic Tour: <https://midianinja.org/news/assassino-invisivel-lixo-industrial-na-ilha-de-mare-chega-a-niveis-mortais/>

Preservação ambiental:

<https://www.candeiasbahia.net/p/ilha-de-mare-e-luta-contra-os-impactos.html>

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2021/03/22/pescadores-da-baia-de-aratu-fazem-ato-contra-em-defesa-das-aguas-e-denunciam-desmatamento-de-manguezal.ghtml>

Racismo ambiental: <https://br.noticias.yahoo.com/o-que-gente-vive-na-ilha-da-mare-e-racismo-ambiental-denuncia-eliete-paraguassu-121047415.html?guccounte>

APÊNDICE I



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO DEPARTAMENTO DE
EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Para maiores de 18 anos ou emancipados)

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa “Entre o mar e a terra: um olhar agroecológico e territorial para a comunidade tradicional pesqueira de Ilha De Maré, Salvador-BA”, sob a responsabilidade da pesquisadora Fátima Cristina Cunha Maia Silva, residente à QSE 03 Casa 48 Taguatinga Sul, DF, CEP 72025-030, telefone (61) 999429148, E-mail fcristinamaia@gmail.com.

Esta pesquisa está sob a orientação da professora Dra. Horasa Maria Lima da Silva Andrade, e.mail: horasa.andrade@ufape.edu.br e coorientação da professora Dra. Júlia Figueredo Benzaquen, e.mail: juliabenzaquen@gmail.com; professor Dr. Luciano Pires de Andrade, e.mail: lucianopandrade@gmail.com.

Todas as suas dúvidas serão esclarecidas com a responsável por esta pesquisa. Somente quando todos os esclarecimentos forem dados e o (a) senhor (a) concorde com a realização deste estudo, será solicitado que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma via lhe será entregue e a outra ficará com a pesquisadora responsável.

Você estará livre para decidir em participar ou recusar-se. Caso não aceite participar, não haverá nenhum problema, desistir é um direito seu, bem como será possível retirar o consentimento em qualquer fase da pesquisa, também sem nenhuma penalidade.

A pesquisa tem como escopo “analisar o processo metodológico utilizado pela pesquisa “Promoção do Território Saudável e Sustentável (TSS) em Comunidades Tradicionais” a partir do olhar da agroecologia, com foco na comunidade tradicional da pesca artesanal da Ilha de Maré, Salvador-BA”.

Com abordagem qualitativa, se baseará na interpretação dos fenômenos e atribuição de significados da pesca artesanal em especial. Serão utilizadas as pesquisas bibliográficas, documental, desenvolvidas a partir de documentos e banco de dados conservados em arquivos documentais da Fundação Oswaldo Cruz – Brasília (Fiocruz Brasília), e informações coletados por meio de questionário individual com os pesquisadores populares da Ilha de Maré, Salvador-BA, por meio de ferramentas digitais.

Os (as) voluntários (as) serão contactados por ligação telefônica, para serem convidados (as) a participarem da pesquisa. Caso haja concordância, este Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento (TCLE) lhes serão enviado e se necessário, será lido em voz alta. Com o consentimento e assinatura, posteriormente serão marcadas, de acordo com suas disponibilidades, aplicação do questionário, sendo a participação realizada por meio virtual. A pesquisa só terá início após a aprovação no comitê de ética, mas estima-se realizá-la de janeiro a março de 2022.

A participação nesta pesquisa não infringe as normas legais e éticas e os procedimentos adotados obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº. 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde e a circular nº 02/2021 emitida pelo CONEP.

Segundo a Resolução CNS 466/2012, “toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”. Pode haver riscos, tais como, a possibilidade de constrangimento ao responder a um questionário, a desistência no meio do processo, recusa de receber a pesquisadora, atrapalhar a rotina pessoal e de trabalho.

Contudo, serão tomadas medidas para minimizar e/ou impedir que elas ocorram, tais como, agendamento prévio por whatsapp ou por e.mail com a voluntária, onde será contextualizando o projeto e verificando a possibilidade de participação na pesquisa por meio on-line com a pesquisadora, visto estarmos em uma situação pandêmica – Covid-19 e a necessidade de manter as recomendações sanitárias vigentes.

Lembramos que, mesmo após o consentimento prévio e não tenha condições de receber a pesquisadora, tal recusa não trará qualquer problema a senhora, pois não é intuito da pesquisadora atrapalhar a rotina pessoal, de trabalho ou causar quaisquer outros danos. Outrossim, estamos atentas às orientações para procedimentos em pesquisas em qualquer etapa em ambiente virtual, conforme Ofício Circular nº 2/2021/CONEP/SECNS/MS, de 24 de fevereiro de 2021.

Ao participar desta pesquisa o voluntário não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo dê visibilidade ao conhecimento e da realidade do território pesqueiro para o desenvolvimento de uma ciência decolonial; a perspectiva da promoção de territórios saudáveis e sustentáveis no território pesqueiro sob o olhar da agroecologia e a divulgação interna e externa à comunidade do seu cotidiano quanto a luta permanente da defesa desse território.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

Os dados coletados nesta pesquisa ficarão armazenados em computador pessoal, protegido com antivírus, sendo que o banco de dados terá senhas. Os participantes serão identificados por códigos, e portanto, um programa que altera a voz e a imagem, visando dificultar sua identificação.

As informações estarão sob a responsabilidade da pesquisadora, da sua orientadora, a Profa. Dra. Horasa Maria Lima da Silva, conforme o endereço informado anteriormente, pelo período mínimo 5 (cinco) anos.

Os participantes por meio deste, autorizam a análise dos materiais produzidos durante o processo de formação desenvolvidos no território pesqueiro da Ilha de Maré, o projeto, relatórios, os dados da pesquisa, as cartografias, as imagens e todos os materiais utilizados.

Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UFRPE no endereço: Rua Manoel de Medeiros, S/N Dois Irmãos – CEP: 52171-900 Telefone: (81) 3320.6638 / e-mail: cep@ufrpe.br (1º andar do Prédio Central da Reitoria da UFRPE, ao lado da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores). Site: www.cep.ufrpe.br.

Local e data:

Assinatura da pesquisadora: Fátima Cristina Cunha Maia e Silva

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu CPF: tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que minha participação implica, concordo em dele participar e para isso eu dou o meu consentimento sem que para isso eu tenha sido forçado ou obrigado. Ainda, foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data

Assinatura:

Assinatura Testemunha 1:

APÊNDICE II

Entrevista com “Pesquisadores Populares “Ilha de Maré, Salvador-BA

1. A elaboração do roteiro de campo contou com envolvimento da comunidade?
2. O roteiro de campo contemplou questões de interesse da comunidade?
3. O formato do roteiro de campo dividido por blocos auxiliou na hora da entrevista?
4. Ocupou muito tempo para a entrevista?
5. Houve boa recepção dos entrevistados ao responder o roteiro de campo?
6. Observou incompreensão por parte do entrevistado referente a alguma questão?
7. Observou se algum entrevistado foi influenciado na resposta dada?
8. Durante o período de pandemia de Covid-19, observou na comunidade a insegurança alimentar?
9. No período da pandemia participou de processos de formação, como curso de Socorrista?
10. O compartilhamento dos dados coletados atendeu à expectativa?
11. A análise dos dados coletados contribuirá para a reflexão sobre a percepção da saúde, ambiente e trabalho na comunidade da Ilha de Maré?
12. O que você acrescentaria a este questionário?
13. Quais contribuições você faria a TSS ou críticas e/ou sugestões.
14. Para você qual a principal contribuição do projeto?
15. O projeto ‘TSS em comunidades tradicionais’ contribuiu para a reflexão de ações comunitárias e políticas públicas que interagem e se materializam em suas dimensões ambientais, na saúde coletiva e na segurança alimentar baseada na agroecologia?

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente

Obs. A escala de 1 a 5, as notas 1 e 2 são negativas, 4 e 5 são positivas, e 3 é neutro.

APÊNDICE III

- Navegar é preciso porque viver e lutar são necessários